



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

MARINA MORENNA A. FIGUEIREDO

**TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS PESCADORAS NA RESERVA
EXTRATIVISTA (RESEX) CANAVIEIRAS – BA**

SALVADOR

2013

MARINA MORENNA A. FIGUEIREDO

**TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS PESCADORAS NA RESERVA
EXTRATIVISTA (RESEX) CANAVIEIRAS – BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia, do Instituto de
Geociências da Universidade Federal da
Bahia, como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Catherine Prost.

SALVADOR

2013

F475 Figueiredo, Marina Morenna A.

Trabalho e participação política das pescadoras na Reserva Extrativista (RESEX) Canavieiras – BA / Marina Morenna A. Figueiredo. - Salvador, 2013.

115 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Catherine Prost.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2013.

1. Pesca artesanal – Mulheres - Canavieiras (BA). 2. Trabalho feminino. 3. Participação política. 4. Reserva Extrativista de Canavieiras (BA). I. Prost, Catherine. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3 (813.8)

MARINA MORENNA A. FIGUEIREDO

**TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS PESCADORAS NA RESERVA
EXTRATIVISTA (RESEX) CANAVIEIRAS – BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia, do Instituto de
Geociências da Universidade Federal da
Bahia, como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Geografia.
Orientadora: Profa. Dra. Catherine Prost.

Aprovada em _____ de _____ de 2013.

Catherine Prost

Doutora, Instituto de Geociências– UFBA

Guiomar Germani

Doutora, Instituto de Geociências– UFBA

Ana Alice Costa

Doutora, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher– UFBA

Este é o trabalho de toda uma vida. A vida do bebê Luís, na data da aprovação, com 1 ano e 9 meses. Dedico a ele que chegou e aos que se foram ao longo desta escrita: a minha querida avó D. Nega (Raimunda Carvalho) e ao meu grande amigo/irmão Fabrício Luís (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial, à minha mãe, à minha irmã e ao meu marido, que me acompanharam nos trabalhos de campo e sem os quais não seria possível a realização desta pesquisa. Agradeço às pescadoras, aos pescadores e aos moradores de Canavieiras que contribuíram para esta dissertação. Agradeço aos membros do grupo Costeiros, à minha orientadora e, em especial, ao meu Coorientador, Mário Alberto dos Santos. Agradeço à banca examinadora, aos professores, aos funcionários do IGEO e aos amigos que me acompanharam nessa jornada. A todos, muito obrigada!

RESUMO

Dentro do contexto da pesca artesanal, por ser uma atividade de extrema relevância nas reservas extrativistas (RESEX) e influenciar a economia e a cultura das comunidades pesqueiras, buscou-se, nesta pesquisa, dar maior visibilidade à real participação das mulheres na formação do espaço em questão. Desse modo, a análise geográfica aqui adotada levou em consideração a participação da mulher na construção dos processos sociais em comunidades pesqueiras. De fato, as conquistas da mulher em relação à sua inserção no mercado de trabalho trouxeram novas questões e reflexões sobre a produção do espaço. Contudo, em comunidades pesqueiras tradicionais, o trabalho da mulher ainda é marcado pela invisibilidade e pela falta de reconhecimento na categoria. Identifica-se que, na pesca artesanal, a mulher sempre exerceu papel importante, tanto na cadeia produtiva pós-captura, quanto no tratamento do pescado para a venda e na confecção e remendo de malhas para pesca, como atuando como pescadora e marisqueira. Durante a pesquisa, na RESEX Canavieiras, foram levantados dados sobre a participação das pescadoras na cadeia produtiva do pescado e nas instâncias decisórias relativas à pesca artesanal, tais como as diversas associações de pescadores, a Colônia de Pescadores Z-20 e o conselho deliberativo da RESEX Canavieiras, a fim de conferir visibilidade e ênfase à participação da mulher nas distintas formas de apropriação e uso desses espaços. Percebe-se que, apesar das conquistas quanto aos direitos trabalhistas das pescadoras, as mulheres ainda não têm autonomia para participar e assumir postos de direção nas instâncias decisórias da pesca artesanal. Contudo, essa realidade tem se alterado com a maior participação das mulheres nas reuniões, sobretudo em Canavieiras, onde há o projeto da Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia, desenvolvido pela Associação Mãe da RESEX Canavieiras, que promove ações voltadas em prol de sua autonomia.

Palavras-chave: Mulher. Pesca artesanal. Trabalho e participação política. Produção e reprodução do espaço

RÉSUMÉ

Dans le contexte de la pêche artisanale, puisqu'elle est une activité extrêmement importante dans les réserves de collecte (RESEX) et qu'elle influence l'économie et la culture des communautés de pêcheurs, cette recherche a cherché à donner plus de visibilité à la réelle participation des femmes dans la formation de l'espace en question. Ainsi, l'analyse géographique ici adoptée a pris en considération la participation de la femme dans la construction des processus sociaux en communautés de pêcheurs. En effet, les conquêtes de la femme vu son insertion dans le marché du travail ont apporté de nouvelles questions et réflexions sur la production de l'espace. Cependant, dans les communautés de pêcheurs traditionnels, le travail de la femme reste encore marqué par l'invisibilité et par le manque de reconnaissance au sein de la catégorie. On identifie que dans la pêche artisanale, la femme a toujours exercé un rôle important, soit dans la filière post-capture, dans le traitement des poissons et fruits de mer pour la vente et dans la confection et la réparation des filets de pêche, soit en tant que pêcheuse ou collecteuse de fruits de mer. Durant la recherche, dans la RESEX Canavieiras, des données furent collectées sur la participation des pêcheuses dans la filière et dans les instances de décision référentes à la pêche artisanale, comme les diverses associations de pêcheurs, la colonie de pêcheurs Z-20 et le conseil délibératif de la RESEX Canavieiras, cherchant à rendre visible et mettre l'accent sur la participation de la femme dans les diverses formes d'appropriation et d'usage de ces espaces. On perçoit que, malgré des conquêtes de droits du travail des pêcheuses, les femmes n'ont pas encore d'autonomie pour participer et assumer des postes de direction dans les instances de décision de la pêche artisanale. Toutefois, cette réalité s'altère avec la plus grande participation des femmes dans les réunions, surtout à Canavieiras, où se trouve le projet du Réseau de Femmes Pêcheuses, développé par l'association mère de la RESEX, qui promouvoit des actions tournées en faveur de leur autonomie.

Mots-clé: Femme. Pêche artisanale. Travail et participation politique. Production et reproduction de l'espace.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Localização da área de estudo no estado da Bahia	32
Figura 2 – Mapa da área da RESEX Canavieiras	41
Figura 3 – Comunidades da RESEX Canavieiras	51
Figura 4 – Deslocamento das pescadoras	64
Figura 5 – Posturas adotadas para coletar o marisco.....	65
Figura 6 – Transporte do marisco.....	66
Figura 7 – Fervura do marisco.....	66
Figura 8 – Processo de catar o marisco	67
Figura 9 – Etapas da cadeia produtiva da mariscagem ao longo do dia.....	69
Figura 10 – Panfleto de propaganda da empresa Bahia Pesca	75
Figura 11 – Panfleto de divulgação da empresa Bahia Pesca.....	76

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Centro Histórico de Canavieiras	34
Fotografia 2 – Muro próximo ao centro da cidade	46
Fotografia 3 – Muro em uma das comunidades	47
Fotografia 4 – Placa em bairro periférico da cidade.....	47
Fotografia 5 – Sinalização da área da RESEX	49
Fotografia 6 – Casas populares construídas por projetos da AMEX.....	50
Fotografia 7 – Comunidade de Oiticica.....	52
Fotografia 8 – Sede da associação em Puxim do Sul	52
Fotografia 9 – Balsa que faz a travessia para Barra Velha.....	53
Fotografia 10 – Casa na comunidade de Barra Velha	53
Fotografia 11 – Comunidade de Atalaia.....	54
Fotografia 12 – Comunidade de Campinhos	55
Fotografia 13 –Mulher conduzindo canoa.....	63
Fotografia 14 – Fervura do caranguejo	67
Fotografia 15 – Caranguejo sendo catado	68
Fotografia 16 – Idosa catando caranguejo.....	70

Fotografia 17 – Reunião da Associação de Barra Velha.....	88
Fotografia 18 – Mulheres na reunião da Associação.....	89
Fotografia 20 – II Encontro da Rede de Mulheres em Canavieiras.....	98
Fotografia 21 – II Encontro da Rede de Mulheres em Canavieiras.....	99
Fotografia 22 – Mãe e bebê durante o II Encontro.....	101
Fotografia 23 – Crianças no pula-pula durante o II Encontro	101

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de pessoas filiadas à Colônia Z-20, por sexo, em 2011	91
Gráfico 2 – Número de novas filiações de mulheres à Colônia por ano	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – RESEX da Bahia, municípios, ano de criação, área e biomas.....	24
Tabela 2 – Número de entrevistados no município de Canavieiras	30
Tabela 3 – Síntese das técnicas, fontes e instrumentos utilizados na pesquisa	30
Tabela 4 – Tipos de riscos e possíveis doenças que acometem as marisqueiras.....	73
Tabela 5 – Número de novas filiações de mulheres à Colônia por ano.....	92
Tabela 6 – Reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX Canavieiras	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMEX	Associação Mãe da RESEX Canavieiras
ANP	Articulação Nacional das Pescadoras
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CI	<i>Conservation International</i>
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CRA	Centro de Recursos Ambientais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECOTUBA	Instituto de Conservação de Ambientes litorâneos da Mata Atlântica
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FAO	Fundo de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes para Biodiversidade
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MPF	Ministério Público Federal
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PANGEA	Centro de Estudos Socioambientais
RESEX	Reserva Extrativista
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente da Bahia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia

UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UC	Unidade de Conservação
UCUS	Unidade de Conservação de Uso Sustentável
UESC	Universidade Estadual Santa Cruz
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
WSS	<i>White Spot Syndrome</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Justificativa	16
1.2	A questão de gênero na pesca artesanal: uma revisão da literatura	16
1.3	Procedimentos metodológicos	28
2	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	32
2.1	O município de Canavieiras	32
2.2	A RESEX Canavieiras	40
<i>2.2.1</i>	<i>O processo de criação da RESEX Canavieiras</i>	44
<i>2.2.2</i>	<i>As comunidades da RESEX Canavieiras</i>	50
3	A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA EM CANAVIEIRAS – BA	57
3.1	Gênero, trabalho e pesca artesanal	57
3.2	O trabalho da mulher na família e as etapas da cadeia produtiva da pesca	62
3.3	Condições de trabalho e rendimento das pescadoras em Canavieiras	71
4	A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS PESCADORAS EM CANAVIEIRAS – BA	78
4.1	Gênero, autonomia e gestão participativa do espaço	78
4.2	Movimentos sociais, organizações institucionais na pesca e o caso de Canavieiras	83
4.3	Participação política das mulheres na RESEX Canavieiras: a experiência da Rede de Mulheres Pescadoras	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

A organização social de comunidades pesqueiras vem se alterando ao longo das últimas décadas. Novas dinâmicas na cadeia produtiva da pesca têm surgido em função de elementos externos ao processo produtivo pesqueiro, a partir do modo como o modelo de desenvolvimento capitalista se apropria dos espaços, reconfigurando os usos sociais dos mesmos. Assim, as populações tradicionais passam por transformações ditadas pelo atual modelo de desenvolvimento econômico, as quais implicam em conflitos relativos ao uso e à gestão dos recursos pesqueiros.

Como contra partida aos ditames capitalistas, surgem as reservas extrativistas (RESEX) marinhas, espaços de uso sustentável, cujo objetivo é o ordenamento territorial em comunidades pesqueiras com vistas a contribuir com a gestão e extração dos recursos marítimos pelas populações tradicionais. Essa categoria de Unidade de Conservação (UC) teve início na Amazônia como reserva extrativista florestal. A luta dos seringueiros liderados por Chico Mendes para a garantia da extração da borracha é o fato simbólico em todo o processo de criação das reservas extrativistas, iniciado no final de 1970 e início de 1980.

Atualmente, a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que estabelece dois grupos de Unidades de Conservação: Proteção Integral e Uso Sustentável. As reservas extrativistas são consideradas de Uso Sustentável. Esse notável avanço na legislação ambiental teve desdobramento com a criação de reservas extrativistas marinhas no país, que visam a assegurar às comunidades pesqueiras melhorias nas condições técnicas e institucionais da atividade de pesca artesanal.

Entre as unidades de uso sustentável, as reservas extrativistas se destacam, pois são geridas pela cogestão dos usuários e do órgão ambiental federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Isso significa que as decisões quanto à gestão da RESEX devem passar por um conselho deliberativo formado em maioria pelos extrativistas da reserva. Assim, o processo participativo da população na tomada de decisões representa significativo trunfo para a coesão social das RESEX.

A questão é avaliar como a criação das RESEX e a cogestão de pescadores e ICMBio têm favorecido a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras a partir de um ordenamento do uso dos recursos pesqueiros. Tal ordenamento está previsto no plano de manejo que cada RESEX marinha deve elaborar, a fim de garantir o direito dos pescadores e pescadoras de explorar os recursos pesqueiros por meio do trabalho na pesca artesanal.

Desse modo, este estudo visa analisar os desdobramentos no trabalho e na participação política dos trabalhadores da pesca artesanal frente à lógica de desenvolvimento capitalista. De modo particular, este trabalho buscou refletir sobre a participação das mulheres na construção e materialização das relações sociais de produção do espaço, tendo em vista os diferentes usos do espaço que homens e mulheres realizam e que resultam em materialidades e imaterialidades distintas nesse mesmo espaço usufruído em conjunto.

Observa-se que, nas últimas décadas, houve significativo reconhecimento da importância da participação da mulher nos espaços públicos e privados. Tal fato vem motivando também transformações de ordem prática no cotidiano social. Isto se deu graças à emancipação da mulher frente a uma hierarquização dos espaços de trabalho públicos e privados, responsável pela subvalorização do papel feminino nas atividades produtivas.

Essa desigualdade de relações procede de um processo histórico de advento do patriarcado, que atribuía ao homem a função social de prover a casa e a família, atuando no espaço público, isto é, no mercado e na política. À mulher cabia a função social de reprodução, e seu espaço de responsabilidade era o doméstico, bem como as funções que a ele se referem. Em outras palavras, o espaço da mulher, historicamente, tem sido o privado, e é por isso que, para analisar a participação da mulher na produção do espaço, em especial na pesca artesanal, é necessário estudar o seu papel nas duas esferas e o modo como esses se relacionam.

Dessa forma, considera-se a especificidade e o uso diferenciado dos recursos pesqueiros, fundamentado nas relações em que homens e mulheres estabelecem entre si e com a natureza, mediadas pelo trabalho na pesca artesanal. Identifica-se, assim, que, na pesca, a mulher sempre exerceu papel importante, tanto na cadeia produtiva pós-captura e no tratamento do pescado para a venda, quanto na pré-captura e na confecção e remendo de malhas para pesca, como na atuação como pescadora e marisqueira. Cada vez mais, as mulheres participam das colônias e associações de pescadores e marisqueiras.

No caso das reservas extrativistas marinhas, é importante a participação política das mulheres, não só nas colônias e associações, mas também no conselho deliberativo da RESEX. Essa é a principal diferença entre as pescadoras que vivem nas RESEX e as demais pescadoras, pois o peso político é diferente, já que nas RESEX está previsto no SNUC que pescadores e pescadoras são responsáveis pela gestão dos recursos pesqueiros. Assim, este estudo busca dar visibilidade e ênfase ao papel da mulher nas distintas formas de apropriação e uso desses espaços, bem como avaliar a participação das mulheres nos processos decisórios das comunidades pesqueiras. Desse modo, procurou-se identificar as estratégias das mulheres

para a ocupação e o ordenamento das comunidades pesqueiras, apontando as especificidades da participação da mulher na pesca, na cadeia produtiva do pescado, nas associações de pescadores, na colônia de pescadores e no conselho deliberativo da RESEX. Para tanto, foram utilizados conceitos como produção/reprodução do espaço e participação política, tendo em vista que são subsídios para análise e reflexões aqui apresentadas.

Neste estudo, foi analisada também a contribuição dos conceitos desenvolvidos no âmbito das teorias feministas para as análises socioespaciais, identificando suas influências nas relações sociais de organização do espaço em comunidades pesqueiras.

1.1 Justificativa

A pesquisa foi voltada para o diagnóstico da realidade vivenciada pelas mulheres pescadoras, a partir de suas reivindicações para um melhor ordenamento das RESEX e dos recursos pesqueiros. Estima-se que, para que haja uma melhoria da qualidade de vida dessas mulheres, faz-se necessária a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas com vistas ao estabelecimento de políticas sociais mais justas que contemplem as especificidades do trabalho feminino.

Justifica-se, então, a importância de estudos sobre a participação da mulher na produção pesqueira, para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam uma efetiva melhora nas condições de trabalho, assim como para a promoção da equidade nas relações cotidianas entre homens e mulheres na pesca artesanal.

Estudos anteriores (FIGUEIREDO, 2010) indicaram um vasto campo de pesquisa na temática: gênero e pesca artesanal. A escolha da RESEX Canavieiras deu-se em razão da participação da autora no grupo de pesquisa Costeiros, desenvolvendo pesquisa no projeto “Gestão Territorial e Conflitos Ambientais nas Reservas Extrativistas Marinhas da Bahia”. Esse projeto levantou em campo dados que indicavam o anseio da população local por estudos que analisassem a participação da mulher na produção pesqueira.

1.2 A questão de gênero na pesca artesanal: uma revisão da literatura

A discussão empreendida sobre as teorias feministas visa, neste estudo, a levar em consideração a participação da mulher na construção dos processos socioespaciais. Assim, a análise geográfica aqui adotada pretende incorporar as relações de gênero nas diferenças

sociais entre homens e mulheres e nas diferenças territoriais ocasionadas pelo uso diferenciado do espaço entre homens e mulheres em comunidades pesqueiras.

Scheffler (2002a), apoiada nas considerações de Martínez, cita a seguinte passagem para reafirmar a necessária incorporação da perspectiva de gênero à Geografia:

A Geografia tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo, sem estabelecer as profundas diferenças que se verificam entre homens e mulheres na utilização do espaço (MARTÍNEZ *apud* SCHEFLER, 2002a, p. 25).

A princípio, os estudos sobre as mulheres ocorreram fora da academia, com estudos políticos e não científicos. No entanto, o movimento feminista percebeu a necessidade de uma forma de produção acadêmica que considerasse as relações entre os sexos. Infelizmente, essa discussão ainda é muito embrionária na produção acadêmica geográfica no Brasil.

As feministas buscaram, inicialmente, desenvolver o conceito de patriarcado para explicar a existência de uma estrutura hierárquica masculina do poder ao qual estão sujeitas as mulheres. Segundo Costa (1998), as feministas definem o patriarcado como um sistema sexual de poder, como organização hierárquica masculina da sociedade, que se perpetua por meio do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho.

Entretanto, esse conceito recebeu diversas críticas por sua vinculação biológica às categorias sexuais de homens e mulheres, que na verdade são uma construção social. Apesar das críticas a esse conceito, o mesmo contribuiu para o entendimento da apropriação capitalista das relações de produção e reprodução e da falsa dicotomia entre espaços públicos e privados.

No que tange à produção e reprodução das relações de trabalho, Rivera (1993) afirma que uma das estruturas fundamentais do patriarcado é a forma básica de organização das sociedades em parentesco. Segundo essa autora, quando os homens se apropriam da reprodução das mulheres e de sua produção, elas se tornam subordinadas, e, dessa forma, o patriarcado se organiza em um modo de produção doméstica, articulado em torno de um grupo explorado que seriam as mulheres.

Para Gadol (1992), as relações de produção são o determinante básico da divisão sexual do trabalho e, portanto, quanto mais diferenciados estão os domínios domésticos e públicos, mais pertencem o trabalho e a propriedade a grupos claramente diferenciáveis. Assim, para a autora, as desigualdades entre os sexos estão ligadas ao controle da propriedade, e as mulheres acabam constituindo uma parte dos meios de produção e do modo

de trabalho privado da família. De fato, as mulheres realizam diversos trabalhos não remunerados nos espaços domésticos.

Para Escandón (1999), é a partir da separação entre os espaços de trabalho e os espaços de reprodução da vida doméstica que se acentuam as diferenças entre os indivíduos homens e mulheres. Desse modo, percebe-se que a divisão sexual do trabalho baseia-se em uma diferença inscrita nas práticas e nos fatos e é construída pelos discursos que as fundam e as legitimam, discursos esses masculinos, que estabelecem historicamente a inferioridade e a subordinação das mulheres.

Assim, superar a diferença de enfoque entre a vida privada e a vida pública das mulheres é um passo importante para desfazer a separação que estabelece como excludentes os espaços das atividades de trabalho e da vida cotidiana, das esferas públicas e privadas, que desvalorizam as atividades femininas no interior do lar, privando a mulher de remuneração por esse trabalho, ao mesmo tempo em que a priva de realizar outros trabalhos no âmbito público.

É importante frisar que os acontecimentos de ordem pessoal também são políticos, e o que acontece no âmbito privado sustenta as relações no âmbito público. Também é válido ressaltar que o Estado que regulamenta o público interfere na estrutura familiar, sendo entendida a família como uma instituição social que é um produto histórico suscetível de modificações. Para Costa (2005):

Ao afirmar que 'o pessoal é político', o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político (COSTA, 2005, p. 02).

No entanto, mesmo com as contribuições do conceito de patriarcado ligado ao sistema capitalista, de produção e reprodução que incluía as dimensões econômicas, políticas, sociais e as relações de poder, as feministas buscavam outro conceito que sintetizasse as relações hierárquicas estabelecidas entre homens e mulheres e que abarcasse as relações entre os mesmos.

A partir dessa busca foi construído o conceito de gênero. Nas definições de gênero, Scott (*apud* PINSKY, 2009) foi quem, ao ver da maioria das feministas, avançou com uma construção prática desse conceito. Segundo ela, o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e um modo primário de significar relações de poder (SCOTT *apud* PINSKY, 2009).

Esse conceito envolve quatro elementos que operam em conjunto: a) símbolos, que evocam múltiplas representações; b) conceitos normativos, que evidenciam as interpretações e os significados dos símbolos; c) política, instituições e organização social, noções e referências que devem ser incluídas nas análises; d) identidade subjetiva. Assim, gênero é tanto produto das relações de poder quanto parte da construção dessas próprias relações (PINSKY, 2009).

O conceito de gênero para Rago (1998, p. 57) “desnaturaliza as identidades sexuais e postula uma dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais”. De fato, esse conceito propõe que se pense a construção cultural das diferenças sexuais, negando o determinismo biológico, incorporando a dimensão simbólica e o imaginário social, construindo, assim, o entendimento de gênero como um conceito que agrega a dimensão social e cultural da diferença sexual e, ao mesmo tempo, nega sua universalidade (SILVA, 2009).

Segundo Jelin (2002), o conceito de gênero de modo esquemático envolve: a) uma forma predominante de divisão sexual do trabalho (produção e reprodução); b) a diferenciação de espaços e esferas sociais ancoradas no gênero (uma esfera pública visível/uma esfera privada invisível); c) relações de poder e distinções hierárquicas, que implicam cotas diferenciadas de reconhecimento, prestígio e legitimidade; d) relações de poder dentro de cada gênero (baseadas na classe e no grupo étnico); e) a construção de identidades de gênero que coincidem com outras dimensões diferenciadoras, produzindo uma identidade masculina ancorada no trabalho, na provisão e na administração do poder, enquanto a identidade feminina está ancorada no trabalho doméstico e na maternidade. Com isso, o conceito de gênero revela o aspecto relacional entre homens e mulheres, no qual “nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto fundamental para descobrir a amplitude dos papéis sexuais” (SOIHET e PEDRO, 2007, p.288).

Esse aspecto relacional, no entanto, pode ser entendido como complementaridade dos sexos. Nesse sentido, se a complementaridade dá conta de uma realidade em que a associação da mulher e do homem revela-se necessária, ela apaga o fato de que a distribuição de tarefas possui, apesar de tudo, um sistema de valor hierárquico.

Assim, deve-se manter a visão da complementaridade dos sexos e dos trabalhos realizados pelos mesmos sem perder de vista que estes incluem em si relações desiguais de poder. Percebe-se assim que, para análises socioespaciais que pretendem ressaltar as

diferenças na utilização dos espaços por homens e mulheres, torna-se fundamental que as mesmas se deem à luz das teorias feministas.

Silva (2003, p. 36) afirma que para fazer uma geografia feminista, deve-se ter como ponto central dos estudos geográficos o entendimento de que “mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também”.

Verifica-se que, no caso da pesca artesanal, essa atividade é tida como uma prática essencialmente masculina. Na realidade, existe uma divisão sexual do trabalho nas comunidades pesqueiras e muitas mulheres sobrevivem da pesca, geralmente da mariscagem, por ser essa uma atividade de menor prestígio dentro da pescaria. Essas mulheres encontram nos manguezais costeiros o seu espaço de trabalho e sua fonte de subsistência, devido, em parte, à sua exclusão da pesca em alto mar.

Ramalho (2006) afirma que a pesca embarcada é um trabalho por excelência masculino, no qual não se permite a presença feminina, devido às representações de que a mesma não possui força física, de que deve ficar em terra cuidando da criação dos filhos e (segundo os pescadores) “de que sua presença em uma embarcação repleta de homens simplesmente não daria certo, dentre outras coisas” (RAMALHO, 2006, p. 59). Isso demonstra o quão arcaico é o pensamento e a postura dos pescadores quanto à participação da mulher na pesca. Assim sendo, coube às mulheres ocuparem as margens das regiões estuarinas, dos rios e dos manguezais.

Dessa forma, o cotidiano na “maré”¹ adequa a rotina das marisqueiras às suas funções sociais na esfera reprodutiva. Podemos então compreender a arte de mariscar a partir da divisão sexual do trabalho na medida em que esta assegura o cumprimento das tarefas diárias relacionadas à figura feminina, como os cuidados com o lar e com os filhos. Isso é possível, pois a duração do trabalho realizado fora de casa é curta, proporcionando a segurança do retorno ao lar.

A mariscagem é, assim, uma atividade predominantemente feminina. Pode ser considerada pesca artesanal, pois se caracteriza por uma pesca de baixo impacto ambiental, realizada através de instrumentos rudimentares, muitas vezes confeccionados pelas próprias marisqueiras. A diferenciação entre pescadores e marisqueiras se dá porque o uso do espaço é diferente nas distintas artes de pesca. No entanto, a mulher também participa da cadeia

¹“Maré” é uma expressão local que designa um lugar o manguezal e, às vezes, ao mesmo tempo, uma atividade: a mariscagem.

produtiva da pesca realizada por homens, pois cabe a ela tratar o pescado trazido do mar e muitas vezes comercializá-lo nas feiras.

A pesca como atividade a ser priorizada nas reservas extrativistas marinhas interessa diretamente às mulheres, enquanto pescadoras e familiares de pescadores que participam da cadeia produtiva da pesca, atuando no modo de vida das comunidades pesqueiras. Desse modo, evidencia-se a produção da mulher nos circuitos produtivos pesqueiros. Segundo Milton Santos (2008a, p. 56), os circuitos de produção seriam “as diversas etapas pelas quais passariam um produto desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final”.

De fato, a divisão sexual do trabalho evidencia como as relações de gênero influem nas estratégias de sobrevivência de muitas famílias, que se organizam tanto na esfera produtiva, quanto na esfera reprodutiva, em função de tarefas realizadas nos espaços domésticos, mas que correspondem a trabalhos da cadeia produtiva da pesca realizados pela mulher.

Desse modo, apesar dos avanços trabalhistas, ainda existe desvalorização e invisibilidade do trabalho feminino nas comunidades pesqueiras. Percebe-se que o trabalho da mulher está ligado ao sistema produtivo da pesca, sendo fundamental o reconhecimento da importância do trabalho feminino desempenhado nos espaços privados e em conjunto com a família. Para Maneschy (2000):

Muito do que fazem [as mulheres] não se destina ao mercado e não é visto, portanto, como trabalho, mesmo quando se trata de tarefas que permitem aos homens pescar: cozinhar, costurar velas de canoa, confeccionar armadilhas de pesca para o marido e os filhos, fazer o café e o carvão que eles levam a bordo, remendar roupas de trabalho (MANESCHY, 2000, p. 85).

Entretanto, recentemente, notáveis avanços na legislação tendem a mudar a realidade do trabalho da mulher na pesca. A Lei nº. 11.958, de 26 de junho de 2009, reconhece como pesca os trabalhos realizados em terra que fazem parte da cadeia produtiva da pesca, concedendo direitos universais dos trabalhadores às mulheres que trabalham no beneficiamento do pescado (BRASIL, 2009).

A partir dessa conquista, verifica-se que a concessão de direitos universais dos trabalhadores, como aposentadoria, cobertura social, além de licença maternidade para as mulheres não garante a efetividade de todos os direitos e nem mudanças no padrão de comportamento entre homens e mulheres. Para Costa, Passos e Sardenberg (*apud* SCHEFLER, 2002b, p. 254) “as lutas feministas na perspectiva da igualdade expressa pelas

conquistas dos direitos civis, não lograram uma efetiva transformação nas relações assimétricas de gênero”.

Para Scheffler (2002a, p. 257), a separação no estudo dos fenômenos sociais e econômicos “corresponde a uma divisão artificial que impede uma adequada apreensão dos processos, os quais, são, ao mesmo tempo, econômicos, sociais e políticos”. Ainda segundo a autora, a noção de trabalho na sociedade capitalista não corresponde à real noção de trabalho vivenciada pelas pescadoras e também pelo trabalho artesanal/tradicional de forma geral, pois, nesses casos, o trabalho nem sempre é possível de ser contabilizado pelo indivíduo por ser despendido coletivamente pelo grupo familiar.

De fato, secularmente, o homem trabalha e a mulher “ajuda”; na casa não se trabalha, desenvolvem-se atividades reprodutivas, tais como cuidado dos filhos, da cozinha, do artesanato e o ganho proveniente dessas atividades, quando existe, é invisível. O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, sugere que ele não gera valor econômico e social.

Nas práticas cotidianas das marisqueiras é difícil mensurar o trabalho, na medida em que esse é descontínuo e é realizado, muitas vezes, de forma alternada com as atividades domésticas. O trabalho não cessa com a retirada do marisco do mangue. Pelo contrário, o marisco ainda é beneficiado (catado) pelas marisqueiras e sua família, revelando a importância do trabalho feito em casa na atividade de mariscagem. Por certo, as mães trabalhadoras dependem da ajuda de seus filhos. Segundo De Francisco (2011):

[...] a especificação das tarefas atribuídas por gênero e idade são possíveis pela ampliação do conceito de trabalho que incorporou todas as atividades que objetivam a produção de bens e serviços desenvolvidas na esfera pública ou privada. Isso possibilitou a amarração da questão do trabalho feminino às relações de trabalho e à família. Ou seja, atualmente, a questão do trabalho feminino passa pelas relações de trabalho e família (DE FRANCISCO, 2011, p. 33).

Percebe-se que o trabalho feminino na pesca agrega valor ao pescado e contribui com a renda da família; ademais, muitas mulheres são responsáveis diretas pelo sustento familiar por meio da atividade pesqueira. Ao mesmo tempo, cumprem o papel de transmissoras de ofício na medida em que os pescadores e as marisqueiras iniciam-se na pesca desde a infância.

Verifica-se que, apesar das modificações nas características básicas de trabalho que estão ocorrendo, geradas pela crise econômica e pelas mudanças tecnológicas, o núcleo familiar ainda tem grande importância na estruturação do sistema da pequena produção

mercantil pesqueira (DIEGUES, 2000 *apud* ROCHA, 2010). Assim, percebe-se que o trabalho da mulher na pesca é marcado pela variabilidade do tempo e do espaço na produção, assim como a irregularidade na quantidade produzida e a compatibilidade com as tarefas domésticas na realização de processos da cadeia produtiva da pesca.

Segundo Castro (2001), para as mulheres pescadoras, a relação entre família e trabalho é realizada através da concepção do tempo social e do tempo individual que se encontra mediado pela percepção do tempo da natureza. Assim, suas jornadas de trabalho agregam dimensões de tempo integradas ao cotidiano, provenientes de relações complexas com os ritmos e os fluxos da natureza.

No que tange à participação da mulher nos processos políticos e decisórios, essa tem aumentado no setor pesqueiro. Essa maior participação nos espaços públicos possibilita o exercício da ação em conjunto. Para Arendt (*apud* ABREU, 2004)², o espaço público é aquele em que o ser humano se comunica e age junto com os outros. De fato, a presença da mulher nas associações de pescadores e nas direções de colônias de pescadores em todo o país evidencia a preocupação das mulheres com o ordenamento dos recursos pesqueiros.

Essa maior participação das mulheres nas instâncias decisórias pesqueiras é fundamental para dar visibilidade à produção das mulheres na pesca artesanal. E, para garantir a produção desses pescadores e pescadoras, foram criadas as reservas extrativistas marinhas.

A proposta das reservas extrativistas se insere em uma lógica na qual a sustentabilidade ambiental se conjuga com aprendizagem e consolidação da cidadania em várias dimensões: política, através do exercício do poder nas instâncias comunitárias e no Conselho Deliberativo; sócio-econômica, pelo manejo comunitário dos recursos naturais e outros projetos de geração de emprego e renda; cultural com a promoção e valorização de manifestações e práticas locais (PROST, 2009, p.177).

As reservas extrativistas marinhas surgiram com vistas a assegurar às populações tradicionais a manutenção em seus locais de origem tendo seus direitos de extração dos recursos da natureza assegurados. Portanto, a criação das RESEX revoluciona o modelo de UCs que, por décadas, excluiu o uso sociotradicional da natureza como instrumento em prol da conservação ambiental. Segundo Mário Alberto dos Santos (2008):

Com a participação das populações humanas nesse processo, os resultados tendem a ser mais positivos, pois, quando se considera a sociodiversidade

² Abreu cita várias obras de Arendt, publicadas em diversos períodos.

numa relação de troca e de reciprocidades para com a biodiversidade têm-se novas possibilidades de ações para materializar a expressão “proteção da natureza” (SANTOS, 2008, p.104).

Isso reforça a tese de que essas populações tradicionais têm a possibilidade de afirmar seu conhecimento de uso e gestão da biodiversidade local. Portanto, as populações humanas que tradicionalmente desenvolveram seus universos culturais em seus respectivos lugares de moradia são também, tanto quanto os fatores físicos do ambiente, agentes de produção e manutenção da diversidade de flora e fauna, revelando que a biodiversidade e a sociodiversidade estão inextricavelmente interligadas.

Para Gonçalves (2001, p. 147) “a Reserva Extrativista comporta uma radicalidade paradigmática ao superar a ideia de UC ambiental em que a população fica excluída”. No conceito de reserva extrativista, a população é a protagonista da gestão dos recursos naturais. Nesse sentido, é fundamental o engajamento de homens e mulheres nas decisões quanto à gestão das RESEX.

De modo geral, as reservas extrativistas marinhas do estado da Bahia (Tabela 1) enfrentam problemas bem parecidos, em maior ou menor grau, a depender das especificidades de cada unidade, conforme constatado no 2º encontro das RESEX Marinhas da Bahia – evento realizado em 2009, em Maragogipe, no qual as comunidades que fazem parte das quatro RESEX marinhas baianas trocaram experiências quanto às estratégias de organização social e expuseram seus maiores problemas.

RESEX DA BAHIA	MUNICÍPIOS	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA	BIOMAS
Baía do Iguape	Cachoeira, São Felix e Maragogipe	2000	10.082,45 hectares	Mata atlântica
Canavieiras	Canavieiras, Una e Belmonte	2006	100.726,36 hectares	Marinho costeiro
Cassurubá	Caravelas e Nova Viçosa	2009	100.767,56 hectares	Marinho costeiro
Corumbau	Prado e Porto Seguro	2000	89.596,75 hectares	Marinho costeiro

Tabela 1 – RESEX da Bahia, municípios, ano de criação, área e biomas
Fonte: ICMBIO, 2002. Org.: FIGUEIREDO, 2012.

De fato, a diminuição dos estoques pesqueiros e a contaminação dos estuários afetam as atividades pesqueiras em todas as RESEX marinhas. Desse modo, é possível apontar pressões externas determinadas por uma lógica de desenvolvimento global, que afetam a

lógica local dos moradores. Entre elas, citam-se a crescente especulação imobiliária para empreendimentos turísticos e os projetos de carcinicultura³, que poluem e degradam as áreas de manguezais próximas às RESEX ou dentro delas.

Percebe-se que essas comunidades têm passado por mudanças que, em parte, são ditadas pela lógica de desenvolvimento desigual e que impõem às populações nativas exclusão dos seus locais de sustento. Desse modo, entende-se que esses conflitos que afetam a produção pesqueira, de fato, são conflitos sociais relacionados à apropriação e à propriedade das riquezas naturais. Segundo Rodrigues (2011), chamar os conflitos sociais de conflitos ambientais é aceitar as matrizes discursivas impostas pelos agentes definidores e determinantes de uma lógica de desenvolvimento em nível global que afeta os locais onde se dão tais conflitos.

Assim, estima-se o agravamento de conflitos entre a dinâmica local ligada às atividades tradicionais dos moradores, como a pesca, e o trabalho ligado à dinâmica das atividades produtivas vinculadas a lógicas em nível mundial, como, por exemplo, a carcinicultura para exportação. Segundo Milton Santos (2008b), nos lugares prevalecem paralelamente, uma razão global e uma razão local. Essas razões, em cada lugar, se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam quanto se contrariam.

Dessa forma, ainda segundo o autor, os espaços atualmente funcionam sob um regime obediente a preocupações subordinadas a determinações que vêm de fora. “Nessas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais” (SANTOS, 2008c, p. 107).

Isso só é possível, pois o Estado, a partir de políticas regulamentadoras, afeta direta ou indiretamente os aspectos de produção e consumo. Segundo Harvey (2005), o Estado se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista. Assim, para esse autor, o Estado capitalista é um instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho.

De fato, a categoria trabalho, além de ser indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade. A articulação entre as forças produtivas e as relações de produção constitui o modo de produção. E a produção capitalista é produção e reprodução de relações sociais (NETTO, 2008). Nesse sentido, percebe-se que o trabalhador da pesca artesanal está inserido nessas relações sociais, mesmo com a especificidade de sua lógica de trabalho.

³Trata-se da criação de camarão em viveiros.

Essa especificidade se dá a partir da singularidade do modo de vida que os pescadores e pescadoras artesanais vivenciam em suas comunidades, um modo de ser construído na interação constante entre esses e os recursos naturais aquáticos, que constituem uma organização social bastante peculiar.

Contrapondo atual modelo capitalista, desenharam-se, nas últimas décadas, novos interesses em compreender os modos de vida de grupos sociais que mantêm ainda suas tradições inseridas em uma economia extrativista como as comunidades pesqueiras. Modos de vida baseados numa particular relação com o lugar de pertencimento têm assegurado a seus grupos a reprodução de antigas práticas de uso e manejo dos recursos naturais (CASTRO, 2001).

Dessa maneira, as comunidades pesqueiras utilizam-se da pesca artesanal para produzir e se reproduzir no espaço no qual estão inseridos. Maldonado (1993) aponta que a pesca artesanal se caracteriza pelo trabalho familiar ou com a colaboração de parceiros, sem a prática do assalariamento e pela simplicidade tecnológica (uso de propulsão natural ou de pequenos motores, barcos e instrumentos artesanalmente feitos pelos próprios pescadores). Em contrapartida, na pesca industrial, prevalecem as relações patronais formalizadas e o assalariamento. Além disso, ao contrário da pesca artesanal, a produção pesqueira industrial “é um processo verticalizado em que grupos de trabalho e de decisão diferentes se ocupam dos diversos momentos da sua realização” (MALDONADO, 1993, p. 26).

Ademais, a pesca artesanal ajusta-se estreitamente ao mercado local e, no caso desses pescadores, a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação ou simplesmente não existe, pois “trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares a vida moderna” (SANTOS, 2008d, p. 46).

Percebe-se, assim, que as populações tradicionais são ameaçadas pelo atual modelo de desenvolvimento, pois o modelo civilizatório da sociedade de consumo demanda lucro para satisfação pessoal dentro dos padrões de vida burguês e cada vez mais as comunidades pesqueiras se inserem nesse padrão. Segundo Prost (2007):

Essas pressões do mercado são acompanhadas da penetração de informações e valores novos, exógenos, apresentados como portadores de modernidade e incensando o consumo, a acumulação e a competitividade, valores que se contrapõem às práxis tradicionais de maior harmonia entre sociedade e natureza. A realização de novas necessidades demanda uma maior renda monetária a extrair do uso dos recursos naturais (PROST, 2007, p. 142).

São necessárias alternativas de renda para as comunidades pesqueiras, de modo a diminuir a pressão sobre os estoques pesqueiros. No entanto, cabe ressaltar que as práticas de produção e reprodução social da pesca artesanal incluem um saber-fazer que resulta na apropriação, no manejo e na gestão dos recursos pesqueiros de forma ordenada e sustentável (RAMALHO, 2009).

Essa gestão dos recursos pesqueiros legitima a condição de agentes dos pescadores e pescadoras no processo de estruturação das reservas extrativistas. Desse modo, as práticas sociais elaboradas por esses devem ser incorporadas ao planejamento e à gestão do plano de manejo das RESEX e das demais políticas públicas para o ordenamento do uso dos recursos pesqueiros.

Para tanto, é importante o fortalecimento da condição de agentes das populações locais. Segundo Sen (2010), a condição de agente do indivíduo como participante de ações econômicas, sociais e políticas, depende do que o autor chama de liberdades instrumentais cruciais, quais sejam: oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Nesse sentido, a expansão da liberdade é vista como o principal fim e o principal meio para o desenvolvimento.

Ainda para esse autor, essas liberdades podem ser diversificadas pela política pública, mas, também, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das liberdades participativas da população. Desse modo, a participação política é uma parte constitutiva do processo de desenvolvimento. Para Souza (2010, p. 60), “o desenvolvimento é entendido como uma mudança social positiva”.

Arendt (2009) afirma que a política diz respeito à coexistência e à associação de seres humanos diferentes e que a liberdade só existe no espaço intermediário da política. Ainda segundo essa autora, o significado da política é a liberdade. Para tanto, a ação é o meio em que os seres humanos podem ser livres e gerar poder. Assim, o poder é o resultado da ação, a liberdade seu sentido e o espaço político é, ao mesmo tempo, o espaço da ação e o seu resultado. Percebe-se, desse modo, que, para uma efetiva participação política da população local nas decisões quanto à gestão da RESEX, é necessário, em primeiro lugar, uma ação em conjunto dos extrativistas, organizados pela Associação Mãe, junto ao Conselho deliberativo da RESEX, assim como, de preferência, dos demais usuários dos recursos hídricos.

Dessa maneira, o planejamento para a RESEX deve assegurar a autonomia das populações que ali residem e garantir que essas se tornem agentes gestores do próprio processo de tomada de decisões. Segundo Souza (2010, p. 69), “Se assim é, a experiência prática cotidiana e o ‘saber local’ dos cidadãos deverão ter livre expressão e ser

incorporados à análise e ao desenho da intervenção planejadora”. Nesse sentido, o presente estudo busca refletir sobre a participação das mulheres no trabalho e nas instâncias decisórias da pesca artesanal.

1.3 Procedimentos metodológicos

A opção por um método, bem como por distintos procedimentos metodológicos que foram utilizados na pesquisa, demonstra as afinidades quanto às concepções de mundo e experiências de vida da pesquisadora. Afinal, o método científico está intrinsecamente relacionado com a visão de mundo do pesquisador. Segundo Mário Alberto dos Santos (2007):

A escolha dos procedimentos metodológicos é a escolha dos caminhos a serem trilhados, por isso sua essencialidade aos trabalhos científicos. Teorias e métodos são pontos de partidas, os caminhos nos levam as realizações e as construções (SANTOS, 2007, p. 126).

Desse modo, nesta pesquisa, com o intuito de contribuir com a adoção de epistemologias feministas na Geografia, buscou-se uma análise comprometida com o desmantelamento de uma ciência que se diz neutra e objetiva, mas que de fato sempre tomou o homem branco e ocidental como sujeito universal, assumindo, portanto, a perspectiva feminista na construção da ciência.

Assim, o método a ser utilizado é o dialético, pois esta pesquisa considerou o entendimento do objeto de estudo como um processo. Para tanto, a análise realizada ponderou sobre o processo histórico vivenciado pela RESEX Canavieiras para refletir sobre o que condicionou suas especificidades. Igualmente, para o entendimento da participação da mulher na pesca, foi feita uma análise do processo histórico de exclusão da mulher.

Quanto aos procedimentos metodológicos, primeiramente, foi realizado levantamento de dados bibliográficos e pesquisa de dados secundários em órgãos públicos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes para Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM), a Bahia Pesca, bem como instituições de pesquisa e ensino e organizações não governamentais (ONGs) que atuam nas áreas pesquisadas. Também foram coletados dados a partir da participação em eventos que debatiam os temas tratados nesta pesquisa, tais como seminários, encontros e discussões

estaduais e nacionais sobre pesca artesanal e sobre gênero, promovidos tanto por organizações institucionais quanto por organizações sociais da pesca.

Foram realizados três trabalhos de campo ao longo de 2012. Esses trabalhos de campo foram estruturados de modo que, enquanto pesquisadora e mãe, eu pudesse cumprir com as atividades reprodutivas de amamentação. Assim, nas primeiras campanhas foram visitadas apenas as comunidades mais próximas, que possibilitassem retornar duas vezes ao dia à casa.

Durante a primeira campanha, em janeiro de 2012, nos hospedamos na casa de pescadores na Vila de Atalaia, no intuito de fazer uma aproximação inicial com os moradores dessa Vila e as demais pescadoras e pescadores de Canavieiras. Nessa campanha, foram realizadas entrevistas e questionários com as pescadoras, representantes da prefeitura de Canavieiras e funcionários da Associação Mãe da RESEX Canavieiras (AMEX).

A segunda campanha, em março de 2012, foi para participar do 2º Encontro da Rede de Mulheres das Comunidades Extrativistas Pesqueiras do Sul da Bahia. Nessa campanha, foram realizadas entrevistas com as participantes e as organizadoras do evento. A terceira campanha, em junho de 2012, visou cobrir as lacunas das campanhas anteriores, com visitas às comunidades mais distantes e a órgãos públicos, aplicação de questionários e entrevistas e participação em reuniões.

Durante as três campanhas de campo foi feita pesquisa documental na sede do ICMBio/RESEX Canavieiras, a qual se encontra na cidade de Canavieiras. Foi permitido o acesso aos volumes 1, 2, 3 e 4 do processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras e ao livro das atas relativas às reuniões. As entrevistas com os funcionários do ICMBio e com os funcionários da AMEX também ocorreram na sede do ICMBio. Também foi realizada pesquisa documental junto à Colônia de Pescadores Z-20 de Canavieiras. Foi permitido o acesso às fichas de inscritos na colônia para o levantamento de dados relativos a gênero e ano de filiação.

A escolha das pescadoras e pescadores entrevistados foi aleatória. As entrevistas foram estruturadas, por sexo, com questões abertas, de modo a captar a opinião dos entrevistados. Parte dessas entrevistas foram realizadas em conjunto com os demais pesquisadores do grupo Costeiros. Também foram entrevistadas lideranças comunitárias e representantes dos órgãos públicos locais (Tabela 2). Já os questionários foram estruturados de maneira que os entrevistados escolhessem alternativas de respostas, no intuito de levantar dados quantitativos sobre a qualidade de vida das pescadoras. A maior parte das entrevistas foi gravada, possibilitando a transcrição integral dos depoimentos. Os fragmentos mais importantes dos depoimentos obtidos estão presentes ao longo do texto da dissertação.

ENTREVISTADOS	NÚMERO
Funcionários Públicos	3
Funcionários da AMEX	2
Organizadoras da Rede de Mulheres	4
Participantes do encontro da Rede de Mulheres	17
Pescadoras	68
Pescadores	21
Total de entrevistas	115

Tabela 2 – Número de entrevistados no município de Canavieiras
Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Durante os trabalhos de campo, a observação das diversas atividades realizadas na pesca pelas mulheres, bem como sua participação em instâncias decisórias da pesca artesanal, visou registrar os fatos acontecidos e em desenvolvimento nas comunidades estudadas por meio do registro fotográfico. Atribui-se à fotografia um caráter textual singular, tal qual a escrita e o número, considerando que esse procedimento oferece registro das ações temporais e espaciais, dos acontecimentos reais – concretos e materiais (LOIZOS, 2008). O quadro a seguir sintetiza as técnicas, as fontes e os instrumentos utilizados nesta pesquisa (Tabela 3).

TÉCNICAS	FONTES	INSTRUMENTOS
Pesquisa documental e bibliográfica	Relatórios e estudos sobre pesca e gênero em órgãos como IBAMA, ICMBio, IBGE, Bahia Pesca e SPM; Dados das associações e colônias de pescadores(as).	Livros, artigos, dissertações sobre gênero, trabalho, pesca, produção e reprodução do espaço; Dados estatísticos e publicações de órgãos públicos; Publicações e relatórios resultantes de encontros de pescadores (as)
Pesquisa de campo	Observação direta e coleta de depoimentos; Participação em eventos que debatiam os temas tratados.	Fotografias Entrevistas e questionários

Tabela 3 – Síntese das técnicas, fontes e instrumentos utilizados na pesquisa
Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Em um segundo momento, foram realizadas a descrição e a análise das práticas das mulheres na atividade pesqueira a partir dos dados produzidos na pesquisa de campo, por meio do processamento de dados: tabulação dos dados de campo, transcrição de entrevistas e

seleção das fotografias a serem apresentadas. Esses procedimentos permitiram a elaboração de mapas, gráficos e quadros.

Desse modo, a presente dissertação foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro é o presente capítulo. O segundo é a caracterização da área de estudo. Nesse capítulo, é realizado um levantamento do município de Canavieiras, em seguida, trata-se da RESEX Canavieiras, com o detalhamento do seu processo de criação e a descrição das comunidades que fazem parte dela. O terceiro capítulo, intitulado “A participação da mulher na cadeia produtiva da pesca em Canavieiras”, discute gênero e trabalho, o trabalho da mulher na família e as condições de trabalho e renda das pescadoras da RESEX Canavieiras. O quarto capítulo, intitulado “A participação social e política das mulheres pescadoras em Canavieiras”, discute gênero e os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil da pesca artesanal e a participação política das pescadoras na RESEX Canavieiras.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Conhecer a área de estudo é fundamental para compreender como se dá o trabalho na pesca artesanal na reserva extrativista em questão. Assim, neste capítulo, a atual configuração socioespacial do município de Canavieiras será descrita e analisada, com o intuito de elucidar as especificidades vividas pela RESEX, dadas as suas particularidades de ocupação e ordenamento, considerando o quadro natural e a organização socioespacial pretérita.

2.1 O município de Canavieiras

O município de Canavieiras situa-se na região sul do estado da Bahia, em uma zona de baixa latitude (entre 13°12' e 15°50'), com altitude de 4 m. A via de acesso a partir de Salvador é a Rodovia BA-101, que liga os 520 km de distância entre as duas cidades (Figura 1). Segundo o censo de 2010 (IBGE, 2012), a população do município é de 32.336 habitantes.

Figura 1 – Localização da área de estudo no estado da Bahia



Fonte: MACHADO, 2007.

A região caracteriza-se por apresentar clima tropical, com elevadas temperaturas e altos índices de precipitações. É constituída por duas principais províncias geomorfológicas que estão presentes no município: a planície quaternária (marinha e fluviomarinha) e os tabuleiros costeiros, sustentados por um arcabouço geológico constituído por depósitos fluviais e a formação barreiras (SEI, 2012).

A planície quaternária compreende depósitos de origem marinha, fluvial e lagunar, além de terras úmidas que condicionam a vegetação predominante. A planície quaternária

marinha é formada por praias, cordões litorâneos, restingas e terraços arenosos, oriundos da acumulação de sedimentos. A planície quaternária fluviomarinha contém mangues e lagunas que testemunham a evolução dos baixos cursos dos canais fluviais (DOMINGUEZ, 2008).

O município de Canavieiras apresenta áreas de transição entre ambientes terrestres e marinhos em áreas costeiras abrigadas em região tropical. Tais áreas representam os manguezais, que, por sua vez, oferecem condições propícias para alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies animais que servem de base para o sustento das comunidades pesqueiras (SHAEFFER-NOVELLI, 1995).

Na região, a Mata Atlântica engloba um diversificado mosaico de biomas florestais com estrutura e composições diferenciadas. As fitofisionomias presentes caracterizam-se em vários extratos, e a maior parte da fauna e da flora brasileiras em via de extinção é endêmica da Mata Atlântica. Segundo a Portaria nº. 9/2007, do Ministério do Meio Ambiente (MMA):

O Bioma Mata Atlântica é composto por um conjunto de formações florestais e ecossistemas associados que inclui a Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, os campos de altitude, os brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste. O conjunto de fitofisionomias que forma a Mata Atlântica propiciou uma significativa diversificação ambiental, criando as condições adequadas para a evolução de uma comunidade rica em espécies animais e vegetais (BRASIL, 2007, p. 75).

Apesar do intenso processo de ocupação, o bioma da Mata Atlântica ainda abriga um dos mais importantes conjuntos de plantas e de animais do planeta. Associadas à Mata Atlântica existem também outras paisagens como os manguezais e as restingas. Todas essas paisagens mantêm grande relação de afinidade e complementaridade com a Mata Atlântica e estão igualmente sob forte pressão de ocupação.

A restinga, de modo geral, é considerada uma área de extensão de espécies vegetais em terrenos arenosos. As plantas da restinga apresentam adaptações morfológicas que aumentam sua resistência a ambientes secos e arenosos. As restingas constituem ecossistemas ímpares que abrigam espécies típicas de ambientes de transição, entre ecossistemas marinhos e continentais. Esses ecossistemas estão sendo extintos ao longo do litoral brasileiro e devem ser protegidos da ocupação humana desordenada (PANGEA, 2009).

Os brejos são áreas inundadas ou saturadas por água superficial ou subterrânea, com frequência e duração suficiente para dar suporte a uma vegetação adaptada a condições aquáticas. Os brejos ocupam áreas transicionais entre os sistemas terrestres e aquáticos,

desempenhando funções físicas e biológicas, e são conhecidos também como terras úmidas. Desempenham relevante papel como elemento modulador dos diversos ecossistemas, associados a ambientes que se desenvolvem sobre substratos arenosos, carentes de recursos hídricos superficiais (PANGEA, 2009).

Os manguezais são um ecossistema de transição entre os ambientes terrestres e marinhos, característicos de regiões tropicais, sujeitos ao regime das marés. Esses têm sua importância em razão de suas diversas funções ecológicas tais como retenção de sedimentos e matéria orgânica, proteção das margens da baía e, principalmente, berçário e viveiro de diversas espécies nas regiões tropicais (SHAEFFER-NOVELLI, 1995).

Desse modo, o município de Canavieiras apresenta condições propícias para a pesca artesanal, que já era praticada pelas populações indígenas e continuou após a chegada dos portugueses. A ocupação dessa região iniciou-se no século XVI e foi estimulada pela exploração de madeira, sobretudo o pau-brasil. Com a independência do país, Canavieiras, em 1832, passou à categoria de vila, sob o título de “Imperial Vila de Canavieiras” (IBGE, 2012).

Em 1891, a Vila conquistou o foro de cidade por Ato Estadual. A composição territorial do município permaneceu inalterada até 1953, quando, em decorrência de uma lei estadual, foi desmembrado do seu território um Distrito. Em 1963, foram emancipados Camacan, Pau Brasil, Mascote, Una e Santa Luzia, que se constituíram municípios (IBGE, 2012). Nota-se na cidade a presença de construções antigas e um centro histórico revitalizado para estimular o turismo na região (Fotografia 1).

Fotografia 1 – Centro Histórico de Canavieiras



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Essa região, nos séculos XIX e XX, teve como principal atividade econômica a cultura do cacau, a qual perdurou até metade dos anos 1980. O cultivo de cacau no município de Canavieiras estava diretamente associado à presença da Mata Atlântica – por ser uma plantação cultivada na sombra, era feita nos trechos de mata, em vales, geralmente localizados ao longo do Rio Pardo, sobretudo no interior do município. Esse sistema de plantio é popularmente conhecido como “cabruca”. Posteriormente, a produção diminuiu, e a atividade econômica entrou em crise em decorrência da infestação de vassoura-de-bruxa (doença causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*), uma praga que atacou o cacau em toda região de Canavieiras (CEPLAC, 2012).

Contudo, a região conta com o apoio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão do Ministério da Agricultura, criado em 1957, época em que a economia cacaueira atravessava uma grave crise tendo sua atuação, desde seus primórdios, centrada basicamente no apoio à cacaucultura. Desta forma, todos os esforços do órgão estão direcionados para a recuperação da economia regional e para o combate da vassoura-de-bruxa. Esse órgão também faz pesquisas sobre as demais doenças que atacam o cacau. Ademais, a CEPLAC também, recentemente, estimula a diversificação da agricultura por meio do fomento à expansão de novos cultivos.

Dessa forma, segundo Nascimento e Dominguez (2010), no final do século XX e início do século XXI, as transformações no município tornaram-se mais significativas. Nos anos 1980, a instalação de novos empreendimentos na região, tais como a expansão da pecuária seguida dos projetos de plantio de eucaliptos, modificaram sobremaneira a economia regional. Cabe ressaltar que os espaços de plantio de eucalipto de propriedade da empresa Vera Cruz Florestal Ltda. ocupavam cada vez mais áreas no município de Canavieiras. Assim, esse município, com a promulgação uma lei estadual, em 2002, restringiu a expansão das áreas de eucalipto em seu território, limitando-as a, no máximo, 20% da superfície do município por tempo indeterminado. A revogação da lei esteve em pauta na Câmara de Vereadores de Canavieiras em 2005. No entanto, não houve consenso entre os parlamentares (NASCIMENTO; DOMINGUEZ, 2010).

Contudo, esses projetos não absorviam uma parcela significativa da população que trabalhava nas lavouras de cacau. Dessa forma, nesse período, grande parte da população rural migrou para a cidade, e a atividade pesqueira se tornou uma fonte importante de rendimentos para a população que, limitada pelas poucas opções disponíveis no mercado formal de trabalho, passou a se dedicar à atividade extrativa com maior frequência, com finalidades comerciais e de consumo próprio.

Esse aumento no número de pescadores na sede do município, causado pela migração dos trabalhadores das lavouras de cacau, não descaracteriza as comunidades do município enquanto comunidades tradicionais de pescadores, pois algumas dessas comunidades já existiam antes do processo de intensificação da migração no campo devido à crise cacauera. De fato, desde a década de 1980, a população de Canavieiras tem crescido em função dessa migração.

A partir de 2000, surgiram novas perspectivas de investimentos para o município de Canavieiras, tais como: a implantação de empreendimentos voltados para o turismo, o projeto de construção da Rodovia Belmonte-Canavieiras, a instalação dos projetos de carcinicultura e, mais recentemente, a plantação de produtos agrícolas voltados para o programa do Governo Federal de biodiesel. Esses investimentos indicam transformações tanto econômicas como sociais, resultantes da dinâmica das relações desse município (NASCIMENTO; DOMINGUEZ, 2010).

Contudo, as atividades desenvolvidas na região com o apoio de políticas públicas, principalmente os projetos de carcinicultura e os projetos de desenvolvimento do turismo, não têm conseguido absorver uma parcela significativa da população economicamente ativa, além de causarem impactos ambientais, especialmente ao ecossistema manguezal, o que implica em reflexos diretos na pesca artesanal (MACHADO, 2007).

Segundo o Laudo Socioeconômico produzido pelo PANGEA (2009):

Canavieiras vive hoje dois processos contraditórios de aprofundamento do abismo existente entre as classes sociais. De um lado, estão os empresários do ramo da aquicultura, mais especificamente a carcinicultura, que vem se apropriando de extensas faixas de terras, que outrora era área de pesca das populações tradicionais, soma-se a estes, os empresários do ramo do turismo que, também, estão se apropriando das mais belas áreas do município agravando o conflito de uso da terra e dos corpos de água com as comunidades (PANGEA, 2009, p. 14).

No caso do turismo na região, observa-se um fluxo crescente de turistas das classes B e C oriundos dos municípios vizinhos e também de outros estados (PANGEA, 2009). Todavia, há também turistas com alto poder aquisitivo, que utilizam os serviços dos *resorts* e vão embora sem ter um maior contato com a população local, com seus costumes e cultura – o que evidencia um projeto de turismo que não se integra, de fato, à economia local. Além disso, os postos de trabalho oferecidos para a população nativa são os menos prestigiados e com remunerações mais baixas.

Ainda segundo Machado (2007, p. 53), “estes estabelecimentos promovem também o fechamento de áreas e acessos tradicionalmente utilizados pela população local”. Assim, as comunidades tradicionais de pescadores estão sendo privadas de seu acesso às praias e manguezais, devido às cercas colocadas por proprietários. Os investimentos em turismo também têm levado à especulação imobiliária e à grilagem de terras da União para a instalação de empreendimentos hoteleiros.

Edmar Alves, o secretário de turismo do município, no ano de 2012, afirmou em entrevista que o turismo segue um modelo da região e que o empenho do governo com apoio da iniciativa privada, que investe em uma rede hoteleira mundial de grande porte, tem contribuído para estimular o turismo na região. Contudo, a maior parte dos investimentos é de estrangeiros. Como outras medidas de estímulo ao turismo foram realizados investimentos na produção do primeiro inventário turístico da Costa do Cacau e na restauração do Centro Histórico da cidade.

Quanto à carcinicultura, essa consiste num ramo da aquicultura (criação de organismos aquáticos) que, com o modelo de manejo e de produção implantado na região, tem seus tanques criatórios escavados em ecossistemas estuarinos. Essa atividade vem se expandindo no Brasil desde a década de 1970, devido a incentivos governamentais e políticas econômicas, para atender à demanda mundial por camarão visando, principalmente, à produção para o mercado externo (MELLO, 2007 *apud* PASSOS, 2010).

As instalações desses tanques criatórios ocorrem, sobretudo, nos manguezais que, apesar de protegidos por lei, têm como uma de suas principais atividades impactantes a carcinicultura, a qual gera a emissão de resíduos (dejetos e excrementos de camarão) nos manguezais e modifica o sistema natural hídrico, além de provocar a supressão da vegetação. A carcinicultura é, portanto, uma atividade com potencial negativo no modelo de manejo praticado na região. Poderia ser uma atividade com modelo produtivo e de manejo agroecológico e em tanques redes em área de lagamar. Segundo Vannucci (2002), a carcinicultura, quando realizada de maneira apropriada, fora de áreas de manguezal, pode ser ecologicamente sustentável.

No caso do município de Canavieiras, as fazendas de carcinicultura não estão respeitando a legislação ambiental e falta o licenciamento de tais projetos. O governo estadual, por meio da Bahia Pesca, fez um estudo de viabilidade econômica, que foi apresentado em uma feira de agronegócio. Assim, doze projetos foram implantados e licenciados pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), atual Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA), sem que a população fosse informada dos impactos

dos empreendimentos e sem a realização das audiências públicas previstas em lei. O Ministério Público interferiu, solicitando um estudo de impacto ambiental. As fazendas passaram a produzir por meio de liminar.

Em entrevista cedida durante a pesquisa de campo realizada em 2012, Marcos Bessa – assessor de meio ambiente do município no período de 2007 a 2012 – afirmou que o modelo de produção é considerado ecológico, pois a alimentação é em bandeja e, além disso, há tanque de decantação, pelo qual a água passa antes de ser devolvida ao rio. Ainda segundo o assessor, o lodo é retirado a cada 90 dias e armazenado em lugar predestinado na fazenda. No entanto, Ernesto Monteiro, presidente da AMEX, afirmou, por sua vez, que ocorre o despejo de dejetos sem tratamento, o assoreamento de rios e riachos, há mortalidade de peixes e mariscos, além do desmatamento do manguezal, o que implica na diminuição de pescados na área de influência desses projetos.

Tais projetos de carcinicultura não são bem vistos pela população local, pois, em 2008, foi identificada a presença do vírus *White Spot Syndrome* (WSS), conhecido como Mancha Branca em fazendas de camarão do município de Canavieiras, um dos principais polos de produção de camarão no estado. A Mancha Branca é uma doença viral que atinge camarões, causando até 100% de mortalidade em três a sete dias. Como em outros estados e países onde o WSS atingiu a criação de camarões, foi grande o impacto socioeconômico causado nos lugares afetados, pois toda a produção foi perdida. Esse foi o único registro desse fato em Canavieiras (TRINDADE, 2009).

Nos demais conflitos no setor pesqueiro, tem destaque a pesca esportiva, que faz com que Canavieiras tenha uma projeção internacional no ramo. O que ocorre é que o município é a saída marítima mais próxima do banco *Royal Charlotte*, um prolongamento da plataforma continental que forma um anteparo às correntes marinhas submersas, alterando a temperatura da água e beneficiando a fauna local. Isso atrai para perto os grandes peixes predadores, como o Marlin Azul, principal peixe procurado para esse tipo de pesca por pesar entre 100 e 300 kg (BAHIASPORTFISHING, 2013).

O banco *Royal Charlotte* está fora da área da RESEX, no entanto o acesso a esse banco é feito através da área da RESEX, o que implica em um fluxo constante de barcos nas proximidades. Além dessa grande movimentação, a pesca esportiva pode ser um dos fatores de diminuição dos estoques pesqueiros na região. Algumas empresas de pesca esportiva que oferecem esse tipo de pesca no município seguem normas internacionais para a atividade, segundo as quais os peixes capturados são tagueados (recebem registro de captura) e devolvidos ao mar.

Ademais, a pressão do mercado com intensa demanda de pescado contribui também para a pressão sobre o ecossistema local. Essa demanda, muitas vezes, leva à pesca intensiva, de forma predatória, com a utilização de redinhas para a atividade pesqueira. Segundo Vannucci (2002), o conhecimento tradicional dos pescadores com relação às áreas de desova de espécies se confirma pela prática generalizada de captura de alevinos em áreas de mangue com redes de malha fina em grandes quantidades, sendo essa prática ativa em qualquer manguezal do mundo, resultante da pressão do mercado por pescados, contribuindo, assim, para a degradação desse ecossistema.

O assoreamento e a alteração hidrodinâmica e da qualidade da água dos rios no estuário são cada vez mais intensos e trazem como uma de suas consequências a diminuição dos estoques pesqueiros. No caso dos estuários, é importante considerar as alterações que ocorrem não somente neles, como também nas bacias hidrográficas às quais pertencem. Nesse caso, o município está inserido na bacia hidrográfica do Rio Pardo e do Rio Jequitinhonha, os quais cortam os estados de Minas Gerais e da Bahia e deságuam no município de Canavieiras, formando dois estuários que fazem parte da RESEX e que são de suma importância para as comunidades de pescadores artesanais, pois constituem um berçário de diversas espécies de peixes e crustáceos.

Dessa forma, entende-se que alguns fatores podem causar intoxicações aos organismos marinhos e, conseqüentemente, redução de seu valor comercial em função dessa contaminação. Entre as substâncias responsáveis pelas intoxicações, podem ser citados: os resíduos industriais (calda de usina, cloro, metais pesados e outros produtos) lançados diretamente nos estuários ou a montante desses, bem como os agrotóxicos e pesticidas utilizados nas plantações e carregados pelos rios e, possivelmente, a vazão de poluentes (VARJABEDIAN, 1995). Somam-se a esses os efluentes da rede de esgoto doméstico das comunidades e o esgoto das embarcações que são lançados diretamente nos estuários ou no mar sem tratamento.

A dinâmica do município de Canavieiras, explicitada anteriormente, demonstra a necessidade de criação dessa RESEX para assegurar às populações tradicionais o direito a viver dos recursos naturais tradicionalmente utilizados como fonte de renda e alimentação. Adiante, será detalhada a atual situação da RESEX, seu processo de criação e as comunidades pesqueiras que fazem parte dessa Reserva.

2.2 A RESEX Canavieiras

As RESEX, conforme explicitado, são espaços de uso sustentável cujo objetivo é o ordenamento territorial em comunidades pesqueiras a fim de contribuir com a gestão e a extração dos recursos marítimos pelas populações tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais.

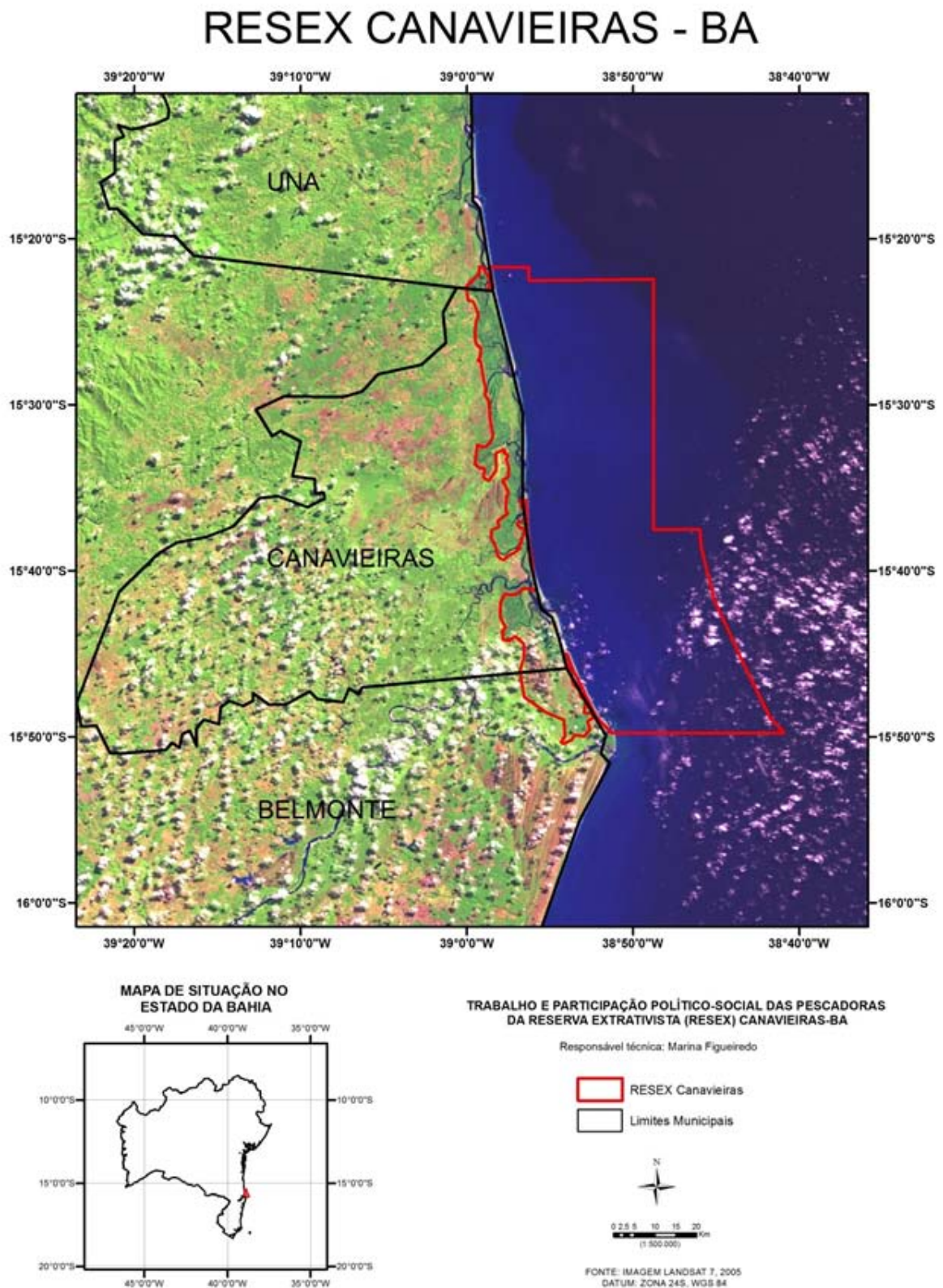
Essas Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS) foram decretadas em função da importância ecológica e social dos ecossistemas marinhos, os quais são a fonte de sustento e a base para a manutenção da vida de milhares de pescadores e pescadoras artesanais que vivem nas áreas dessas reservas extrativistas. No Brasil, as áreas marinhas costeiras são protegidas por lei: a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) considera as áreas costeiras como de preservação permanente. Apesar desse reconhecimento, o país ainda carece de fiscalização de suas áreas costeiras.

Por sua grande diversidade biológica, os principais biomas presentes⁴ na RESEX Canavieiras servem como fonte de alimentação e renda para as comunidades tradicionais de pescadores, o que os torna de extrema importância para a população local como fonte de recursos. Para além de alimentação e renda, tais ecossistemas proporcionam uma relação simbólica que gera também saberes, valores culturais, relações sociais e de trabalho, hábitos e crenças.

A RESEX em estudo foi criada no ano de 2006. Suas delimitações abrangem o município de Canavieiras e uma pequena parte de Unas e Belmonte (Figura 2). Essa RESEX é composta por áreas de manguezais, áreas de restingas, áreas de estuários, rios, áreas úmidas e praias, remanescentes de Mata Atlântica, além de área marítima, totalizando 100.726,36 ha (ICMBIO, 2002). Observa-se que a RESEX Canavieiras abrange superfícies de água e terra, o que, na Bahia, só se observa na RESEX Cassurubá, criada posteriormente à de Canavieiras. Essa abrangência é muito importante uma vez que possibilita aos pescadores mais garantias, no que se refere, por exemplo, à moradia e também a outras atividades, tais como agricultura e extrativismo vegetal. Foi justamente por causa dessa parte de terra, sobre a qual a RESEX determina o uso dos recursos naturais, que a Prefeitura e os segmentos do setor privado foram tão reticentes quanto à criação dessa Unidade de Conservação, conforme será detalhado no item 2.2.1.

⁴ Mata Atlântica, Manguezal e Restinga.

Figura 2 – Mapa da área da RESEX Canavieiras



No detalhe: a localização da RESEX na Bahia.
Org.: FIGUEIREDO, 2012.

Mesmo diante da importância de se conservar tais ecossistemas e melhorar as condições de trabalho e de renda das populações que deles dependem, evidencia-se que a RESEX Canavieiras tem passado por inúmeros problemas que afetam a pesca artesanal. Desse modo, é necessária a mobilização social constante dos extrativistas da RESEX para assegurar seus direitos. Para tanto, o processo de criação e efetivação de mecanismos de participação da população no planejamento e na gestão representa significativo avanço para que a coesão social da RESEX assegure as conquistas instituídas.

Podemos apontar pressões externas determinadas por uma lógica de desenvolvimento global, ditadas pelo neoliberalismo e assumidas pelo Estado como políticas de desenvolvimento, que privilegiam os interesses do grande capital financeiro, afetando a lógica local dos moradores. Entre elas, citam-se a crescente especulação imobiliária para empreendimentos turísticos e os projetos de carcinicultura, que poluem e degradam as áreas de manguezais próximas ou dentro da RESEX.

Percebe-se que essas comunidades têm passado por mudanças que, em parte, são ditadas pela lógica de desenvolvimento desigual e que impõem às populações locais exclusão dos seus locais de sustento. Outro exemplo disso é a produção de *commodities* a partir de projetos de silvicultura na RESEX, que atende às exigências do mercado externo.

No caso das RESEX Marinhas, a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros legitima os pescadores e pescadoras na condição de agentes no processo de estruturação dessas UCUS. Desse modo, as práticas sociais elaboradas por estes devem ser incorporadas ao planejamento e à gestão, para que, na elaboração do Plano de Manejo da RESEX e na concepção das demais políticas públicas para o ordenamento do uso dos recursos pesqueiros, seja garantida a efetiva participação dos moradores-usuários.

Essa articulação é importante para haver um diálogo entre os extrativistas e as diversas esferas do governo que atuam no município. Dessa forma, cabe discutir o papel do pacto federativo brasileiro, instituído na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que atribui aos municípios competências relativas apolíticas sociais e que apresentam repercussões locais. Segundo a Constituição, a implementação de programas é de competência de qualquer um dos níveis da federação, ainda que submetidos a diretrizes da União. Assim, a Carta Federal não estabelece qualquer hierarquização de competências de gestão entre os níveis do governo (ARRETCHE, 2000).

A Lei nº. 9.985/2000, regulamenta o art. 225, da Constituição Federal, que instituiu o SNUC, e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. Esse Sistema institui dois grupos de UCs, a saber: Unidades de Proteção

Integral e Unidades de Uso Sustentável, subdivididos em algumas categorias (BRASIL, 2000). Ademais, O Conselho Nacional do Meio Ambiente também dispõe sobre as Unidades de Conservação.

As reservas extrativistas são definidas e regulamentadas pelo SNUC e enquadram-se nas Unidades de Uso Sustentável. No artigo 18, define-se:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade [...] A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (BRASIL, 2000).

A questão é como articular os interesses municipais com os interesses da reserva extrativista – que é uma UC federal – e os interesses do governo estadual. De fato, o interesse deveria ser sempre comum, como está na Constituição (BRASIL, 1988). No entanto, no caso do município de Canavieiras, nota-se que as diversas esferas de atuação governamental divergem quanto aos interesses dos distintos atores locais. Assim, há uma relação bastante conflituosa entre a prefeitura, os extrativistas, a elite local e as propostas de desenvolvimento estadual.

Para Fonseca (2004), recentes iniciativas locais – as quais o autor denomina de localismos – ocorrem em variados municípios de países desenvolvidos e subdesenvolvidos e respondem às novas dinâmicas globais. Isto só é possível, pois o Estado, a partir de políticas regulamentadoras, afeta direta ou indiretamente os aspectos de produção e consumo. Dessa forma, os municípios e os governos locais têm um papel relevante no atual contexto. Ainda para esse autor, um cenário localista se impõe em decorrência da crescente institucionalização da política e do desenvolvimento no nível municipal, e isso está relacionado “ao processo de reestruturação capitalista, às reformas no papel do Estado e ao aumento de demandas sociais por participação no nível das decisões locais” (FONSECA, 2011, p. 60).

Assim, em um primeiro momento, será feito o detalhamento do processo de criação da RESEX Canavieiras, para que se possa entender o cenário local a partir da discussão das políticas da prefeitura e suas divergências com a população tradicional de pescadores de Canavieiras. Em seguida, serão caracterizadas as comunidades de pescadores que fazem parte dessa RESEX.

2.2.1 O processo de criação da RESEX Canavieiras

A criação dessa RESEX decorreu de vários anos de organização e luta dos pescadores e pescadoras de Canavieiras. Segundo Ernesto Monteiro, em entrevista cedida durante a pesquisa de campo, em 2012, atual presidente da AMEX, a luta começou em 1999, quando os pescadores artesanais de Canavieiras começaram a se organizar para reivindicar melhoria em suas condições de trabalho: defesa dos recursos naturais da região, acesso aos locais de pesca e mariscagem, cumprimento dos defesos etc.

Em 2001, o Instituto de Conservação de Ambientes Litorâneos da Mata Atlântica (ECOTUBA), ONG sediada em Canavieiras que atua na área de educação ambiental, propôs a criação de uma reserva extrativista para a Associação de Pescadores e Marisqueiras de Canavieiras. A partir disso, os pescadores e marisqueiras concluíram que a criação da reserva poderia contribuir para a conservação dos recursos pesqueiros e decidiram encaminhar uma carta ao IBAMA, atual ICMBio, solicitando a criação da unidade (AGUIAR, 2011).

A carta encaminhada ao IBAMA continha a assinatura de 118 pescadores e marisqueiras e deu origem ao processo de criação da reserva junto a esse órgão. Na carta, pescadores e marisqueiras das localidades de Oiticica, Puxim e da sede do município pediam a criação da reserva extrativista e, ao mesmo tempo, solicitavam que fosse enviado um grupo de técnicos daquele órgão às comunidades (ICMBIO, 2002).

Em 2002, atendendo à solicitação do processo, técnicos do IBAMA dirigiram-se ao município de Canavieiras e elaboraram um plano de trabalho, que consistiu em: envolver o escritório do IBAMA de Ilhéus no processo; ampliar o apoio local à criação e ao desenvolvimento da RESEX; fortalecer a base organizacional local; definir os passos concretos para a conclusão do processo de criação da RESEX; definir responsabilidades individuais e institucionais no sentido da conclusão desse processo (ICMBIO, 2002).

Nesse mesmo ano, ocorreram três reuniões com os técnicos do IBAMA, os pescadores e as marisqueiras das comunidades, que resultaram, entre outras medidas de fortalecimento da criação da RESEX, no grupo Pró-RESEX (ICMBIO, 2002). Esse grupo, formado por sete associações mais a Colônia Z-20, elaborou uma agenda de trabalhos para dar andamento ao processo de criação da RESEX. A pauta era agilizar o estudo biológico e diagnóstico socioeconômico e demarcar a área da reserva. Outra alternativa do grupo foi atuar no processo político em âmbito nacional. Segundo o Laudo socioeconômico da RESEX Canavieiras, elaborado pelo Centro de Estudos Socioambientais (PANGEA), a partir dessa visita:

Foram realizados os estudos sócio-econômicos preliminares por uma equipe mista formada por técnicos do IBAMA e da Prefeitura Municipal coordenada pelo Sociólogo Orlins. Essa equipe mista também realizou várias reuniões locais com representantes da Prefeitura, de Associações, Colônia de Pescadores, Grupos Ambientalistas e visitas às comunidades. A partir dessa ação foi formado um grupo denominado de “Grupo Pró-RESEX”, para atender às demandas de criação da Reserva Extrativista (PANGEA, 2009).

Inicialmente, a Prefeitura de Canavieiras apoiava a criação da RESEX, quando a proposta era um território só de água, ou seja, estritamente onde a pesca é praticada. Quando o movimento se ampliou e discutiu-se o aumento da área do projeto inicial, incorporando terras, que são de uso comum das comunidades de pescadores, a prefeitura mudou de posição, sob pressão dos segmentos do setor hoteleiro, da carcinicultura entre outros.

Em 2003, foi realizada a audiência pública para consultar os diversos segmentos da sociedade quanto à criação da RESEX. Ainda em 2003, segundo Carlos Pinto, vice presidente da AMEX, em entrevista cedida durante a pesquisa de campo, em 2012, as associações começaram a se articular e participar das reuniões das demais associações visando a troca de conhecimentos. Com a iniciativa dos pescadores e das lideranças, o processo foi se tornando cada vez mais forte. Paralelamente a esse processo, existia o projeto do Fundo Nacional do Meio Ambiente juntamente com a equipe do PANGEA (ONG), que proporcionaram aos pescadores a possibilidade de deslocamento para as reuniões nas diversas comunidades. Tais deslocamentos fizeram com que os pescadores pudessem mobilizar um maior número de pessoas nas discussões. Data desse mesmo período o início das discussões para a criação de um Acordo de Pesca, publicado antes da criação da reserva extrativista (ICMBIO, 2002).

No ano de 2005, realizou-se na área externa da Associação dos Moradores de Barra Velha – uma comunidade de pescadores de Canavieiras situada em uma ilha – uma consulta pública sobre a proposta de criação da RESEX Canavieiras, conforme o registro em ata (ICMBIO, 2012). De acordo com a lista de presença, compareceram à consulta pública diversos segmentos da sociedade, tais como o prefeito municipal e os representantes do setor de turismo. Nessa audiência, foi apresentado o projeto de perímetro da RESEX (ICMBIO, 2012). Segundo o laudo socioeconômico da RESEX Canavieiras:

A consulta pública realizada no dia 04 de dezembro de 2005 foi um grande ato de força das comunidades, pois, reuniu-se na Ilha da Barra Velha cerca de 700 pescadores e marisqueiras interessados em criar a Reserva Extrativista de Recursos Pesqueiros, como mecanismo de defesa dos seus direitos tradicionalmente estabelecidos e que hoje se encontra, seriamente, ameaçados devido aos empreendimentos de carcinicultura e de hotelaria, sem efetivas propostas de integração com as comunidades e de promoção do

desenvolvimento local, que já estão implantados e/ou projetados ou em implementação, estando estes reduzindo suas áreas tradicionais de pesca (PANGEA, 2009, p. 13).

Em paralelo a esses acontecimentos, entre 2003 e 2005, foram realizados estudos socioambientais para analisar a possibilidade de criação da RESEX. Esses estudos consistiam em realizar um diagnóstico socioeconômico das comunidades e da situação fundiária, bem como levantamentos de flora, fauna e recursos pesqueiros (ICMBIO, 2012). Para tanto, foram aplicados questionários socioeconômicos fornecidos pelo Centro Nacional das Populações Tradicionais (CNPT), e, a partir desses, foi elaborado o “Estudo Socioeconômico do Município de Canavieiras”, que, por sua vez, possibilitou a produção do “Relatório Sócio-Econômico das Comunidades de Pesca de Canavieiras”, cujos dados foram levantados por meio de um censo junto às comunidades de pescadores (AGUIAR, 2011).

Em janeiro de 2006, a publicação do Acordo de Pesca de Canavieiras, uma lei municipal, simbolizou a primeira conquista real do movimento de pescadores artesanais locais. Realizados os procedimentos básicos necessários para a criação da reserva – entre os quais: estudo biológico e o socioeconômico, audiência pública e consulta pública –, em junho de 2006, por meio do Decreto Presidencial, foi criada a Reserva Extrativista de Canavieiras. Mesmo assim, os pescadores enfrentaram novamente um tenso conflito contra um grupo formado por carcinicultores, especuladores fundiários interessados no turismo ou na agricultura, lojistas com o apoio do governo municipal e da mídia, que mobilizaram a cidade com um *slogan* “Natureza sim, RESEX não” (Fotografias 2 e 3).

Fotografia 2 – Muro próximo ao centro da cidade



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Fotografia 3 – Muro em uma das comunidades



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Por toda a cidade, foram pintados muros e foram colocadas placas contra a RESEX, ainda hoje visíveis e até com pintura renovada (Fotografia 4).

Fotografia 4 – Placa em bairro periférico da cidade



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

No ano de 2007, foram realizadas passeatas articuladas pela prefeitura contra a RESEX, com a presença de milhares de estudantes e trabalhadores municipais que, segundo entrevistas com lideranças da RESEX, foram obrigados a ir para as ruas participar desse ato, ou perderiam o ponto. Carros de som nas ruas, rádio e jornal local difundiam informações falsas, causando nos pescadores medo e até aversão à RESEX. Contudo, a coesão e a determinação social do movimento, bem como o apoio de magistrados permitiram a consolidação da RESEX. Nas palavras de Carlo Pinto, em entrevista cedida em 2012 à pesquisadora:

Vivemos aqui algo muito semelhante ao que se viveu na ditadura, de resistência, persistência e perseverança, não foi fácil, mas, olhando para trás, sinceramente, dá para ver o quanto valeu à pena a gente ter se sacrificado por nome de uma causa, que faz hoje a gente ser reconhecido pelo o que nós somos (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Nessa mesma entrevista, ainda com relação às dificuldades vividas e expectativas, Carlos Pinto disse:

Por mais que a gente ache que no futuro vai ser melhor, mas sempre vai ser uma disputa, **a gente está tratando de uma disputa por territórios**. Não dá para ter uma ilusão de que amanhã a gente vai convencer o pessoal da prefeitura, da carnicultura de que o modelo que a gente está fazendo aqui em Canavieiras vai ser bom pra eles. **Isso daqui é uma disputa capital-trabalho**. A gente quer garantir nosso espaço, quer garantir nosso trabalho, mas eles que controlam o capital por aqui. Então a gente não tem muito ilusão de que o conflito vai acabar de vez, vai se arrefecer em alguns momentos, mas, se a gente não tomar cuidado ele pode voltar de uma forma mais incisiva. Decisões estratégicas a cada dia nós estamos tendo que tomar, avaliando se algo é bom ou não para nós (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012, grifo nosso).

De acordo com Dumith (2012), a imprensa local não disponibilizou espaço para o ponto de vista daqueles que defendiam a criação da RESEX. A autora analisou todas publicações do jornal local “Tabu” entre os anos de 2006 e 2009 e concluiu que foram divulgadas diversas reportagens contrárias à RESEX, das quais uma parte significativa foi destacada na capa. A autora não encontrou, no entanto, nenhuma reportagem que fosse favorável à RESEX no referido jornal.

No ano de 2008, foi formado o Conselho Deliberativo da RESEX, que é dividido da seguinte maneira: 50%+1 do número total de assentos é composto por pescadores, o restante dos assentos é composto por demais usuários dos recursos hídricos e outros agentes sociais,

econômicos e políticos com atuação local. A presidência do conselho é do Governo Federal, representado pelo ICMBio. O Conselho da RESEX de Canavieiras foi empossado no auditório da CEPLAC, no município de Ilhéus, com a presença do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal, uma vez que em Canavieiras não havia condições para a realização desse ato.

O Conselho da RESEX Canavieiras é composto pelas seguintes representações: segmentos da comunidade extrativista que incluem pescadores, marisqueiras, artesãos de pesca, pegadores de caranguejos, agricultores e colônias de pescadores. Os demais segmentos são: ICMBio, IBAMA, Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (SEMA), Marinha do Brasil, Prefeitura Municipal de Canavieiras, Câmara de Vereadores de Canavieiras, setor de Universidades representado pela Universidade Estadual Santa Cruz (UESC), setor hoteleiro, setor de organizações não governamentais socioambientais, setor de turismo e carcinicultores.

Atualmente, segundo o presidente da AMEX, Ernesto Monteiro, estão sendo realizadas várias ações em prol da RESEX, tais como: sinalização da área da RESEX (Fotografia 5); programa de construção de casas populares para as comunidades extrativistas (Fotografia 6); implementação das ferramentas de gestão da RESEX (Conselho Deliberativo e Plano de Manejo, estruturação das associações e da Associação Mãe, monitoramento pesqueiro); fortalecimento do Associativismo a partir da articulação com os setores da pesca, da assessoria jurídica às associações extrativistas e do apoio à constituição de novas associações.

Fotografia 5 – Sinalização da área da RESEX



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Fotografia 6 – Casas populares construídas por projetos da AMEX

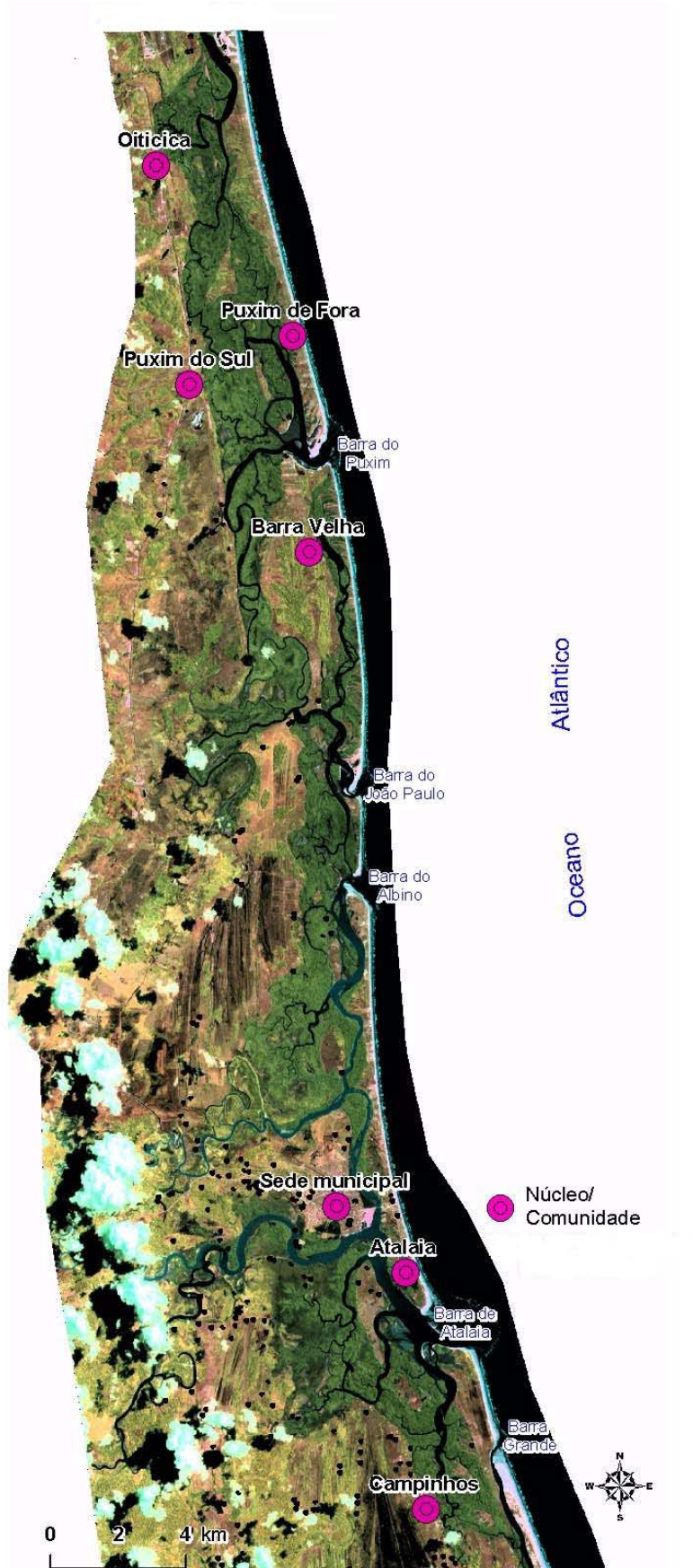


Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

2.2.2 As comunidades da RESEX Canavieiras

A RESEX Canavieiras abrange as comunidades de Atalaia, Campinhos, Puxim do Sul, Puxim de Fora, Barra Velha, Oiticica e a sede municipal de Canavieiras (Figura 3), bem como uma pequena parte dos municípios de Belmonte e de Unas. No caso do último, há uma comunidade chamada Pedras de Unas, embora não esteja na poligonal (delimitação da área da reserva), cujos moradores pescam na RESEX, ou seja, essa também é uma comunidade beneficiária (que tem direito aos benefícios, diferente dos demais usuários) da RESEX.

Figura 3 – Comunidades da RESEX Canavieiras



Fonte: Adaptado de MACHADO, 2007.

As comunidades de Oiticica e Puxim do Sul (Fotografias 7 e 8) situam-se às margens da Rodovia BA-001 e, por isso, são de fácil acesso, inclusive por meio de linhas de ônibus regulares à disposição da população. Essas comunidades são dois assentamentos originados no fim da década de 1970. Agricultura e pecuária de pequena escala, com poucos excedentes para geração de renda, são atividades econômicas presentes. Segundo Machado (2007), a pesca se consolidou como atividade principal quando a agricultura não mais garantia a sustentabilidade dos assentamentos. Atualmente, Oiticica e Puxim do Sul têm como principal atividade produtiva a captura de camarão e a mariscagem.

Fotografia 7 – Comunidade de Oiticica



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Fotografia 8 – Sede da associação em Puxim do Sul



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Ao norte da cidade de Canavieiras, a 19 km de distância, encontra-se a comunidade de Barra Velha, cujo acesso é considerado de média dificuldade: parte é realizado pela Rodovia BA-001, especificamente, até o quilômetro 12, onde há uma estrada de barro de 4 km que conduz à balsa de Barra Velha – meio de transporte mantido pela prefeitura municipal que faz a travessia de pessoas, animais e veículos do continente para a ilha (Fotografias 9 e 10). A comunidade não conta com energia elétrica nem com rede de esgoto.

Fotografia 9 – Balsa que faz a travessia para Barra Velha



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Fotografia 10 – Casa na comunidade de Barra Velha



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Próximo à cidade de Canavieiras, localiza-se a comunidade de Atalaia (Fotografia 11), distante a leste 4 km por via terrestre. Até o início da década de 1980, as relações mantidas com a cidade eram realizadas exclusivamente por via hídrica, por meio de canoas. Em 1982, foi construída uma ponte ligando a Ilha de Atalaia à cidade de Canavieiras, com o intuito de viabilizar os empreendimentos comerciais voltados para o turismo (MACHADO, 2007).

Desse modo, a praia de Atalaia conta com hotéis, pousadas, restaurantes e barracas de praia. A ligação possibilitou a implantação da rede de abastecimento de água e energia para os empreendimentos na praia e para a vila. No entanto, não existe infraestrutura de comércio e serviços para a comunidade, com exceção de um bar e um restaurante dentro da vila. A maioria dos serviços prestados é para os turistas que saem da praia para conhecer a comunidade de pescadores. Assim, a única opção de infraestrutura disponível para a comunidade é a da cidade (MACHADO, 2007).

Fotografia 11 – Comunidade de Atalaia



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

No extremo sul do município, a 10 km de Canavieiras, encontra-se a comunidade de Campinhos (Fotografia 12), que apresenta difícil acesso, feito exclusivamente por via hídrica, ficando à mercê das condições climáticas e das marés. Não há disponibilidade de água encanada, luz elétrica ou rede de esgoto. A comunidade tem na atividade pesqueira sua única prática econômica, vinculada diretamente ao estuário, de modo que a produção se concentra principalmente na pesca e na mariscagem.

Fotografia 12 – Comunidade de Campinhos



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

A população dessa comunidade é majoritariamente negra e, segundo os moradores, todos vieram da mesma família, o que aponta para fortes indícios de ser uma comunidade remanescente de quilombola; contudo essa identidade não é reivindicada. Embora isso não constitua o foco do presente trabalho, pode-se perceber, pelas análises das observações de campo, que a identidade extrativista é forte o suficiente em termos de garantia de fixação à terra e de melhorias, tanto sociais como ambientais. A apropriação de outra identidade não é considerada como relevante, e a liderança exprime isso por uma ausência de identificação como a ideia.

Puxim de Fora, por sua vez, encontra-se localizado numa estreita faixa insular em que 200 metros de terra separam o mar do estuário. O acesso a esse núcleo é difícil, sendo possível apenas pela extensa faixa de praia, por meio de caminhada ou de veículo traçado ou, ainda, de barco, sendo que, dessa última forma, é necessário percorrer uma maior distância. Os contatos com a cidade são pouco frequentes, restringindo a disponibilidade de serviços e mercadorias. A comunidade está a 26 km ao norte da cidade de Canavieiras. O cultivo de coco-da-baía é a principal atividade econômica da comunidade, que apresenta a pesca como uma atividade econômica complementar (MACHADO, 2007).

Na maioria dessas comunidades, a escola é primária e, em algumas comunidades como em Puxim, a única escola foi fechada, obrigando as famílias, inclusive, a se mudarem para a sede municipal, a fim de que os filhos pudessem estudar. Muitas vezes, mudam-se apenas a mãe e os filhos, enquanto o pai pescador continua em sua comunidade exercendo seu ofício –

no caso de Puxim, a maioria dos moradores são homens. Dessa forma, nota-se que a demanda por creches e escolas nas comunidades citadas é recorrente. As pescadoras, muitas vezes, levam seus filhos para a pescaria por não terem onde deixar as crianças.

Diante das especificidades das comunidades estudadas, esta pesquisa busca analisar a participação feminina na cadeia produtiva da pesca artesanal nessas comunidades. Para tanto, o próximo capítulo discute a questão de gênero no trabalho e o trabalho da mulher na família, com o intuito de entender as singularidades do trabalho da mulher na pesca artesanal.

3 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA EM CANAVIEIRAS – BA

Elucidar o papel da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal é fundamental para que haja reconhecimento, visibilidade e valorização do trabalho feminino. Desse modo, esta pesquisa visou refletir sobre o trabalho da mulher enquanto pescadora artesanal na RESEX Canavieiras. Nesse contexto, a família assume extrema importância na organização do modo de produção nas comunidades pesqueiras. Nota-se que, na pesca artesanal, o trabalho é marcado por diferenças de gênero como será detalhado a seguir.

3.1 Gênero, trabalho e pesca artesanal

Discutir gênero e trabalho numa perspectiva feminista implica necessariamente em assumir que o termo “trabalho feminino” é marcado por uma polissemia que se confunde, muitas vezes, com funções domésticas, com cuidado com os membros da família e, até mesmo, com os ofícios coletivos atribuídos por séculos às mulheres como uma função natural (MATOS; BORELLI, 2012).

Por certo, as mulheres têm conquistado maior participação nas diversas áreas do mercado produtivo. Diante das mudanças nos padrões comportamentais contemporâneos, as mulheres adotam, hoje, diversas estratégias de conciliação entre as funções domésticas e as funções das atividades profissionais. De fato, nos últimos anos, tem havido um aumento exponencial no número de mulheres presentes no mercado de trabalho formal, inclusive em cargos que, até o final do século XX, eram exclusivamente masculinos. Contudo, essa inserção começou com trabalhos que, muitas vezes, eram realizados pelas mulheres em suas casas, como lavar roupa e fornecer refeições diárias para terceiros. Desse modo, as mulheres reproduziam no mercado de trabalho as atividades comuns às funções domésticas (MATOS; BORELLI, 2012).

O aumento da contribuição feminina no orçamento familiar e o fato de a chefia de domicílios ser liderada cada vez mais por mulheres podem indicar que há uma sobrecarga de afazeres, tendo em vista que essas são responsáveis ainda pelas tarefas domésticas, o que lhes confere um cotidiano de “dupla jornada” bem conhecido pelas mulheres. Sendo assim, falar do trabalho das mulheres é também falar de trabalho doméstico, pois esse faz parte de sua realidade cotidiana. Para a mulher, a vivência do trabalho implica na combinação dessas duas esferas. A permanência da responsabilidade feminina pelos afazeres domésticos e cuidados

com filhos e idosos indicam a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras (BRUSCHINI, 2007).

Para Montali (2004), os novos arranjos do processo de reestruturação produtiva, tais como a diminuição e precarização dos postos de trabalho, fragilizam os rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho, alterando a participação feminina nesse espaço. Ainda segundo a autora, há uma diminuição nas taxas de participação e de ocupação dos chefes masculinos e dos filhos, enquanto as das mulheres tem aumentado, inclusive as cônjuges, configurando rearranjos distintos nos diferentes momentos da vida familiar. Segundo Garcia (2002):

A redefinição do trabalhador social, junto da precarização das formas de trabalho e o fenômeno do desemprego estrutural são realidades do nosso tempo, que se expressam sob um padrão de gênero predeterminado na sociedade ocidental, fundamentado no sistema de dominação-opressão do gênero feminino (GARCIA, 2002, p.89).

Assim, mesmo quando as mulheres ocupam espaço em profissões tidas como masculinas, pela sua construção histórica e pela definição de pré-requisitos tidos como masculinos (força, resistência e liderança), a força de trabalho dessas mulheres é concebida como inferior e há diferenças salariais para o mesmo cargo. Apesar das diferenças entre classes sociais, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é atribuída às mulheres, e quando essas recebem um salário mais alto, contratam serviços para as tarefas no lar que lhes corresponderiam enquanto mulher (CHIES, 2010).

Assim, há desigualdades de gênero, intrínsecas no âmbito da família, no que se refere à realização do trabalho doméstico. Na sociedade atual, os afazeres domésticos ainda se constituem como uma tarefa de obrigação naturalmente das mulheres, embora se tenha observado um pequeno aumento da participação masculina nessas atividades nos últimos anos (SOARES, 2008).

Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007) propõem uma evolução dos modelos atuais que organizam as relações entre esferas doméstica e profissional a partir da análise crítica da “conciliação” de tarefas, indicando o aparecimento de um novo modelo, baseado na “delegação” dos trabalhos domésticos. Segundo as autoras, ao invés de se utilizar esse conceito para questionar a estrutura salarial do trabalho, fala-se em termos como “dupla jornada”, “acúmulo” ou “conciliação de tarefas”, como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado.

Desse modo, as autoras afirmam que a externalização do trabalho doméstico tem uma função de apaziguamento das tensões na vida dos casais de classe média e alta, que têm condições de arcar com os custos dessa externalização. Para tanto, o recurso é o de “delegação” das tarefas domésticas para outras mulheres em situação precária, imigrantes, pobres e sem instrução para adentrar o mercado de trabalho formal:

As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero. E o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607).

O fato é que as mulheres ainda se sentem as principais responsáveis pelos filhos e pelos familiares de modo geral. Assim, cada vez mais, as mulheres dependem de escolas e creches para deixar seus filhos e poder trabalhar. No caso das famílias de pescadoras e camponesas, essas ainda dependem de laços de solidariedade entre familiares e vizinhos para os cuidados com os filhos. Desse modo, percebe-se que, na pesca artesanal, há uma articulação entre produção e reprodução, uma influência mútua entre as duas esferas que se perpetua, e repercute na estruturação das famílias.

Destaca-se, nesse contexto, o arranjo peculiar entre a produção do pescado e a forma como as famílias se organizam para se reproduzir, alterando a dinâmica das comunidades pesqueiras a todo instante. A produção do espaço em comunidades pesqueiras é determinada pelo modo como homens e mulheres produzem sua existência por meio do trabalho na pesca artesanal. Por certo, as pescadoras não têm condições financeiras de pagar outra pessoa para cuidar de seus filhos. Desse modo, essas mulheres, de fato, conciliam a pescaria com os afazeres domésticos.

Dessa maneira, faz-se necessário estudar gênero e trabalho em uma perspectiva integradora, analisando a produção e a reprodução conjuntamente. De acordo com Scheffler (2002a, p. 28), no âmbito da exploração familiar, “as fronteiras entre trabalho doméstico não remunerado e o trabalho remunerado, dentro e fora de casa, são extremamente permeáveis”. No caso da mariscagem, esse trabalho é feito em alternância com as atividades domésticas, e é realizado, muitas vezes, por vários membros da família como, por exemplo, os filhos.

Dessa forma, o modo de produção familiar das comunidades pesqueiras se aproxima da produção na agricultura familiar. Mesquita e Mendes (2012) afirmam:

A reprodução social e cultural dos/as produtores/as familiares se constitui em um processo dinâmico que se dá em meio às transformações, adaptações, mudanças e permanências, as quais são viabilizadas pelas estratégias geradas por esses indivíduos (MESQUITA; MENDES, 2012, p. 07).

Entre essas estratégias, destaca-se o trabalho da mulher que, muitas vezes, é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa que se superpõe à atividade pesqueira. Algumas vezes, as próprias mulheres não reconhecem seu trabalho, considerando-o apenas como ajuda. Assim, as atividades realizadas em terra são consideradas menos importantes ou de menor prestígio pelos pescadores. Para Alencar (1993):

Estas atividades são consideradas como menos importantes por duas razões. Primeiro, por ocorrerem em terra, longe dos perigos e das intempéries do mar; segundo, por estarem mais voltadas para a reprodução e manutenção do cotidiano familiar, para a reprodução das rotinas. Essas atividades, ocorrem dentro de um espaço temporal cíclico, que é o da reprodução, e se opõe ao tempo linear da produção (ALENCAR, 1993, p. 67).

O beneficiamento do pescado ocorre na casa das pescadoras e, mesmo acrescentando valor ao produto final, algumas vezes, é visto pelos pescadores e pescadoras apenas como uma extensão das tarefas domésticas, uma vez que é realizado no domicílio das pescadoras. O mesmo ocorre com a confecção e o reparo de material para a pesca. Dessa forma, percebe-se que o trabalho feminino dá suporte à pesca e possibilita a venda do pescado, que é, inclusive, comercializado mais caro depois de ser tratado pelas mulheres. E, como dito anteriormente, algumas vezes esse trabalho não é reconhecido nem pelas próprias pescadoras, nem pelos seus maridos e, muito menos, pelas políticas públicas e/ou do governo para o setor pesqueiro.

Alencar (1993) afirma que a participação das mulheres em atividades de pesca ocorre num espaço definido, de maneira simbólica, como essencialmente masculino, e o eixo da articulação é a organização do trabalho familiar. Para a autora:

A família, enquanto uma unidade de produção e de consumo, enquanto uma totalidade, está centrada em fortes valores como a cooperação e a solidariedade entre seus membros. Tais valores são necessários para a sua continuidade enquanto grupo e para a realização de um projeto de vida (ALENCAR, 1993, p. 74).

As comunidades pesqueiras, em sua organização, têm a família como um importante núcleo produtivo, tanto no que tange às relações de trabalho, como também às relações sociais cotidianas. A família pode ser definida de maneira básica como grupo de pessoas com ancestralidade comum, pessoas ligadas por casamento, filiação, adoção ou laços de afeto. De fato, é a articulação de relações de gênero e de gerações entre pessoas com uma vida em comum. As famílias contemporâneas vêm se transformando em diversos aspectos, mas tradicionalmente as relações estabelecidas entre os sexos e gerações são desiguais.

Entende-se família como uma unidade de caráter social, religioso, econômico, fundamentado em um grupo de afetividade e companheirismo. Unidade essa que, ao longo da história assumiu papéis distintos e correspondentes a ideologias vigentes em cada época, sendo regulada, sobretudo, pelo Estado e pela Igreja. Ainda hoje, temas centrais quanto à reprodução são regulados por essas instituições. De fato, as alterações nos padrões comportamentais das famílias têm provocado alterações nos arranjos familiares. É inegável o papel da difusão dos meios contraceptivos para as mulheres que têm optado pela diminuição significativa do número de filhos. Isso se reflete nas diversas camadas da sociedade, inclusive nas populações tradicionais, como as comunidades pesqueiras.

A partir das entrevistas de campo, constatou-se que a média de filhos das pescadoras entre 60 e 70 anos, é maior que cinco filhos por mulher. Nessa faixa etária, uma senhora afirmou ter tido 16 filhos. Já a média de filhos das pescadoras entre 20 e 30 anos é menor que um filho por mulher, pois muitas entrevistadas não tinham filhos. De todas as mulheres entrevistadas nessa faixa etária, nenhuma possuía mais de dois filhos. Percebe-se que valores modernos quanto à estrutura das famílias com um número menor de pessoas se fazem presentes também nas famílias de pescadoras.

Desse modo, as transformações no casamento e na família se refletem nos arranjos domiciliares. Antigamente, um grande número de filhos era garantia de força de trabalho para o sustento da família. Hoje em dia, filhos não são mais (tão) produtores. As famílias preferem um número menor de filhos e os têm como investimento a longo prazo, buscando melhorias na qualidade de vida, a partir da profissionalização dos filhos, que tem sido prioridade para grande parte das famílias, como se pôde notar durante a pesquisa de campo.

A maioria das pescadoras idosas não teve a oportunidade de estudar; hoje, porém, os pais são incentivados a manter seus filhos na escola pelo programa do Governo Federal chamado “Bolsa Família”, que dá uma cota em dinheiro para cada filho matriculado em escola pública. A crescente inclusão da categoria pescador nos avanços trabalhistas – por meio das colônias, vários seguros (defeso, doença, aposentadoria) – também contribui para

que os filhos das pescadoras estudem mais. Contudo, mesmo com o aumento de crianças nas escolas, faltam creches e escolas primárias nas comunidades do município de Canavieiras.

Na pesca artesanal, os laços afetivos dos membros familiares, ligados à necessidade de sobrevivência das famílias, articulam as relações de produção pesqueira, principalmente no que tange ao beneficiamento do pescado. Há influências recíprocas na estruturação das atividades produtivas da pesca e na estruturação das famílias. Tais influências são mediadas por estratégias de produção e reprodução no núcleo familiar. Entre essas estratégias, está o trabalho feminino, que contribui de maneira significativa para a sobrevivência do grupo familiar. Isto posto, adiante será detalhado o trabalho da mulher na família e o seu papel na cadeia produtiva da pesca.

3.2 O trabalho da mulher na família e as etapas da cadeia produtiva da pesca

As mulheres pescadoras não são apenas as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, mas desempenham um papel fundamental no trabalho da família relacionado à pesca artesanal. Sendo assim, elas possuem uma significativa importância na dinâmica da unidade de produção, interferindo diretamente nas diferentes esferas de atuação produtiva e reprodutiva.

Assim, cabe discutir o trabalho feminino e sua articulação direta na vida das famílias e da comunidade para o entendimento do trabalho familiar na pesca artesanal. Nesse âmbito, as mulheres, historicamente responsáveis pelas funções reprodutivas, cuidados com a casa e os filhos, cada vez mais assumem papel nas funções produtivas para o sustento da família. No caso da pesca artesanal, a relação entre família e trabalho é fundamental para a compreensão da dinâmica dessas comunidades.

A distinção das atividades e dos espaços se dá de acordo com os gêneros. O mar é um espaço quase exclusivo dos homens, assim como as atividades desse espaço. Nas entrevistas com pescadores, a maioria afirma que o trabalho no mar é perigoso e o serviço pesado, que as mulheres têm atividades específicas em terra, como beneficiar o pescado, filetar camarão e lagosta e descamar os peixes. Alguns afirmam que pescar não é serviço de mulher, por ser complicado passar tanto tempo fora. Poucos dizem conhecer mulheres que pescam em alto-mar, mas admitem que são raras e afirmam que é preciso coragem. Diante das representações de menor força física das mulheres, há exceções nas práticas pesqueiras. A seguir, a mulher conduz a canoa enquanto o homem pesca em estuário (Fotografia 13).

Fotografia 13 –Mulher conduzindo canoa



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Desse modo, confirma-se que coube à mulher as atividades do espaço doméstico que dão suporte à pesca e às atividades realizadas nos espaços estuarinos. A relação com os meios de produção – instrumentos baratos, embarcações modestas – e a (relativa) pouca distância da casa ao manguezal permitem a divisão do tempo entre maré e lar. O que possibilita conciliar as atividades produtivas e reprodutivas. Ademais, de fato, tal categoria na pesca artesanal é menos prestigiada, assim como a atividade dos homens catadores de caranguejos, por serem realizadas nos estuários, longe das intempéries do mar.

De fato, o trabalho familiar desenvolvido pela mulher conjuntamente com os outros membros da família é uma estratégia de sobrevivência familiar que produz e se reproduz no espaço, alterando a dinâmica das comunidades. Por certo, a divisão do trabalho se reproduz e cabe às meninas ajudarem suas mães desde cedo. Desse modo, elas são encarregadas de tarefas e responsabilidades que comumente caberiam às mulheres, como os cuidados com a casa, enquanto os meninos são encarregados, desde cedo, das tarefas realizadas fora de casa.

Enquanto os homens possuem um tempo unicentrado na pesca, as mulheres possuem um tempo fragmentado, marcado pela superposição de tarefas. Nesse sentido, pensar o trabalho da mulher é pensar as formas como organiza seu tempo, pelo estabelecimento cultural da relação do tempo de trabalho com os tempos de seu corpo, do ciclo de vida de seus filhos e com os tempos sociais do trabalho produtivo (ALENCAR, 1993, p. 76).

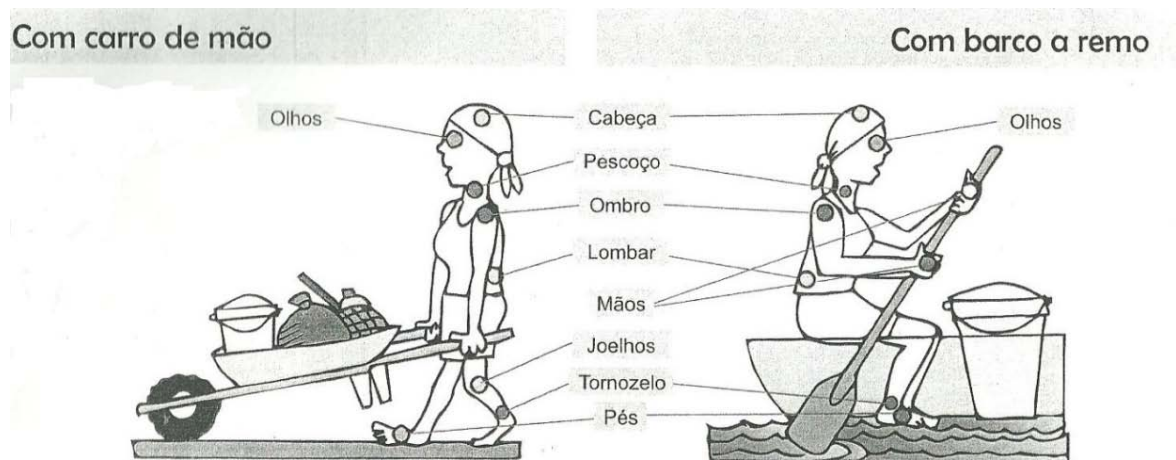
Vale ressaltar que existem comunidades nas quais os homens se dividem entre pesca e agricultura, não tendo um tempo unicentrado na pesca. Ademais, o cotidiano de tempos

alternados de trabalho também é estabelecido com lugares distintos de trabalho. A casa, a rua, o manguezal tornam-se múltiplos espaços de uso, de produção e reprodução das construções sociais na pesca artesanal. Nesse sentido, Rios e Germani (2012, p. 16) chamam atenção para a relação entre os diversos ambientes de terra e água “não somente no sentido de utilização prática dos ambientes para o desenvolvimento de suas atividades, mas também pelas diversas relações estabelecidas entre estes e a comunidade”.

Essas relações podem ser percebidas no cotidiano das comunidades. Por exemplo, quando a maré alta é à tarde, antes de amanhecer, ouvem-se as primeiras mulheres saindo para mariscar. Por volta do meio dia, mulheres e crianças retornam com baldes cheios de mariscos. À tarde, as portas das casas estão abertas; muitas mulheres catam o marisco nas varandas e nas calçadas em frente às casas. Materiais de pesca, como redes expostas nas ruas e peixes secando ao sol, e outros hábitos caracterizam a rotina das comunidades pesqueiras. O modo de vida das pescadoras estrutura-se de acordo com o modo de produção na pesca artesanal.

Desse modo, na mariscagem, a primeira etapa do trabalho é separar o material necessário e deslocar-se até os manguezais. A maior parte do equipamento utilizado é próprio e confeccionado pelas pescadoras. Elas utilizam como materiais: facão, anzol, pau para quebrar a carapuça, luva, sapato, calça, blusa de manga comprida e capote para se proteger das muriçocas e outros insetos no manguezal, além de balde ou balaio para transportar o marisco. O deslocamento é feito à pé e, algumas vezes, de canoa também (Figura 4). As mulheres, muitas vezes, percorrem trajetos de vários quilômetros expostas ao sol, o que implica em esforço físico considerável, que pode afetar diversos membros.

Figura 4 – Deslocamento das pescadoras

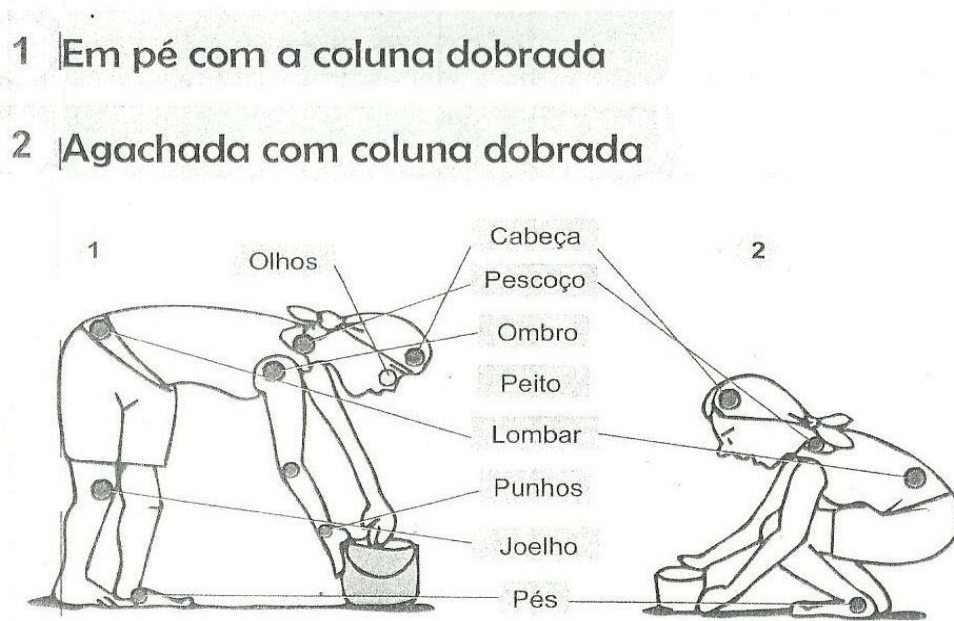


Adaptada da ilustração de Paulo Serra.

Fonte: SEIXAS; GOMES; MARTINS, 2011.

Em seguida, essas mulheres identificam a área de coleta do marisco, algumas vezes olhando, outras vezes com as mãos. Para tanto, elas adotam dois (principais) tipos de posturas (Figura 5), a saber: em pé com a coluna dobrada e ajoelhada com a coluna dobrada. Essas posturas implicam em problemas na saúde das mulheres, em especial na área da coluna e demais membros, como sinalizado na Figura 5.

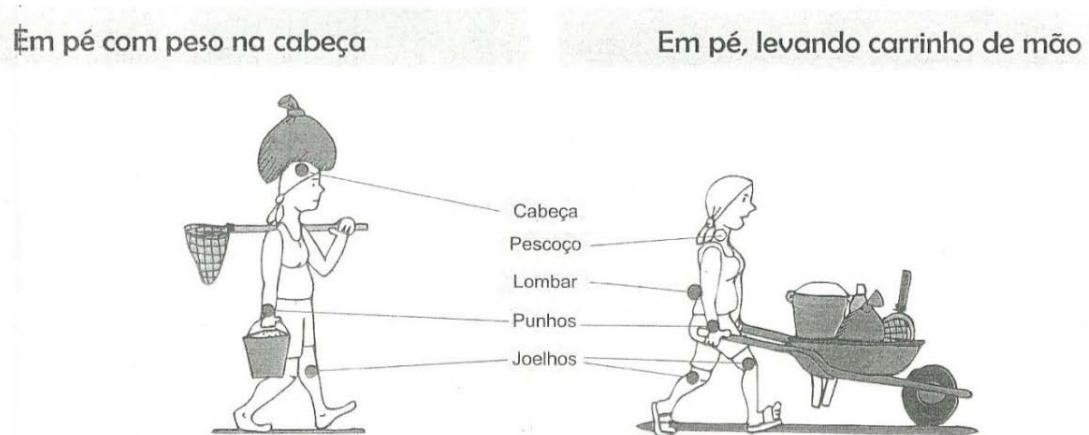
Figura 5 – Posturas adotadas para coletar o marisco



Adaptada da ilustração de Paulo Serra.
Fonte: SEIXAS; GOMES; MARTINS, 2011.

Durante o processo de coleta dos mariscos, as pescadoras lavam as conchas em uma peneira para retirar a areia, depois colocam os mariscos em baldes e levam até as sacas maiores, que servem para transportar o marisco. Esta é a próxima etapa: o transporte do marisco (Figura 6). As mulheres carregam os mariscos em sacas nas cabeças e baldes nos braços, ou no carrinho de mão, até suas casas. Geralmente, elas carregam de 4 a 5 kg de marisco em cada balde. Muitas vezes, o peso da saca ou do balde maior chega a 40 kg em cada ida ao manguezal (SEIXAS; GOMES; MARTINS, 2011). Isso demonstra o quão dura é essa atividade. Tamanho esforço físico implica, sem dúvidas, em problemas na coluna e nos membros inferiores e superiores, como sinalizado na Figura 6.

Figura 6 – Transporte do marisco



Adaptada da ilustração de Paulo Serra.
 Fonte: SEIXAS; GOMES; MARTINS, 2011.

Ao chegarem a suas casas, essas mulheres iniciam mais uma etapa da cadeia produtiva. Além da coleta dos recursos, elas realizam também o beneficiamento e a venda do produto. No beneficiamento, as pescadoras fervem o marisco (Figura 7) para poder catar em seguida, o que também traz risco à saúde da pescadora, afetando diversas partes do corpo, como sinalizado na figura abaixo.

Figura 7 – Fervura do marisco



Adaptada da ilustração de Paulo Serra.
 Fonte: SEIXAS; GOMES; MARTINS, 2011.

Geralmente, essa fervura leva cerca de uma hora e é realizada em fogões a lenha. Muitas vezes, são as próprias pescadoras que cortam e carregam a lenha utilizada. Em alguns casos, não há fogão e a fervura é feita na fogueira (Fotografia 14). Tal etapa pode ocasionar problemas respiratórios e de visão por causa da fumaça além de queimaduras.

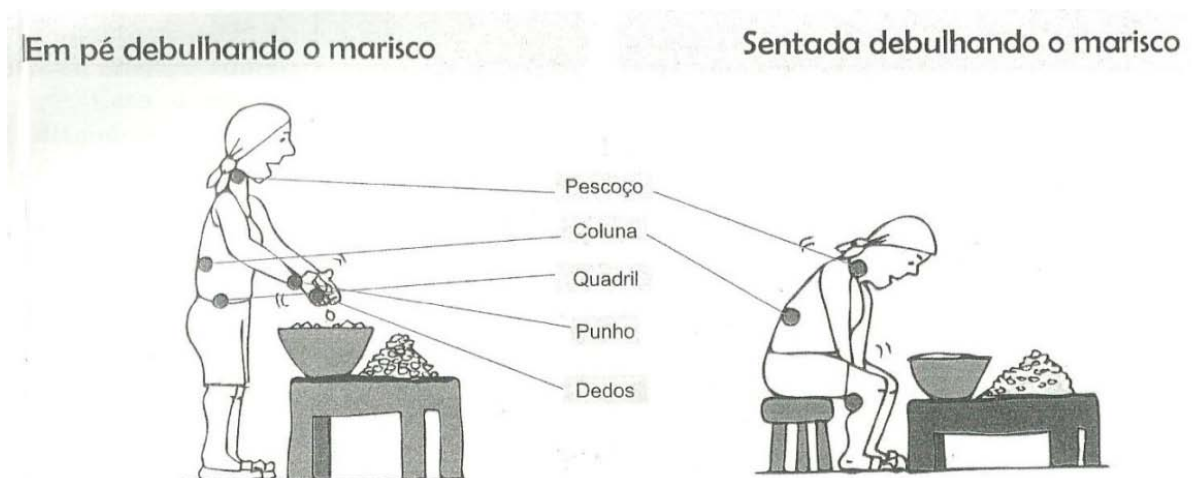
Fotografia 14 – Fervura do caranguejo



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

A próxima etapa do beneficiamento do marisco consiste em retirar o marisco de dentro da concha e a carne de dentro da casca limpando um a um, com as mãos, quebrando a carapuça dos siris, caranguejos, aratus e abrindo a concha dos moluscos como a ostra. Isso é o que as pescadoras chamam de “catar” o marisco, ou seja, debulhá-lo (Figura 8).

Figura 8 – Processo de catar o marisco



Adaptada da ilustração de Paulo Serra.
Fonte: SEIXAS; GOMES; MARTINS, 2011.

Essa etapa, como as outras, também acarreta problemas para a saúde das mulheres. Para catar o marisco (Fotografia 15), elas repetem o mesmo movimento com os dedos e punhos milhares de vezes, o que pode ocasionar, segundo Martins (2011), lesão por esforço repetitivo (LER). Depois de fervido e catado, o marisco é embalado em sacos plásticos transparentes que comportam, em média, 1 kg de marisco catado. Após esse processo, a próxima etapa é armazenar o marisco refrigerado.

Fotografia 15 – Caranguejo sendo catado



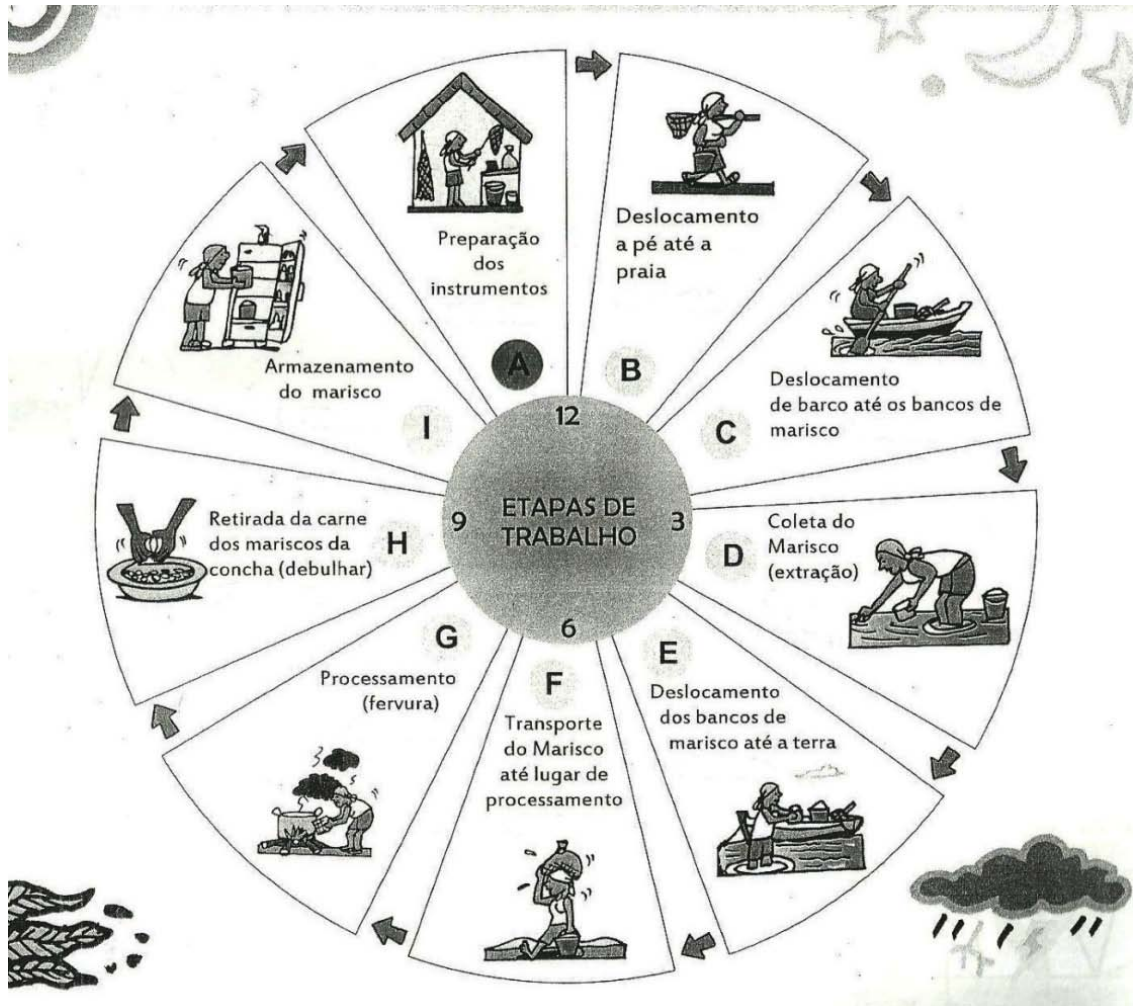
Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Como visto anteriormente, a atividade de mariscagem envolve diversas etapas. O tempo para cada atividade varia de acordo com a família e a comunidade. É um trabalho duro, em que as mulheres ficam expostas ao sol e por longos períodos na água, com posturas inadequadas e com repetição excessiva dos mesmos movimentos, o que as expõe a inúmeros riscos para exercer sua profissão. Essas etapas são, de maneira sintética, listadas a seguir e ilustradas na Figura 9:

- a) preparo dos equipamentos para o desenvolvimento da atividade;
- b) deslocamento para o manguezal;
- c) deslocamento dentro do manguezal;
- d) coleta;
- e) transporte;
- f) limpeza;
- g) cozimento;

- h) catação;
- i) armazenamento do marisco.

Figura 9 – Etapas da cadeia produtiva da mariscagem ao longo do dia



Adaptada da ilustração de Paulo Serra.
 Fonte: SEIXAS; GOMES; MARTINS, 2011.

Desse modo, percebe-se que as pescadoras estão sujeitas a adquirir diversas doenças no exercício de sua profissão, inclusive as doenças ocupacionais, o que será melhor detalhado adiante. Elas necessitam de auxílios e benefícios da previdência social para se manterem enquanto estão afastadas do trabalho. Nos casos das doenças mais graves, a recuperação pode levar meses ou resultar em aposentadoria por invalidez. Quanto à aposentadoria, os trabalhos de campo demonstraram que em Canavieiras as mulheres idosas, apesar da aposentadoria, continuam precisando trabalhar e, como não conseguem mais ir para os manguezais, trabalham exclusivamente no beneficiamento do pescado (Fotografia 16).

Fotografia 16 – Idosa catando caranguejo



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Ademais, muitas marisqueiras são chefes de família e garantem, portanto, sozinhas o sustento da casa, até quando elas vivem junto com o marido ou companheiro. Mesmo as marisqueiras que não são responsáveis diretamente pela alimentação da família e pelo suprimento de suas necessidades básicas investem seus ganhos gerados com a venda dos mariscos em melhorias de habitação, vestuário, pagamento de contas, compra de outros alimentos e, principalmente, educação dos filhos, conforme relatos colhidos em campo. As marisqueiras casadas afirmam ter o apoio do companheiro para exercer sua profissão, pois a maioria deles é de pescadores, filhos de marisqueiras ou mesmo acompanhavam suas mães na infância na ida ao manguezal. Eles também são cientes da importância da mulher na renda familiar.

Por certo, a maioria dos pescadores e pescadoras iniciam-se na profissão desde cedo, por acompanharem seus pais na pescaria. De fato, a falta de creches e escolas no período integral faz com que as mães não tenham onde deixar os filhos, tendo que levá-los para a pescaria. As crianças se divertem e aprendem um ofício. A maioria das entrevistadas, ao serem indagadas como aprenderam a pescar, dizem que desde a infância iam para a pescaria com suas mães e tias e que aprenderam vendo. Poucas entrevistadas afirmaram começar a

pescaria na fase adulta de suas vidas. As mais idosas afirmam terem ensinado para os filhos e netos a arte de pescar.

Nota-se que a participação das crianças na pesca artesanal tem caráter de aprendizado de um ofício sem a conotação atribuída ao trabalho infantil, pois, nesse caso, as crianças têm a possibilidade de brincar e se divertir, além de esse trabalho não propiciar lucro efetivo para as famílias ou ser fundamental para a sobrevivência das mesmas. Ademais, as crianças não estão expostas a maus tratos nem a condições precárias, como ocorre no trabalho infantil.

Desse modo, a mariscagem e as demais atividades da pesca artesanal, por seu caráter de transmissão de conhecimento de mãe para filho, podem ser consideradas uma tradição. A tradição, nesse contexto, pode ser caracterizada pela manifestação cultural para as famílias que vivem dessa atividade (SANTANA; SERPA, 2007). Essa manifestação cultural está associada à identidade assumida a partir de experiências cotidianas com a pesca.

Essas experiências cotidianas estão assentadas em um modo de produção que é estabelecido por meio de laços e vínculos de solidariedade entre familiares, vizinhos e amigos próximos que tratam o pescado em conjunto, dividindo o trabalho e também os lucros. No trabalho das mulheres pescadoras, percebe-se que as tarefas de beneficiamento e reparo de materiais são realizadas em conjunto com a família. Os pescadores entrevistados afirmam que suas mulheres também confeccionam e fazem o reparo do material da pesca praticada pelos homens no mar, tais como rede, tarrafa, linha de mão, entre outros.

Constata-se que, dessa forma, o trabalho não cessa; dia e noite as pescadoras estão a realizar as etapas da cadeia produtiva da pesca. Na maioria das vezes, esse trabalho é realizado em condições precárias do ponto de vista de segurança do trabalho e de condições de higiene, o que será melhor detalhado a seguir.

3.3 Condições de trabalho e rendimento das pescadoras em Canavieiras

De fato, a iniciação das mulheres na pesca desde a infância está diretamente ligada à necessidade de as famílias se proverem. A maioria das entrevistadas afirma não ter outra oportunidade de renda, sendo a pesca a única alternativa. No entanto, as pescadoras precisam de melhores condições de trabalho, que compreendem, basicamente, material para pescar e local apropriado e específico para beneficiar o pescado.

Desse modo, é extremamente necessário melhorar as condições de higiene, o que seria possível com uma infraestrutura atendesse aos padrões de produção de alimento de cozinhas industriais, cumprindo exigências as mínimas estabelecidas pela vigilância sanitária.

No entanto, não basta equipar as cozinhas nas casas das marisqueiras, pois isso perpetuaria o mesmo modelo segregador e opressor que mantém as mulheres em casa e na cozinha. É importante, portanto, a construção de pequenas unidades de beneficiamento, no caminho entre o manguezal e as casas, que possibilitem o beneficiamento do marisco em condições adequadas e, mais que isso, que permitam a socialização das pescadoras a partir de um local de encontro, trabalho e discussão.

Essa possibilidade de produção regulamentada pode ser incentivada e organizada por meio de cooperativas, o que daria condições também de certificar os produtos. Para Cavalcanti (2011), a conquista do selo de certificação de qualidade desses produtos e a sua divulgação, de modo a valorizar a forma como é produzido, obedecendo ao período de defeso e respeitando a dinâmica natural dos ecossistemas, seria de extrema importância para as comunidades pesqueiras. Ainda para a autora, que realizou estudos em Canavieiras, os próprios extrativistas desejam a criação de uma cooperativa, o que promoveria a organização do grupo, assegurando os direitos de seus associados ao estabelecer diretrizes e metas para o beneficiamento e comercialização sustentável, justa e igualitária dos produtos.

Isso seria possível com a construção de pequenas unidades de processamento que tivessem o material apropriado para o beneficiamento, como fogão com chaminé, pia e bancada para catar o marisco, *freezer* para armazenar, cadeiras especiais que possibilitem o trabalho sem esforços ergonômicos, isolamento do local com telas para diminuir a incidência de insetos no marisco e, é claro, um local anexo onde as crianças possam brincar. Afinal, como dito anteriormente, essas mulheres não têm onde deixar seus filhos para trabalhar.

Uma necessidade constante das pescadoras e pescadores, em geral, é armazenar o produto. A maioria das pescadoras não conta com *freezer* e guarda o produto na geladeira de casa, o que muitas vezes não possibilita o congelamento do mesmo, restringindo sua validade mesmo na geladeira. Há ainda comunidades sem energia elétrica, como Barra Velha e Puxim da Praia, onde as mulheres dependem de gelo para guardar o pescado, o que implica em riscos para a garantia da qualidade do produto.

Diante da dificuldade de armazenar o produto, comercializá-lo de imediato é crucial para a garantia de renda, já que as pescadoras não têm como estocá-lo. Assim, essas mulheres dependem de compradores que vão à porta de casa, conhecidos pelas pescadoras como atravessadores. Eles pagam abaixo do preço de mercado, mas no momento representam a possibilidade de escoamento do produto diante da dificuldade de armazenamento do pescado. Algumas entrevistadas afirmam levar para vender na cidade e entregar na casa de compradores previamente estabelecidos.

No entanto, nem sempre as mulheres têm pescado em casa para comercializar. A atividade de mariscagem é sujeita também às condições meteorológicas e ao regime das marés. Em algumas épocas do ano, as marisqueiras dizem ser bem difícil mariscar, como no período das chuvas, diminuindo, assim, sua renda. As condições de trabalho são insalubres, na maioria das vezes, o que expõe as pescadoras a diferentes riscos ao longo da cadeia produtiva do pescado.

Assim, a saúde da mulher pescadora é um tema de grande interesse por parte dessas mulheres que frequentemente estão expostas a riscos que podem ocasionar diversas doenças (Tabela 4). Tais riscos podem ser biológicos: vírus, bactérias, fungos, protozoários, ovos e larvas de vermes associadas à falta de saneamento e poluição orgânica dos manguezais e das praias. Há também os riscos químicos que abrangem: exposição aos fumos e monóxido de carbono/queima de lenha para pré-cozimento de mariscos, uso de querosene e óleo diesel como repelente de mosquitos, exposição a produtos químicos originários de indústrias próximas. Por fim, a atividade envolve os riscos ergonômicos: esforço físico, movimentos repetitivos, esforços repetitivos e ausência de pausas que ocasionam LER.

TIPOS DE RISCO	POSSÍVEIS DOENÇAS
Riscos biológicos: vírus, bactérias, fungos, protozoários, ovos e larvas de vermes.	Doenças infecciosas e parasitárias, como tuberculose, leptospirose, tétano, dengue, hepatite A, rinite, candidíase, verminoses, amebíases.
Riscos químicos: exposição aos fumos e monóxido de carbono/queima de lenha para pré-cozimento de mariscos, uso de querosene e óleo diesel como repelente de mosquitos, exposição a produtos químicos originários de indústrias próximas.	Doenças pulmonares e respiratórias, problemas dermatológicos como câncer de pele.
Riscos ergonômicos: esforço físico, movimentos repetitivos, esforços repetitivos e ausência de pausas.	LER.

Tabela 4 – Tipos de riscos e possíveis doenças que acometem as marisqueiras.
Fonte: Palestra da REDE. Org.: FIGUEIREDO, 2012.

Desse modo, diversos estudos sobre a saúde da mulher pescadora têm sido desenvolvidos no âmbito da saúde ocupacional. Entre eles, vale destacar duas publicações do governo, uma Federal e outra Estadual, respectivamente: “Saúde no trabalho das pescadoras marisqueiras” (SEIXAS; GOMES; MARTINS, 2011) e “Guia de orientações para identificação de casos de LER/DORT em pescadoras artesanais” (MARTINS *et al.*, 2011).

Apesar da baixa tiragem e distribuição de exemplares, são de grande utilidade por detalharem a jornada de trabalho da marisqueira e suas implicações na saúde das mulheres pescadoras.

Cabe explicitar melhor os riscos e as diversas doenças ligadas à saúde ocupacional das pescadoras. Durante a coleta do marisco, as mulheres ficam em determinadas posturas que prejudicam a coluna. O transporte do marisco até em casa também traz riscos à coluna. As mulheres carregam vários baldes cheios de marisco, na cabeça, a pé, algumas vezes com carrinho de mão exposta ao sol forte.

Durante a fervura do marisco, essas mulheres estão expostas a queimaduras, a problemas de visão (catarata e ceratite) e problemas respiratórios, ambos causados pela fumaça da lenha. Por fim, ao catar o marisco, as mulheres fazem o mesmo movimento repetidamente o que pode ocasionar uma doença chamada lesão por esforço repetitivo. Essas lesões acometem os membros superiores do corpo, notadamente punhos, mãos, cotovelos, ombros e coluna. Para cada membro citado, há vários tipos de inflamações e síndromes que podem acometer as pescadoras (MARTINS *et al.*, 2011).

De fato, as condições de trabalho não são nada fáceis, o que reflete na condição de renda das pescadoras e influi, portanto, na qualidade de vida e nas condições socioeconômicas das famílias. Assim, cabe explicitar melhor as condições de vida e rendimento dessas mulheres. Estes dados baseiam-se nas entrevistas e questionários aplicados junto às pescadoras das comunidades estudadas.

A maioria das mulheres afirmou ter renda de um a dois salários mínimos. Apenas duas entrevistadas afirmaram ganhar de dois a cinco salários mínimos. Como dito anteriormente, as mulheres mais velhas não tiveram oportunidade de estudar. A grande maioria das entrevistadas possui o primeiro grau incompleto. Quase 40% das entrevistadas afirmaram ter como fonte de renda, além da pesca, programas sociais como Bolsa Família, Bolsa Verde⁵ e bolsa escola⁶, e 25% das entrevistadas também recebem aposentadoria, mas ainda dependem da pesca para complementar sua renda.

Quanto às condições sanitárias das comunidades, essas deixam a desejar. Apenas a sede municipal e a comunidade de Atalaia têm rede de água e esgoto. Nas demais comunidades, as famílias dependem de água de poço e destinam seu esgoto em fossas fechadas. Da mesma forma acontece com o lixo: apenas a cidade de Canavieiras e a Ilha de Atalaia têm recolhimento de lixo. As demais comunidades, geralmente, queimam os dejetos.

⁵ Programa do Governo Federal para famílias que vivem em áreas de proteção ambiental.

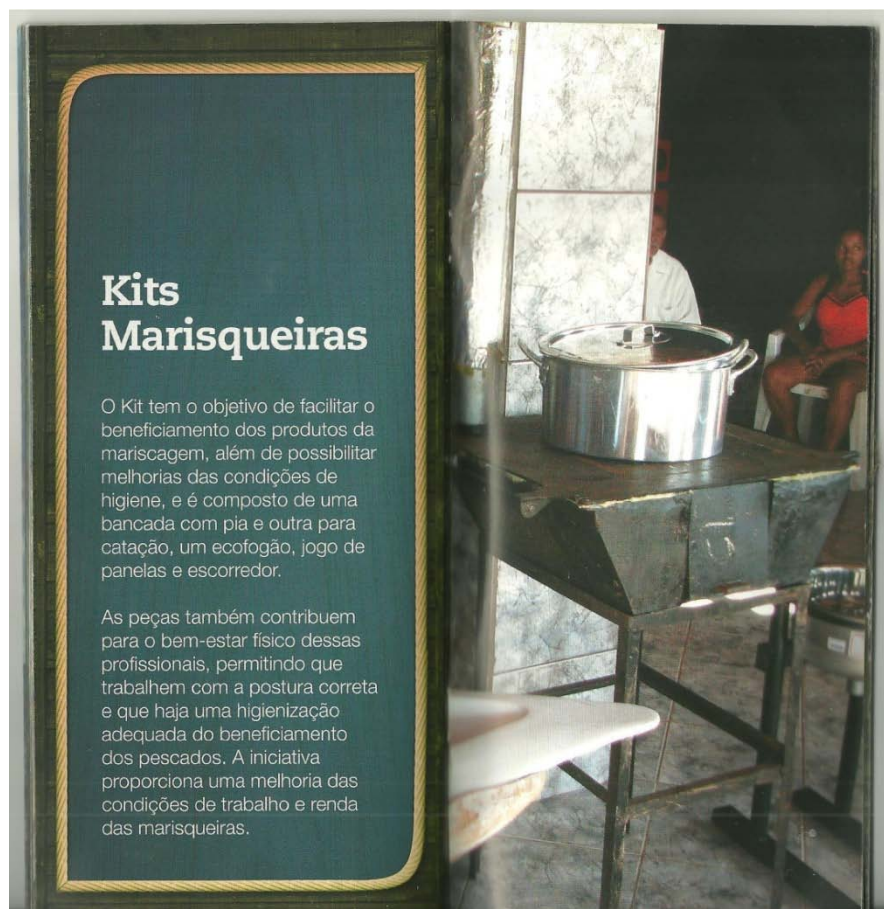
⁶ Programa do Governo Federal para famílias que mantêm seus filhos na escola.

Destaca-se também a demanda por postos de saúde e ambulâncias. As entrevistadas afirmam faltar médicos nos locais de atendimento. Outra demanda é por postos de trabalho, principalmente para os mais jovens que completam o segundo grau e chegam à fase adulta sem muitas perspectivas de trabalho além da pesca artesanal.

Nesse sentido, o poder público se faz ausente, não cumprindo com suas funções de formação e qualificação dos jovens. Poderiam ser desenvolvidos, por exemplo, programas com cursos de capacitação para os jovens e as mulheres no beneficiamento do pescado, além de condições técnicas de construção e gestão de cooperativas de beneficiamento e comercialização do pescado, com certificação e inspeção dos órgãos competentes, a fim de proporcionar trabalho e renda para as comunidades. Uma ação do governo estadual, por meio da empresa Bahia Pesca, foi o desenvolvimento de um *kit* marisqueira, e um equipamento de proteção individual (EPI).

O *kit* marisqueira é composto por uma bancada com pia e outra para catação, um fogão e um jogo de panelas (Figura 10).

Figura 10 – Panfleto de propaganda da empresa Bahia Pesca



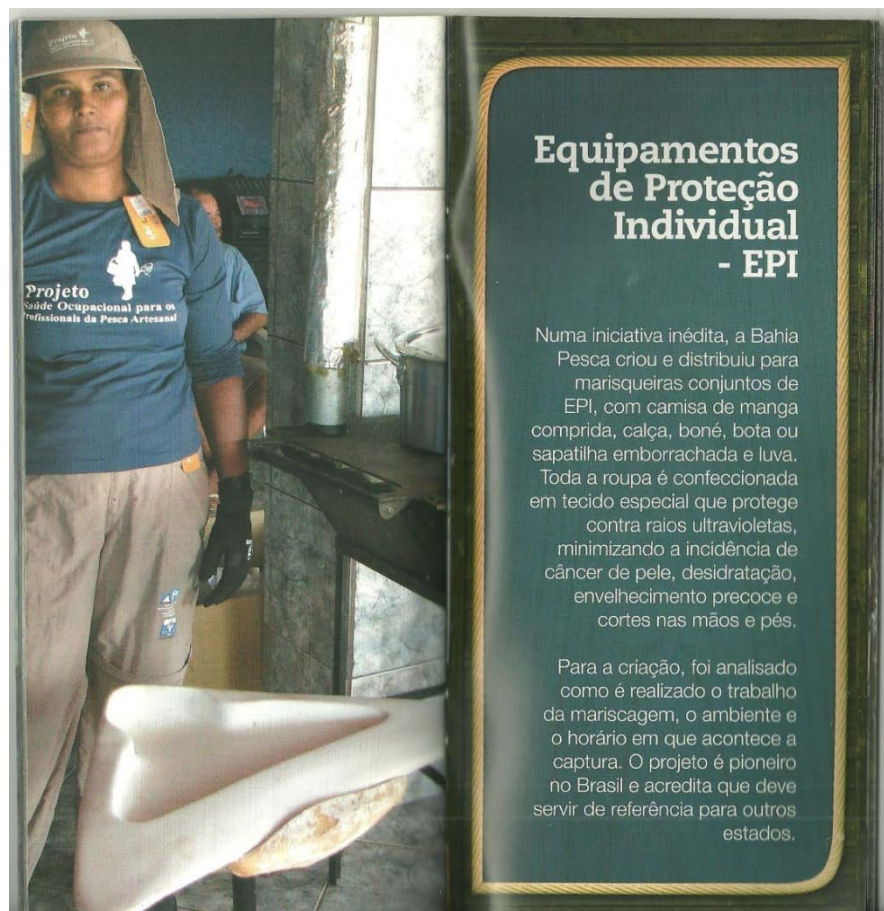
Fonte: BAHIA PESCA, 2012.

Segundo a Bahia Pesca, o *kit* foi desenvolvido para facilitar o beneficiamento dos produtos da mariscagem, além de possibilitar otimização do tempo para realizar as tarefas necessárias. A propaganda afirma que há melhora na qualidade de vida das pescadoras, conforme divulgado pelo panfleto da empresa Bahia Pesca.

Ao fazer com que a mulher continue trabalhando em casa e na cozinha, no entanto, o *kit* favorece à manutenção a mesma lógica patriarcal de produção e reprodução. O trabalho em casa perpetua a invisibilidade da mulher na pesca artesanal, além de não proporcionar espaços de socialização e discussão das pescadoras. Ademais, as marisqueiras merecem muito mais que um *kit* com fogão e panelas; merecem melhores condições de trabalho por meio da construção de pequenos centros de beneficiamento, como sugerido anteriormente.

Quanto aos Equipamentos de Proteção Individual, são compostos por camisa de manga comprida, calça, boné, bota ou sapatilha emborrachada e luva (Figura 11).

Figura 11 – Panfleto de divulgação da empresa Bahia Pesca



Fonte: BAHIA PESCA, 2012.

Estudos anteriores na região do Recôncavo Baiano (FIGUEIREDO, 2010) mostraram que as marisqueiras confeccionavam as próprias roupas de trabalho, o que comprovou a necessidade de um tipo de roupa apropriada para a pescaria.

Esses EPIs representam, portanto, um avanço para a categoria a confecção e a distribuição de roupas apropriadas para que as mulheres pesquem com segurança, afinal, estão expostas a condições insalubres. As roupas utilizadas pelas marisqueiras serviram de modelo para que a empresa Bahia Pesca desenvolvesse o EPI, como ilustrado na propaganda da empresa. Em Canavieiras, a distribuição dos EPI foi feita em parceria com a Secretária de Políticas para as Mulheres.

Apesar do avanço que representa a confecção do EPI para as marisqueiras, há limitações na qualidade deste material. Percebe-se, na imagem, que apenas a luva e a sapatilha são de um material conhecido como *neoprene*, muito usado em roupas de mergulho. O ideal é que toda a roupa seja confeccionada com este material, que garante flexibilidade, elasticidade, resistência e, principalmente, proteção térmica para as mulheres que passam horas na água pegando o marisco. Esse material também garante proteção contra insetos e radiação solar. No entanto, é um material de alto valor comercial, dificultando o acesso por parte das pescadoras.

Apesar das difíceis condições de trabalho e rendimento das pescadoras, como explicitado anteriormente, bem como suas demandas por melhorias na qualidade de vida, na RESEX Canavieiras, essas mulheres estão cada vez mais engajadas na luta pelo reconhecimento de seu trabalho na pesca artesanal, cenário que será analisado no próximo capítulo.

4 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS PESCADORAS EM CANAVIEIRAS – BA

Para o entendimento das transformações no modo de produção na pesca artesanal, em especial no trabalho das pescadoras, foi analisada a organização social das comunidades pesqueiras estudadas, por meio da observação da participação social e política das pescadoras nas organizações institucionais e sociais ligadas à atividade pesqueira. Admite-se que a organização institucional dos pescadores é protagonizada principalmente pelo Estado, e que a organização social reflete o engajamento político dos pescadores. Desse modo, buscou-se dar ênfase às formas de apropriação das mulheres nas instâncias decisórias da pesca artesanal.

4.1 Gênero, autonomia e gestão participativa do espaço

Na discussão proposta neste trabalho, entende-se a participação política a partir da participação da mulher na tomada de decisões e em postos de direção. Não há dúvida da crescente participação das mulheres em instâncias políticas como câmaras municipais, estaduais e federais. No entanto, esta pesquisa visa avaliar a participação da mulher pescadora nas instâncias consultivas e deliberativas quanto à gestão dos recursos pesqueiros na RESEX Canavieiras, considerando que o acesso, o gerenciamento, o uso dos recursos pesqueiros e a tomada de decisões são diferenciados pela condição de gênero.

Nos últimos anos, cresceram as reflexões, articulações e manifestações de movimentos de mulheres e feministas em torno do acesso ao poder pelas mulheres (GROSSI; MIGUEL, 2001). Para Sen (2010), as mulheres lutam não só por condições justas de direitos relacionados à promoção e ao seu bem estar, mas, sobretudo, por direitos voltados à sua condição de agentes ativas de transformações sociais.

De fato, as mulheres têm menor participação nos espaços de discussões políticas no país e no mundo. Percebe-se que, para discutir gênero na política e na produção do espaço, são utilizados termos como empoderamento, autonomia e participação, que demonstram a necessidade de equidade entre homens e mulheres, e que tais termos são utilizados de maneira recorrente na luta por equidade. Cabe, portanto, discuti-los, sobretudo, por serem essenciais às reflexões e análises propostas nesta pesquisa.

De modo geral, empoderamento e participação pública são termos utilizados por resoluções e tratados adotados no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa

entidade financia o projeto da Rede de Mulheres Pescadoras das Comunidades Extrativistas Pesqueiras do Sul da Bahia⁷, que é coordenado pela Associação Mãe da RESEX Canavieiras.

Entende-se o empoderamento como a realização, por si próprio, de mudanças e ações que levam ao fortalecimento do processo de tomada de consciência e decisão. O empoderamento das mulheres refere-se ao processo em que as mulheres refletem acerca de sua realidade, questionam as razões de sua situação na sociedade e, mais que isso, tomam consciência de sua habilidade e competência de produzir mudanças sociais. Contudo, a tomada de consciência não implica necessariamente em transformações sociais. Assim, o verdadeiro empoderamento depende de ação política.

Segundo Lorio (2002), a origem desse termo é atribuída tanto aos movimentos feministas como ao movimento negro, que, nos anos 1960, movimentaram o cenário político norte-americano, daí a etimologia inglesa da palavra (*empoverament*). Contudo, ainda para a autora, é na interseção com gênero que o conceito de empoderamento se desenvolve tanto em nível teórico, como na forma de instrumento de intervenção na realidade nos anos 1970 e 1980.

Para Lorio (2002), foi a partir dos anos de 1990 que se observou a expansão do uso desse conceito para outras áreas do debate sobre desenvolvimento, especialmente a partir das grandes conferências oficiais, notadamente a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 2005. Nessa Conferência, foi feita uma Declaração e um Plano de Ação, que estabeleciam estratégias e responsabilidades para os países.

Na Declaração de Beijing, definiu-se que o empoderamento da mulher e sua plena participação, a partir da igualdade em todas as esferas da sociedade, incluindo a participação no processo de tomada de decisões e acesso ao poder, são fundamentais para o sucesso da igualdade, do desenvolvimento e da paz (Declaração de Beijing, 2005 *apud* BALLARA; VALENZUELA, 2011).

Para Sardenberg, Capibaribe e Santana (2008, p. 02), “o empoderamento implica na expansão dos limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível/proibido/negado”. Segundo Costa (1999), o processo de empoderamento da mulher assume formas democráticas, que constroem novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas.

Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e da coletividade. Para Horochovski e Meirelles (2007, p. 486),

⁷ Projeto que será detalhado adiante.

“empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão”.

O verdadeiro empoderamento necessita de autonomia, pois se refere à capacidade dos indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito. Assim, cabe discutir o conceito de autonomia que, segundo Castoriadis (1982), engloba dois sentidos, o de autonomia social e o de autonomia individual. Para o autor, a autonomia social refere-se às instituições e às condições materiais que devem garantir igualdade de chances de participação em processos decisórios. Contudo, não se resume à infraestrutura, pois as relações sociais e de trabalho também precisam ser pautadas na autonomia como meio e como fim. Já a autonomia individual depende de circunstâncias individuais e psicológicas, mas também de fatores políticos e materiais.

Castoriadis (1982) define a autonomia como um fazer que visa o outro, ou os outros como seres autônomos. Dessa forma, ele demonstra a dimensão social da autonomia, afirmando que sua realização só pode ser concebida plenamente como uma empreitada coletiva e como uma relação social.

Percebe-se que falar em empoderamento ou autonomia toca no cerne da participação nos processos políticos que dizem respeito às pessoas envolvidas em tais processos. Desse modo, a participação das mulheres em espaços públicos de discussões como as instâncias das reuniões das associações e do conselho deliberativo da RESEX é fundamental para o exercício de cidadania das mulheres pescadoras.

Segundo Furriela (2002), é importante distinguir a participação consultiva que permite um compartilhar do poder decisório sobre processos de gestão e a participação deliberativa que envolve os agentes sociais na gestão. No caso de Canavieiras, a instância deliberativa se dá no âmbito das decisões da RESEX e nas diversas associações de pescadores e marisqueiras.

Ainda segundo Furriela (2002), participação pode ser entendida como a articulação do Estado, em suas diversas formas e espaços, com os sujeitos sociais, por meio de instrumentos de socialização da formulação de políticas públicas. No entanto, essa maior participação pública favorece que o Estado delegue a grupos como ONGs funções que cabem ao Estado enquanto agente regulador dos impostos pagos pela sociedade.

Todavia, a parceria entre o Estado e a sociedade civil organizada pode ser um caminho interessante para a cogestão. De fato, a participação popular em tomadas de decisão para a criação e implantação de políticas públicas é um avanço. Para Jacobi (1999):

A participação popular se transforma no referencial de ampliação de possibilidades de acesso dos setores populares dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos, mas também para garantir a execução eficiente de programas de compensação social no contexto das políticas de ajuste estrutural e de liberalização da economia (JACOBI, 1999, p.32).

Dagnino (2004) sugere a existência do que ela denomina como uma “confluência perversa” entre um projeto político democratizante, participativo e o projeto neoliberal, que marcaria hoje a luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira. Para compreender o que a autora propõe como aprofundamento da democracia, cabe distinguir a democracia representativa, que é a vigente no Brasil, da democracia participativa, na qual, de fato, a população toma decisões quanto às políticas públicas. Em relação a essa democracia participativa, Dagnino aponta a necessidade de aprofundamento:

Como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil (DAGNINO, 2004, p. 96).

Percebe-se, no contexto neoliberal, que o Estado controla cada vez menos setores estratégicos e que a delegação de setores essenciais à população para grupos empresariais privados ou organizações não governamentais por parte do Estado implica também na omissão do Estado perante os menos favorecidos. Contudo, essa parceria pode ser diferente, pois, talvez, o erro não esteja na cogestão entre Estado e sociedade civil organizada, mas sim no modo como essa cogestão é realizada. Nesse sentido, Jacobi (1999) reafirma o papel da participação popular para fortalecer a sociedade civil, a democracia e a cidadania dos diversos atores sociais. Em suas palavras:

A participação social se caracteriza como um importante instrumento de fortalecimento da sociedade civil, notadamente dos setores mais excluídos, na medida em que a superação das carências acumuladas dependem basicamente da interação entre agentes públicos e privados, no marco de arranjos socioinstitucionais estratégicos. A participação social se enquadra no processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso. Trata-se de pensar o ordenamento das diferenças dentro do marco de questionamento sobre o papel do Estado enquanto regulador da sociedade (JACOBI, 1999, p. 37).

Assim, as políticas públicas que preveem a gestão compartilhada, ou cogestão de diversos setores da sociedade civil, podem ser uma ferramenta de melhoria na qualidade de vida da população local. A importância de se discutir e analisar a participação feminina nas instâncias políticas do setor pesqueiro advém também dos crescentes mecanismos de gestão compartilhada da pesca, como as reservas extrativistas marinhas que têm um conselho deliberativo para gerir os recursos pesqueiros.

No Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que é definido pela Lei nº. 9.985/2000, a criação das reservas extrativistas marinhas é um exemplo de política pública que estabelece a participação das comunidades locais nas tomadas de decisões. Tal ação reflete a importância de mecanismos participativos de gestão da pesca e incorpora novos instrumentos para que as diversas partes interessadas participem na formulação de decisões. Segundo Kalikoski e outros (2009):

A forma como se dá a implementação do sistema de gestão compartilhada na pesca diferencia-se, a depender do grau de participação efetiva das comunidades e do grau de devolução do poder do governo para as comunidades locais no processo de tomada de decisão (KALIKOSKI *et al.*, 2009,p.152).

Contudo, a participação na tomada de decisão só se torna eficaz na medida em que se tem informação pertinente sobre aquilo que se decide. Para isso, a informação deve ser de qualidade, facilmente disponível, fidedigna, acessível aos interessados e útil ao processo. No entanto, isso também ainda não é suficiente, a informação deve ser apreendida para que possa sensibilizar as pessoas envolvidas no processo, e isso só se dá por meio da educação, pois o conhecimento social que visa às transformações sociais necessárias e positivas vai muito além de uma simples informação disponibilizada.

A partir disso, podemos falar de um dos maiores educadores do país, Paulo Freire, que discutiu autonomia e participação num processo recíproco de aprendizagem. Em sua obra “Pedagogia da autonomia”, Freire (2011) aponta para o caráter emancipador e libertador da educação. Em suas palavras: “a autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, em experiências respeitadas da liberdade” (FREIRE, 2011, p. 105).

Falando em liberdade, é válido retomara obra de Sen (2010), “Desenvolvimento como liberdade”, em que o autor distingue o que ele chama de tipos distintos de liberdade. No que diz respeito às pessoas sem liberdades políticas, essas são privadas de conduzir assuntos de

suas vidas, sendo-lhe negada a oportunidade de participar de decisões concernentes a assuntos públicos – privações que restringem a vida social e política dos atores locais.

A questão, então, é que a falta de liberdade política representa um entrave à luta das mulheres pescadoras por direitos previdenciários e trabalhistas, o que influi de forma negativa em sua efetiva participação nos movimentos sociais de pescadores e pescadoras. Em alguns casos, falta a essas mulheres um sentimento de pertencimento à categoria, repercutindo na participação feminina nas organizações civis da pesca artesanal, tais como colônias e associações de pescadores e marisqueiras.

No entanto, a experiência em Canavieiras mostra que a realidade pode ser outra, pois é justamente a luta por empoderamento e autonomia que tem feito essas mulheres participarem cada vez mais das associações de pescadores e marisqueiras, bem como fazer parte da colônia de pescadores, para buscarem melhores condições de trabalho. Essa maior participação feminina influi no reordenamento e na reorganização dos espaços de discussões cotidianamente.

Assim, as alterações no espaço de discussão, caracterizadas por uma maior participação das mulheres nesses espaços, demonstram que a produção do espaço de fato se dá a partir de diferenciações de gênero, dotadas de cargas simbólicas e construções sociais de papéis e identidades. Silva (2003) aponta que a abordagem geográfica é caracterizada por uma invisibilidade do papel feminino na organização do espaço. Mais que isso, Silva (2003, p.32) afirma ser importante “contemplar o conceito de gênero como categoria explicativa da produção do espaço e, também, para romper a perspectiva andrógena na produção do conhecimento geográfico”.

Com esse intuito, a partir da percepção de que as instituições e os serviços ligados ao mundo da reprodução familiar (saúde, educação, alimentação e trabalho) são marcados pela ação feminina, inclusive na pesca artesanal, será melhor discutido a seguir o aumento da participação das mulheres nos espaços de discussões relativos à pesca artesanal.

4.2 Movimentos sociais, organizações institucionais na pesca e o caso de Canavieiras

A pesca artesanal é marcada por diferentes formas organizativas dos pescadores, que refletem nos espaços de discussão e decisão. Há a organização institucional dos pescadores que compreende: em nível nacional, a Confederação dos Pescadores; em nível estadual, as Federações de Pescadores; e, em nível local, as colônias de pescadores. Também há a organização social dos pescadores, que reflete o movimento social na pesca artesanal.

Cabe na discussão empreendida elucidar brevemente o que é um movimento social, como as mulheres têm participado dele e como é a realidade das mulheres pescadoras em instâncias participativas da pesca. De modo geral, os movimentos sociais recorrem às matrizes discursivas da contestação para repensar o cotidiano das classes populares. Assim, “os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos” (SADER, 1988, p.199).

Gohn (2012) divide em três os formatos organizativos e as formas como se estruturam os principais movimentos sociais na atualidade, a saber: os movimentos identitários, que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais; os movimentos de luta por melhores condições de vida e trabalho, no urbano e no rural, que demandam acesso e condições para terra, moradia, alimentação, saúde entre outros; e, por fim, os movimentos que atuam em redes sociopolíticas e culturais via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos entre outros.

Ainda segundo essa autora, as mulheres são maioria nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho, nas redes e nos fóruns, e sustentam também, majoritariamente, as redes solidárias de projetos sociais, constituindo a maioria das ações coletivas públicas. Para Gohn (2012), as mulheres passaram a estar presentes em novas arenas, não como movimento social de mulheres, mas como movimento feminista e, dessa forma, as contestações discursivas refluíram e o movimento feminista construiu ligações que permitiram que as demandas e os discursos do movimento fossem traduzidos em itens de plataformas de sindicatos, partidos, políticas nacionais e convenções internacionais.

Assim, destaca-se que no âmbito dos movimentos sociais, ocorreram iniciativas para se implantar as cotas por sexo nas regras para a composição de suas instâncias de direção, garantindo-as nos estatutos das entidades. Assim, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), bem como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) adotaram dispositivos que visam a redistribuição de poder político entre homens e mulheres, colocando limites, para ambos os sexos, para a ocupação dos cargos de direção desses órgãos (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Na pesca, há diversos movimentos sociais de pescadoras que lutam por melhores condições de trabalho e renda. Nesse contexto, Maneschy (2010) cita alguns coletivos de mulheres espalhados pelo mundo que estão nessa luta: Rede Nórdica de Mulheres Pescadoras e da Zona Costeira (Escandinávia), Força Tarefa de Mulheres na Pesca (Filipinas), Federação

2FM (França), Federação de Tecedeiras de Rede (Galícia), Federação de Marisqueiras (Galícia) e Rede Nacional de Mulheres na Pesca (Chile).

No Brasil, desde o final da década de 1980, vêm ocorrendo experiências de organização e articulação das pescadoras. Em 2006, foi realizado o I Encontro da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) em Recife. A Articulação realizou seu segundo encontro nacional em maio de 2010. O terceiro encontro da ANP foi realizado em julho de 2012, na Paraíba (TERRAMAR, 2010).

Segundo Maneschky (2010), observa-se em diversos países a emergência das pescadoras que estão buscando reconhecimento de seu estatuto de trabalhadoras da pesca. Segundo a autora:

A recém instituída Articulação Nacional de Pescadoras no Brasil (ANP) é um grande exemplo dessa tendência. Registra-se uma notável emergência (das mulheres) nesse setor produtivo que é mais associado, conforme as representações tradicionais, aos homens pescadores (MANESCHY, 2010, p. 16).

Percebe-se, desse modo, que as mulheres estão engajadas no movimento social da pesca artesanal. Cabe salientar que essa atividade está organizada socialmente por meio dos diversos movimentos sociais da pesca artesanal tais como a citada ANP, o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) e as diversas associações de pescadores. Contudo, há a organização institucional dos pescadores dividida, como dito anteriormente, em colônias, federação e confederação, reguladas pelo Estado. Segundo Kuhn (2009, p. 65), “essas duas instâncias da organização do grupo se contradizem e se relacionam no processo de luta dos pescadores artesanais”.

Por certo, Potiguar (2007) afirma que:

Diante da insatisfação da postura assumida pelas entidades oficiais na pesca, alternativas organizacionais foram acionadas, desembocando na criação de sindicatos, associações nas esferas nacional, estadual e municipal, com uma outra concepção de organização dos pescadores (POTIGUAR, 2007, p. 54).

Percebe-se que essas entidades oficiais pouco contribuíram para uma representação efetiva da classe, o que pode ser atribuído à forma como foram criadas tais entidades. Resende (2011), apoiado na narrativa do comandante Villar descreve como a Marinha Brasileira fundou as colônias de pescadores. Segundo o autor, foi instituída a missão do cruzador José Bonifácio, que deveria percorrer todo o litoral brasileiro para organizar os pescadores em

colônias que fossem reunidas em federações de pescadores dentro de cada estado brasileiro. Tais colônias seriam um ponto de apoio para a ação social, administrativa e militar do Estado na sua missão de garantir a defesa nacional, ou seja, a Marinha disporia, assim, de efetivos numerosos e conhecedores do litoral e do mar para controlar as fronteiras marítimas.

Assim, ainda segundo Resende (2011), a missão de Bonifácio provocou mudanças legislativas que estruturavam a atividade pesqueira de forma administrativa em colônias, federações e confederação, vinculadas ao Estado e que permanecem – quase da mesma forma – até os dias atuais. Essas mudanças legislativas vinculavam os pescadores à Capitania dos Portos, com certidão de matrícula do pescador e embarcação catalogada, proibição de mão de obra escrava e de estrangeiros nas embarcações, denotando a tripulação pesqueira como força militar de reserva, o que mostra uma tentativa de militarização do pescador.

O surgimento da colônia de pescadores data de um decreto de 1846. Segundo Kuhn (2009):

Em 19 de maio deste mesmo ano, foi promulgada a Lei 447 que instituiu a distribuição dos pescadores nos chamados “Distritos de Pesca” e delegou à Marinha do Brasil a responsabilidade de administrar a atividade. Os Distritos de Pesca foram as primeiras intervenções do Estado na atividade pesqueira e são consideradas os embriões do que viriam a ser as Colônias de Pescadores (KUHN, 2009, p. 65).

Diante de tal forma organizativa, entende-se porque a colônia apresenta problemas de legitimidade na representação profissional dos pescadores. Entende-se que o modelo de organização institucional dos pescadores vem desde o Brasil Império. Diferentemente das outras categorias de trabalhadores, os pescadores não tiveram a oportunidade de se organizar de forma espontânea. Durante a II Guerra Mundial, o Estado atuou fortemente nas comunidades de pescadores, e esse modelo verticalizado se perpetuou com a forte intervenção estatal. Segundo Carlos Pinto (vice-presidente da AMEX):

Muitos presidentes de colônia foram membros da marinha, levando o pescador a acreditar mais do que devia nos marinheiros, às vezes, se opondo a companheiros por estar a serviço da marinha, sem ter noção do quão maléfico isto foi para a categoria [...] a RESEX vem para romper com isso, inclusive por se posicionar frontalmente [contra] ao modelo organizativo das Colônias de Pescadores totalmente verticalizado e que se apropria de benefícios sociais [seguro defeso e aposentadoria] que são conquistas [trabalhistas] para justificar seu domínio (FIGUEIREDO, 2012).

Para Kuhn (2009), constitui-se como um dos grandes desafios da pesca artesanal “romper com essa característica negativa do passado e dar às Colônias de Pesca um verdadeiro caráter representativo, no sentido de fortalecê-las como instrumento de luta e reivindicação dos pescadores” (KUNH, 2009, p. 66). Dessa forma, percebe-se a colônia como uma entidade que garante o acesso aos direitos trabalhistas dos pescadores, mas que carece de representatividade desses profissionais frente às políticas do Governo para o setor pesqueiro.

Em busca de legítima representatividade, surgem os movimentos sociais na pesca artesanal. Potiguar (2007) afirma que, durante a década de 1980, em meio à abertura política, tal processo iniciou-se na pesca artesanal com a criação do Conselho Pastoral da Pesca (CPP), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ainda segundo o autor, o CPP é uma pastoral com objetivo de desenvolver trabalhos voltados à promoção social dos pescadores artesanais e suas famílias, bem como à formação e ao acompanhamento das lutas das organizações pesqueiras.

Nesse sentido, na perspectiva de trabalhar a organização social dos pescadores, o CPP articulou a presença dos pescadores de diferentes estados do país para discutir a pesca no Brasil e propor a inclusão das reivindicações dos pescadores artesanais na então nova Constituição Brasileira. A esse movimento foi dado o nome de Constituinte da Pesca. Segundo Kuhn (2009), com o fim do trabalho de construção da nova Constituição Brasileira os pescadores, em 1989, optaram pelo fim do Movimento Constituinte e, em seu lugar, fundaram o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), que, posteriormente, foi extinto e passou a denominar-se Movimento de Pescadores e Pescadoras. Essa sigla demonstra um avanço no reconhecimento da participação das mulheres na pesca artesanal ao incluir a denominação “pescadoras”. Tal movimento tem buscado refletir, monitorar e propor políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras, bem como articular e fortalecer as lutas dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil.

Ressalva-se que, na Constituição de 1988, o movimento logrou equiparar as colônias de pescadores aos sindicatos, rompendo com uma larga história de intervenção estatal no processo de organização dos pescadores (CARDOSO, 2001). Assim, apreender as práticas formais e não formais de organização dos pescadores permite compreender as necessidades e os anseios na luta por espaço político. Nessa esfera, interessam a esta pesquisa as estratégias das mulheres para a maior participação política no espaço em questão.

Desse modo, no caso do município de Canavieiras, foi analisada a participação das mulheres nas organizações sociais, como as diversas associações, e nas organizações

institucionais da pesca, como a Colônia de Pescadores Z-20 e o Conselho Deliberativo da RESEX. Ao longo dos anos, com a criação da RESEX e com o projeto da Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia⁸, iniciado em 2009 na região e desenvolvido pela Associação Mãe da Reserva, cada vez mais tem aumentado a participação política das mulheres como será demonstrado adiante.

Isso altera a produção e a reprodução do espaço público de discussão, na medida em que há um aumento da participação feminina nas reuniões. De fato, é difícil mensurar as transformações nos espaços de discussão com o aumento da presença feminina. A pesquisadora participou de reuniões das associações e de reuniões de articulação da Rede de Mulheres.

No caso da reunião da Associação de Barra Velha (fundada em 2007), de 30 associados, 16 estavam presentes e metade eram mulheres (Fotografias 17 e 18). Nessa reunião, foram escolhidos o novo conselheiro e seu respectivo suplente, para representar a Associação. Infelizmente, só foram eleitos homens para tais cargos, mesmo com tamanha participação feminina. Aliás, há de se questionar porque nenhuma mulher se candidatou para ser conselheira ou suplente. Pode-se arriscar dizer que, de fato, essas mulheres não estão empoderadas para exercer tais cargos. Mais que isso: essas mulheres sabem que não têm autonomia para garantir sua presença nas reuniões e nas demais situações que demandem a presença dos conselheiros, por terem seus compromissos com as responsabilidades domésticas que, na maioria das vezes, não são compartilhadas com seus cônjuges.

Fotografia 17 – Reunião da Associação de Barra Velha

⁸ Projeto desenvolvido com as pescadoras da RESEX Canavieiras.



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Fotografia 18 – Mulheres na reunião da Associação



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Nota-se que as mulheres foram responsáveis pelo almoço, pela limpeza e pela organização do local da reunião, que, nesse dia, foi na casa de um dos associados. É notório que, mesmo participando das reuniões, as mulheres ainda se encarregam do trabalho dito doméstico. Contudo, em Canavieiras, há mulheres presidentes e vice-presidentes, como na associação de Puxim, que tem D. Genilda da Silva como presidente atualmente. Cabe questionar se, após tais conquistas, observam-se alterações significativas no modelo de gestão e planejamento. As mudanças ocorrem somente nas relações sociais e de trabalho ou nas

materialidades criadas também? Ou são transformações puramente simbólicas? Questionamentos esses que apontam um vasto campo de pesquisa.

Percebe-se, entretanto, que é um fato relativamente recente haver mulheres exercendo a direção de entidades ligadas à pesca. Em 1985, pela primeira vez, uma mulher assumiu a presidência de uma colônia de pescadores; em 1994, pela primeira vez, outra assumiu a presidência da Federação dos Pescadores – ambas no estado de Pernambuco. Isso aconteceu quando as mulheres passaram a deixar de exercer apenas as funções ditas domésticas (cuidados com alimentação e limpeza) e funções de menor prestígio, como de secretária, para, de fato, liderarem e deliberarem no segmento, dando voz às demandas femininas. Maneschy (2000) cita diversas colônias e associações exitosas no aumento da participação feminina por todo país.

Ainda que seja um movimento minoritário, é também digno de nota que há colônias e federações de pescadores desenvolvendo trabalhos específicos com mulheres, sejam elas pescadoras, trabalhadoras da pesca ou membros de famílias de pescadores. Sem a pretensão de fornecer uma lista completa, mencionam-se as colônias de Barra de Santo Antônio e de Maceió, em Alagoas, sendo esta última dirigida por uma mulher. Em Sergipe, a colônia de São Cristóvão tem centenas de sócias em seus quadros. Em Pernambuco, as colônias de Ponta de Pedras e Itapissuma implementam ações de capacitação em processamento de pescado para as sócias. O Instituto Terramar, do Ceará, organização não governamental de apoio ao setor pesqueiro artesanal, tem promovido oficinas sobre relações de gênero para várias colônias e associações de pescadores do litoral daquele Estado. No Pará, as Colônias de Abaetetuba e de Aranaí têm organizado seminários e estimulado as mulheres a regularizarem sua documentação como pescadoras. A Colônia de Santarém, no Baixo Amazonas, é mais antiga nessa linha e conta com mulheres na diretoria há vários anos (MANESCHY, 2000, p. 89).

Nota-se um movimento, em nível nacional, de aumento na participação das mulheres nos postos de direção das instâncias relativas à pesca artesanal. Quanto a essa maior participação das mulheres nos espaços decisivos, as pescadoras entrevistadas afirmam:

As mulheres já estão sendo presidentes de associações. De primeiro ninguém queria saber, tinha medo ou não tinha direito, não sei, e agora muitas delas já estão participando (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

As mulheres estão se avançando, em todo canto que a gente vai estamos vendo que o espaço está aberto para as mulheres e as líderes dos órgãos estão sendo mulheres também (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Quanto à Colônia de Pescadores de Canavieiras Z-20, esta localiza-se na sede municipal (Fotografia 19).

Fotografia 19 – Colônia Z-20

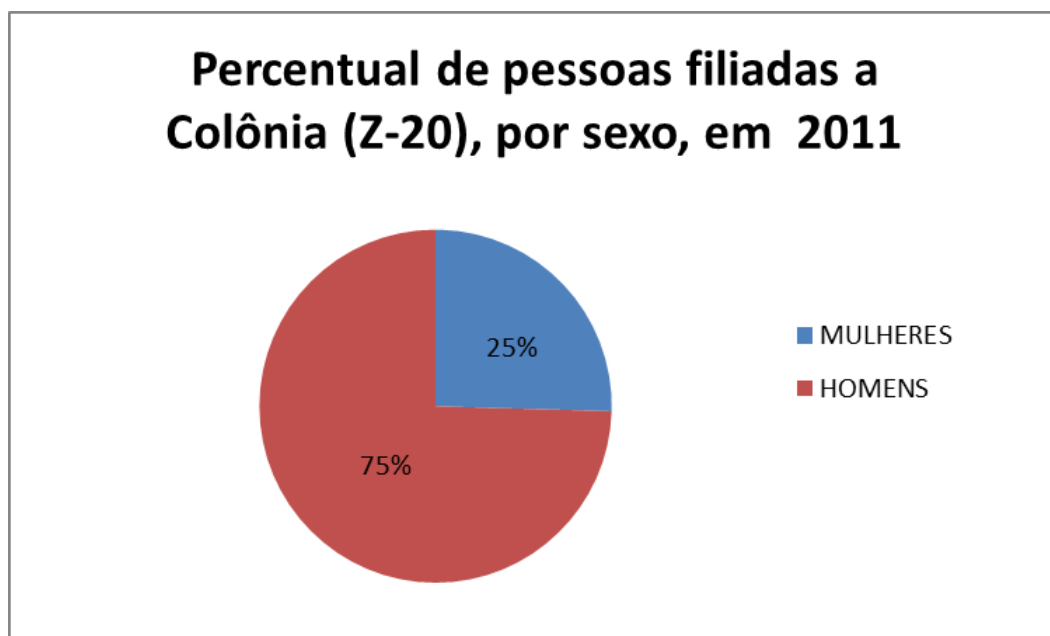


Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

A colônia realiza mensalmente reuniões com os associados e conta com um conselho de mulheres, responsável por orientar as marisqueiras e fiscalizar o trabalho da colônia, participando das reuniões da diretoria e das assembleias.

Em Canavieiras, a primeira filiação de uma mulher à Colônia de Pescadores Z-20, data de 1979, mas, até o ano de 2000, só havia dezenove mulheres filiadas. Atualmente, a Colônia conta com 1.465 filiados e, desse total, 363 são mulheres, ou seja, aproximadamente 25% (Gráfico 1) – o que ainda representa um número menor do que o total de mulheres na pesca. Esses números, tampouco, expressam o número total de pescadores, pois nem todos são filiados à Colônia.

Gráfico 1 – Percentual de pessoas filiadas à Colônia Z-20, por sexo, em 2011



Fonte: Colônia Z-20. Org.: FIGUEIREDO, 2012.

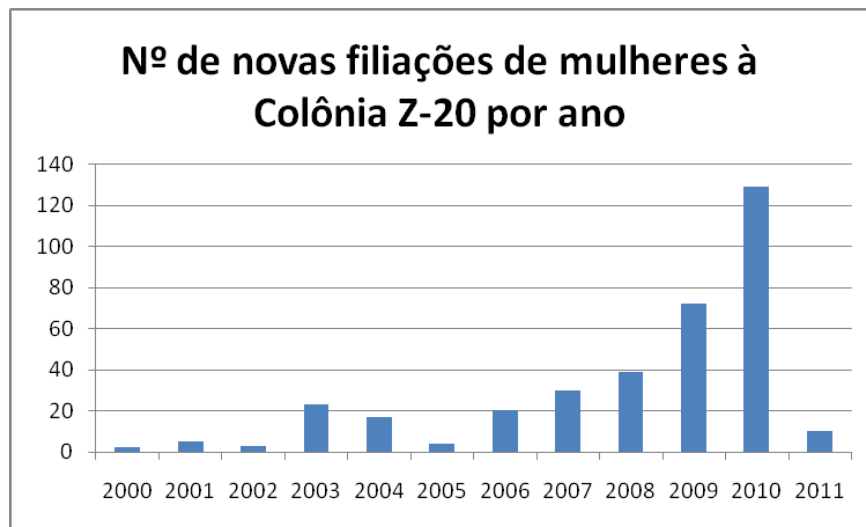
Cabe avaliar como se deu a crescente participação das mulheres na Colônia Z-20 de Canavieiras. Como foi dito anteriormente, a participação feminina nesse espaço, até o começo da década de 2000, era irrisória. Foi nessa década que começou, em Canavieiras, a articulação para a criação da RESEX, movimento que se iniciou a partir da demanda de uma associação de marisqueiras desse município. A partir de então, observou-se uma crescente filiação, por parte das mulheres. Esse crescimento pode ser visualizado a partir dos dados da Tabela 5:

Ano	Nº de novas filiações à Colônia	Ano	Nº de novas filiações à Colônia	Ano	Nº de novas filiações à Colônia
2000	2	2004	17	2008	39
2001	5	2005	4	2009	72
2002	3	2006	20	2010	129
2003	23	2007	30		

Tabela 5 – Número de novas filiações de mulheres à Colônia por ano
Fonte: Colônia Z-20. Org.: FIGUEIREDO, 2012.

Percebe-se que foi em 2010 que houve um significativo número de mulheres filiadas à Colônia Z-20 (Gráfico 2), devido ao início, em 2009, do projeto da Rede de Mulheres Pescadoras, que será detalhado adiante. A colônia de pescadores é a instituição que reconhece em primeira instância a trabalhadora da pesca. Por isso, a participação das pescadoras nessa instituição é tão importante na busca de visibilidade nos espaços públicos.

Gráfico 2 – Número de novas filiações de mulheres à Colônia por ano



Fonte: Colônia Z-20. Org.: FIGUEIREDO, 2012

Desse modo, o aumento da participação feminina na colônia proporciona a essas mulheres a garantia de seus direitos trabalhistas. Os depoimentos de pescadoras senhoras, que reconhecem a Colônia como a entidade que promove ou facilita o acesso aos direitos relativos aos trabalhadores da pesca, elucidam a importância das pescadoras para a Colônia:

Eu entrei na Colônia e continuei na pesca. Estou há uns 20 anos colonizada⁹ tudo direitinho, e dei continuidade. Fui tendo meus filhos que também são pescadores, a minha irmã e a nora também pescam, eu coloquei todos na Colônia, para ter uma segurança melhor (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Eu sou marisqueira, tenho minha profissão e minha carteira [de pescadora] Meu pai era pescador profissional, foi um dos primeiros a ser colonizado, [...] e me jogou na Colônia, e eu comecei minha vida de pescaria. Quando cheguei a 55 anos de pescadora que é igual ao do rural, aí eu fui aposentada. Meu pai me botou na Colônia olhando meu benefício, da minha idade e de eu não ter quem me desse o pão de cada dia, porque eu fui separada, meus pais já estavam idosos, imaginavam falecer e eu ficar desgarrada, aí meu pai me jogou na Colônia, e eu agradeço muito a isso (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Eu já participava da Colônia, porque a Colônia antigamente eram poucas mulheres, era só parece que oito mulheres, e eu chamando as pessoas para a Colônia porque a gente nunca está livre de um acidente e se você é Colônia, se você se acidentar tem como acionar o INSS, porque se não trabalhar, não pescar, o pescador mesmo que não tem outra atividade, ele não tem como, se

⁹ Termo utilizado pelas pescadoras para designar sua filiação à Colônia de Pescadores.

tiver doente então a gente tem que procurar a Colônia (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Eu me colonizei e o rapaz que trabalhava lá me explicou que se eu fizesse tudo direitinho, pagasse tudo direitinho, andasse em dia, quando eu completasse 55 anos eu me aposentaria, e isso eu fiz, paguei minha Colônia toda direitinha e tem mais de dez anos que sou aposentada (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Percebe-se que a importância da Colônia é, sobretudo, para a garantia de direitos trabalhistas e não para representação da categoria frente às políticas do Governo para o setor pesqueiro. Segundo Soares (2011), à medida que as pescadoras assegurarem sua participação em órgãos de representatividade, como a colônia de pescadores e as diversas associações de pescadores e marisqueiras, para ter seus direitos reconhecidos e assegurados, estarão fazendo da participação uma das formas de superar o não reconhecimento e a invisibilidade na pesca artesanal.

Apesar do aumento da participação das mulheres na Colônia e nas associações de Canavieiras, pode-se questionar os motivos pelos quais as mulheres estiveram tanto tempo sem seus direitos trabalhistas, sem que seus maridos e familiares (há exceções) estimulassem-nas à filiação à Colônia ou às diversas associações existentes. Essas instâncias também não desenvolveram trabalhos para que as mulheres pudessem participar mais dessas entidades.

De fato, a existência de um modelo patriarcal na pesca tem sido responsável pela invisibilidade das mulheres no setor pesqueiro. Isso tem reflexos diretos na participação das mulheres nas instâncias políticas de decisão quanto à gestão dos recursos pesqueiros. Para Alencar (1993), é a fragmentação de tempo e de atividades que impede o reconhecimento e a valorização do trabalho da mulher na pesca.

O Fundo de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) realizou um estudo internacional sobre as mulheres pescadoras, que propõe a integração do gênero na gestão de projetos no setor pesqueiro. Para tanto, segundo o estudo, a participação das mulheres e grupos de mulheres em processos de decisão deve ser incentivada, tanto pela comunidade como pelo governo. O estudo afirma que direitos e acesso aos meios de controle dos recursos pesqueiros, por parte das mulheres, são fundamentais para o sucesso das políticas para a pesca (ARENAS; LENTISCO, 2011).

Assim, cabe avaliar também a participação feminina nas reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX Canavieiras. Para tanto, foram analisadas as atas das reuniões para verificar o número de participantes e o número de mulheres entre os presentes, assim como os principais assuntos discutidos (Tabela 6).

Data	Nº presentes	Nº mulheres	% mulheres	Principais assuntos
04/2009	37	16	43%	Ata de fundação da AMEX, histórico, estrutura política e votação do estatuto.
03/2010	22	4	18%	Ata de Assembleia Geral, Conselho Deliberativo e seu regimento.
05/2010	13	4	31%	Qualidade e cronograma de construção das casas dos pescadores.
01/2011	36	13	36%	Concessão de direito real de uso da área da RESEX e cadastro do INCRA.
06/2011	15	4	27%	Alteração do endereço da AMEX, localizada atualmente na sede do ICMBio.
04/2012	28	12	42%	Bolsa Verde e andamento de projetos.

Tabela 6 – Reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX Canavieiras
 Fonte: Associação Mãe da RESEX (AMEX). Org.: FIGUEIREDO, 2012.

Observa-se que, em nenhuma reunião, as mulheres foram a maioria dos participantes. No entanto, a participação feminina foi significativa na medida em que, na maior parte das reuniões, a porcentagem de mulheres presentes estava acima de 25%. A partir da análise das atas das reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX, percebeu-se a necessidade de maior participação feminina nos espaços de gestão dos recursos pesqueiros.

Percebe-se que temas de grande interesse para as mulheres, como a construção de casas para os pescadores ou a Bolsa Verde¹⁰ foram debatidos nas reuniões do Conselho e, no entanto, as mulheres não participaram em sua maioria. Esses temas realmente são de grande importância para as mulheres, pois as mesmas declaram investir seus ganhos em casa e no cuidado com alimentação, educação e vestuário dos filhos. É fato que essas pescadoras carecem de representatividade e legitimidade nas organizações sociais e institucionais da pesca artesanal. Segundo Maneschky (2010):

Formar ou vincular-se a organizações é, muitas vezes, uma exigência para atuar na defesa de direitos sociais e políticos, na defesa da terra e do meio ambiente, assim como para alcançar políticas compensatórias e de apoio à geração de renda. De fato, embora as mulheres possam efetivamente participar das decisões relativas à produção no interior da família, compartilhando a administração das pescarias com os companheiros, elas carecem de voz nas organizações (MANESCHY, 2010, p. 04).

¹⁰ Programa do Governo Federal de distribuição de renda para famílias que vivem em áreas de proteção ambiental.

A seguir, será detalhado como o projeto da Rede de Mulheres Pescadoras, desenvolvido pela Associação Mãe da RESEX Canavieiras, está mudando a realidade das pescadoras de Canavieiras e dos demais municípios participantes com ações voltadas para a autonomia das pescadoras.

4.3 Participação política das mulheres na RESEX Canavieiras: a experiência da Rede de Mulheres Pescadoras

A experiência da participação feminina nos espaços de decisão da pesca na RESEX Canavieiras é bem singular. As mulheres dessa Reserva estão cada vez mais engajadas na luta pela garantia dos direitos relativos à manutenção da pesca artesanal em seu território. As pescadoras de Canavieiras fazem parte da Rede de Mulheres das Comunidades Extrativistas Pesqueiras do Sul da Bahia.

Essa Rede surgiu em 2009, a partir da percepção, por parte de uma técnica do *Conservation International* (CI), Jaqueline Rodrigues – que, na época, ocupava um cargo de especialista em áreas protegidas trabalhando nas RESEX Cassurubá, Corumbau e Canavieiras – de que as mulheres participavam das reuniões das associações e da Colônia, mas não tinham voz ativa nas decisões a serem tomadas, sendo excluídas dos processos decisórios na RESEX Canavieiras. Tal técnica é bióloga, mestre em ciência florestal e tem vasta experiência com atuação em ONGs e áreas protegidas. A elaboração do projeto foi sua e de seu marido, Erismar Rodrigues, que trabalha no ICMBio, entre os anos de 2007 e 2008, quando os mesmos residiram na comunidade de Atalaia, o que possibilitou um maior contato com as pescadoras locais.

Assim, o projeto nasceu com o intuito de capacitar, mobilizar e empoderar lideranças femininas nas comunidades de pescadores de Canavieiras, e foi viabilizado a partir de um edital do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), uma entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

A coordenação técnica envolvida para desenvolver o primeiro encontro foi composta por Jaqueline Rodrigues, a idealizadora, e Sara Araújo e Edna de Jesus, professoras do município de Canavieiras envolvidas no movimento e na luta para criação da RESEX. Percebe-se que a equipe técnica não é composta por pescadoras. Para o segundo projeto, que culminou com o II Encontro da Rede de Mulheres Pescadoras, à equipe técnica foi acrescida Aniram Lins Cavalcanti, pesquisadora da Universidade Estadual Santa Cruz (UESC), que

desenvolve estudos na área, e Silvia dos Santos, que é uma liderança em Atalaia, irmã do presidente da AMEX.

A Rede de Mulheres abrange seis municípios do sul da Bahia, a saber: Belmonte, Una, Canavieiras, Ilhéus, Itacaré e Cabrália. O projeto espera colocar as mulheres no engajamento de luta por políticas públicas para a melhoria do trabalho da mulher na pesca artesanal. Para a articulação das pescadoras, o projeto tem atividades mensais, com reuniões em espaços de discussão para debater a situação da mulher na pesca artesanal. Essa articulação se dá por meio de contato por telefone e *e-mail* entre as coordenadoras do projeto e as pescadoras. A AMEX é a gestora do projeto e conta com parcerias para desenvolvê-lo.

A gestão do projeto por parte da AMEX denota que o processo de criação e implantação da Rede de Mulheres Pescadoras é verticalizado. A iniciativa e a estrutura que sustentam o projeto não partiram das pescadoras, apesar da demanda dessas mulheres junto às associações por projetos que valorizem o seu trabalho na pesca artesanal. Contudo, a principal meta é o empoderamento das mulheres para a autonomia de realizar projetos e as próprias reuniões a partir da organização comunitária das pescadoras.

Como parte do processo de implantação da Rede, foi realizado um diagnóstico de cada comunidade para identificar e formar as lideranças-chave, levantar as instituições, colônias e associações presentes. Em uma segunda etapa do projeto, foram realizadas oficinas para avaliar a representatividade das mulheres pescadoras. Em cada comunidade, foram levantadas as reivindicações das marisqueiras. Segundo as coordenadoras, em entrevista cedida em 2012, o projeto, as maiores dificuldades foram a falta de credibilidade inicial no projeto, a baixa autoestima das pescadoras que se desanimavam no processo, o coronelismo da região, advindo da fase do cacau, e a identificação de figura chave da comunidade para ser uma liderança política.

A Rede de Mulheres Pescadoras realiza encontros entre as pescadoras dos municípios vinculados à Rede para propor espaços de diálogos a partir das demandas das mulheres. No I Encontro da Rede de Mulheres Pescadoras, em junho de 2010, houve a presença de várias instituições que promoveram palestras de cunho esclarecedor para as pescadoras. Desse encontro, participaram cerca de 150 mulheres pescadoras.

As oficinas realizadas nas comunidades tiveram como temas geradores de discussão: equidade de gênero e políticas afirmativas dos direitos das mulheres, projetos para as mulheres que envolvam captação de recursos financeiros para compra de artefatos de pesca e embarcações, apoio à profissionalização na pesca artesanal e garantia dos direitos aos seguros

previdenciários, e creches e escolas para que as mães possam desenvolver suas atividades produtivas na pesca artesanal (REDE, 2011).

A partir dessas oficinas, as pescadoras elencaram uma série de prioridades a serem realizadas. Entre essas prioridades, pode-se citar a necessidade de creches nas comunidades, o acesso a salário maternidade, o auxílio-doença, o auxílio-reclusão, o auxílio peculiar, a aposentadoria, o reconhecimento das doenças ocupacionais e o *kit* marisqueira (detalhado no capítulo anterior).

O projeto também promoveu cursos de capacitação para as pescadoras. O primeiro curso foi de capacitação de lideranças e tratou dos temas: equidade de gênero, associativismo e políticas públicas da Rede de Mulheres. O segundo curso de capacitação tratou dos temas: direito trabalhista; previdenciário e legislação pesqueira. Os fundos aprovados pela UNIFEM para a realização do projeto “Capacitação e Fortalecimento da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia”, incluindo as oficinas, os cursos de capacitação e a realização do II Encontro da Rede, são da ordem de U\$ 29.493,97(dólares americanos). O projeto teve vigência de seis meses (REDE, 2011).

Nos dias 24 e 25 de março de 2012, ocorreu o II Encontro da Rede de Mulheres (Fotografias 20 e 21) em Canavieiras, no qual a pesquisadora esteve presente. Neste encontro, participaram mais de 300 pescadoras, e representantes de instituições explanaram temas de interesse das mesmas.

Fotografia 20 – II Encontro da Rede de Mulheres em Canavieiras



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Fotografia 21 – II Encontro da Rede de Mulheres em Canavieiras



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

Como parte da programação, ocorreram palestras sobre equidade de gênero e políticas afirmativas dos direitos das mulheres, direitos humanos e direito das mulheres, geração de renda e agregação de valor aos produtos da pesca artesanal e da mariscagem, saúde da mulher e a importância das mulheres nos movimentos sociais. Composto a abertura, diversas lideranças identificadas durante o processo deram seus depoimentos, expuseram seus anseios e suas conquistas. No seu depoimento, Maria “do caranguejo”, conhecida assim por ser uma das lideranças da associação de catadores de caranguejo, pronunciou:

A gente estava no escuro, agora não mais. A gente não está igual aos homens, mas estamos chegando lá (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Percebe-se com essa fala que as mulheres pescadoras estão conscientes de sua posição ainda subalterna em relação aos homens, mas engajadas na mudança das desigualdades vivenciadas por elas na pesca artesanal.

A presença de representantes de instituições públicas no debate veio para esclarecer os questionamentos sobre os direitos das pescadoras nas diversas instâncias governamentais. No encontro, foi tratado também o tema da autonomia por meio da inclusão produtiva das mulheres, a partir da consolidação da situação de trabalho com a possibilidade de multiplicar as alternativas de renda, para consolidar a atividade principal e, assim, proporcionar autonomia profissional e também política.

Foram feitos trabalhos de grupos durante o Encontro com as pescadoras de cada município, a fim de avaliar a Rede e determinar os desafios e as perspectivas das mulheres.

As representantes de Canavieiras apontaram como avanço o aumento do número de mulheres na Rede e colocaram como prioridade que a Colônia batalhe para que as mulheres possam ter sua aposentadoria com só dez anos de contribuição, ou recebê-la parcialmente, pois as mulheres obtiveram suas carteiras de pescadoras recentemente. Entre as demais prioridades, cita-se: angariar verbas para desenvolver atividades, obter maior espaço nas reuniões da Colônia Z-20, exigir escolas e creches para as crianças e médicos para as mulheres, criar uma delegacia da mulher e um conselho tutelar em Canavieiras, adquirir material de beneficiamento para seus produtos e definir o tempo de contribuição para a aposentadoria das marisqueiras.

No debate e na apresentação do plano de trabalho, elaborado pelas próprias pescadoras, foram definidos os seguintes objetivos para o incremento de renda dessas mulheres: aquisição de embarcação com motor, agregação de valor aos produtos (tentativa de obter selo de origem), construção de um centro de beneficiamento de pescado, valorização do saber local comum, livro de receitas e histórias das comunidades, realização de intercâmbios, assistência técnica específica para pescadoras. O fato de as pescadoras elaborarem o plano de trabalho denota que, de fato, a Rede tem sido exitosa na mobilização dessas mulheres.

As oficinas proporcionadas pela Rede de Mulheres Pescadoras possibilitaram a união e o debate das pescadoras em prol dos seus direitos. No entanto, as responsabilidades familiares, como o cuidado com os filhos e os idosos, dificultam a participação das mulheres nos espaços de discussão relativos à pesca. No evento, dezenas de mulheres estavam acompanhadas de seus filhos, bebês e crianças, que não tinham com quem ficar (Fotografia 22).

Fotografia 22 –Mãe e bebê durante o II Encontro



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

É de praxe que os seminários e encontros de mulheres desenvolvam atividades paralelas para as crianças. Normalmente, os encontros de movimentos sociais têm a “ciranda” que mantêm as crianças com atividades. No entanto, as coordenadoras da Rede não prepararam nenhuma atividade para as crianças, falha parcialmente resolvida para o segundo dia do evento, em que foi providenciado um brinquedo pula-pula e um carrinho de algodão doce, para entreter as crianças enquanto as mães participavam das oficinas (Fotografia 23).

Fotografia 23 – Crianças no pula-pula durante o II Encontro



Fonte: FIGUEIREDO, 2012.

A mobilização feita pelo projeto da Rede de Mulheres Pescadoras, que culminou no II Encontro da Rede, tem mexido diretamente com a vida das mulheres envolvidas. De fato, elas têm aumentado o seu nível de conhecimento, esclarecimento e sua participação nos espaços de decisões políticas. Segundo o depoimento de algumas delas:

O projeto esclarece as dúvidas; traz conhecimento para as mulheres, assim, mexe com comunidades que não tinham esperança nenhuma, então traz conhecimento. No futuro vai trazer benefícios concretos, cursos. Além disso, tem intercâmbio entre as comunidades (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

[O projeto] veio trazer o conhecimento que a gente nem sabia, a gente não conhecia nossos direitos, então quer dizer que já começou a melhorar para a gente. A gente participa de reuniões fora, a gente foi buscar informação, a gente está procurando todo dia melhorar as nossas atividades, a educação ambiental também porque a Rede de mulheres vem abrangendo tudo. A gente que somos pescadoras temos que cuidar mais, preservar a natureza, e a Rede vem demonstrar nosso trabalho porque nós somos pescadoras e a gente não era reconhecida (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Como uma das metas do Projeto é empoderar, essas mulheres têm anseios de maiores conquistas na luta por equidade. Segundo uma entrevistada:

As mulheres buscando conhecimento e também reivindicando, sabendo quais são as dificuldades que ela passa na pesca, vai chegar o momento que vai ter projetos de benefício direto para essas mulheres. Então tem mulheres que não têm embarcação para pescar. No futuro a Rede de mulheres vai poder ajudar a conquistar embarcações para elas. Está precisando de creche nas comunidades, principalmente as que têm muitas crianças. O projeto no futuro com outros projetos, com outras secretárias do estado e federal, com ONGs, vai poder trazer coisas concretas para essas comunidades (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

De fato, a transformação pessoal dessas mulheres, a mudança na autoestima e na confiança das mesmas e no orgulho de sua profissão são conquistas inestimáveis para as pescadoras. Segundo as declarações abaixo, a vida das pescadoras mudou:

Na minha vida mudou muita coisa, eu adquiri conhecimento que eu não tinha. Essa Rede de Mulheres veio trazer a possibilidade de eu viajar, de conhecer pessoas. Para mim foi muito bom, eu adquiri conhecimento, conheci comunidades e pessoas (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Na minha vida melhorou muito, muito, muito, só o conhecimento que eu tenho já foi bastante, eu renasci, porque eu não enxergava nem eu mesmo, eu tinha vergonha até de mim mesmo. **Se você me encontrasse dentro do**

manguezal eu tinha vergonha [...] mas hoje eu tenho orgulho de ser uma marisqueira (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012, grifo nosso).

Mudou o meu modo de, valorizar mais o meu trabalho como marisqueira e mulher (entrevista *apud* FIGUEIREDO, 2012).

Assim, as mudanças na RESEX Canavieiras têm se concretizado na luta pela sustentabilidade da pesca artesanal, considerando as especificidades de gênero, para a promoção de equidade e justiça social. Segundo as coordenadoras do projeto, a Rede almeja criar uma secretaria de mulheres, para atender as demandas das pescadoras, funcionando em caráter permanente na Associação Mãe da RESEX.

No entanto, há de se ter atenção quanto ao futuro do projeto, suas reais e concretas mudanças a curto, médio e longo prazos, pois o empoderamento de fato depende de contínua luta e participação do movimento social. Para Lobão (2010), empoderamento e gestão participativa são conceitos introduzidos em sistemas sociais dos mais diversos possíveis, associados às políticas do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para os países do sul.

O autor cita alguns exemplos de projetos financiados por esses bancos, executados por ONGs e outras entidades sem fins lucrativos em que, passada a fase inicial de implantação do projeto, ao se afastarem do processo, não deixaram grupos e pessoas empoderadas de fato. Segundo ele, isso de dá em razão de equívocos dos modelos que preconizam a participação sem conhecer quais são os mecanismos pelos quais o poder circula nos diversos grupos. Em suas palavras:

Não sou contrário a que os grupos minoritários assumam o controle de suas próprias vidas, se é que “empoderamento” quer dizer isto. Não sou contrário à participação, se é para que todos os participantes tenham o mesmo poder de decisão. Não concordo com modelos de empoderamento para os grupos só aprenderem a dizer sim, a incorporarem novos personagens e ideais. **Apenas para conservar seu chão, seu modo de vida, seu direito a continuar a ser o que eram** (LOBÃO, 2010, p. 240, grifo nosso).

Cunha (2010), ao discutir a institucionalização da RESEX, mostra como as reivindicações do movimento social dos seringueiros, que foram os primeiros a lutar pela criação das reservas extrativistas, são incorporadas e instituídas como política pública, o que ocasiona mudanças no padrão de vida das lideranças, que deixam suas atividades extrativistas para cuidar da gestão dos projetos e das associações envolvidas com a gestão da RESEX.

Notadamente, o mesmo tem ocorrido na AMEX, entidade que tem a Rede de Mulheres Pescadoras como um projeto que integra um conjunto de ações realizadas pela associação.

Parte da direção da AMEX é composta por lideranças que não estão mais exercendo atividade na pesca artesanal. Isso não necessariamente precisa ser visto como um problema, desde que a liderança possa ser também compartilhada evitando longos afastamentos da atividade pesqueira que podem afastar as lideranças da base.

No caso da Rede de Mulheres Pescadoras, a coordenação que atualmente é composta por mulheres que não são pescadoras deve ser passada para as lideranças identificadas no processo de criação da Rede. Passados quase cinco anos de criação dessa Rede, está na hora de as pescadoras, de fato, terem autonomia para tocar o projeto.

Independentemente dessas ressalvas, de fato, ocorreram mudanças significativas na qualidade de vida das mulheres, o que foi afirmado pela maioria das pescadoras entrevistadas ao longo do II Encontro da Rede de Mulheres Pescadoras. Assim, a Rede tem se mostrado exitosa na luta por equidade na pesca artesanal, servindo de modelo/exemplo para as demais reservas extrativistas marinhas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise geográfica aqui adotada pretendeu levar em consideração a participação da mulher na construção dos processos sociais. Dentro do contexto da pesca artesanal, por ser uma atividade de extrema relevância nas reservas extrativistas e influenciar a economia e a cultura das comunidades pesqueiras, buscou-se, neste estudo, dar maior visibilidade à real participação das mulheres na formação do espaço em questão.

Para tanto, neste estudo, em um primeiro momento, foi feito um panorama da situação do município de Canavieiras e uma análise da RESEX Canavieiras, bem como de seu processo de criação e das principais dificuldades vivenciadas pelas comunidades dessa RESEX. Em um segundo momento, buscou-se caracterizar e refletir sobre a participação feminina nas etapas da cadeia produtiva do pescado e nas instâncias representativas das pescadoras e pescadores como as associações e colônias de pescadores.

Desse modo, ficou evidente que a RESEX Canavieiras tem passado por transformações que contribuíram para aumentar a pressão sobre a pesca e sobre os manguezais por falta de alternativas econômicas para a população local. A imposição da lógica do mundo no lugar dificulta ainda mais a organização e coesão da RESEX em prol das comunidades e da pesca artesanal. Priorizar investimentos no âmbito nacional e mundial significa atender à mesma lógica de desenvolvimento que tem afetado as comunidades tradicionais.

Um passo para consolidar a RESEX é um zoneamento espacial e temporal das atividades a serem realizadas na área com vistas à manutenção dos recursos pesqueiros. Desse modo, investimentos em alternativas de geração de renda se fazem importantes, bem como na capacitação da população em tecnologias de pesca, as quais possam ser aliadas a uma práxis de conservação dos manguezais e melhoria da qualidade de vida das populações que vivem desse recurso. A análise da atividade pesqueira revela que, apesar de possuir significados econômicos, culturais e ambientais, o seu desenvolvimento não é acompanhado de políticas públicas proporcionais a essa importância.

Tais políticas públicas deveriam ser promovidas pela Prefeitura Municipal, junto com os governos estadual e federal. Segundo Machado (2007), esses órgãos deveriam promover a organização da pesca artesanal como setor econômico formal, integrando ao turismo ecológico e a hotelaria de pequeno padrão, regulando a presença de embarcações ao longo do litoral, monitorando as áreas da reserva para assegurar o funcionamento efetivo da RESEX.

Os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores da pesca artesanal são a falta de equipamentos adequados para o trabalho de infraestruturas de armazenamento e beneficiamento dos recursos pesqueiros e a falta de unidades de comercialização capazes de agregar valor à produção – vender em grandes quantidades e a melhores preços diretamente ao consumidor final. Os investimentos em beneficiamento e comercialização do pescado beneficiariam diretamente as mulheres.

Para Cavalcanti (2011), a conquista do selo de certificação de qualidade desses produtos e a sua divulgação, valorizando a forma como são produzidos, obedecendo ao período de defeso e respeitando a dinâmica natural dos ecossistemas, seria de extrema importância. Ainda para a autora, os próprios extrativistas desejam a criação de uma cooperativa, que promoveria a organização do grupo, assegurando os direitos de seus associados ao estabelecer diretrizes e metas para o beneficiamento e comercialização sustentável, justa e igualitária do produto.

Também de grande importância para os extrativistas, o monitoramento a ser realizado pelos órgãos ambientais como ICMBio e administração da RESEX seria a fim de coibir o emprego de técnicas inadequadas que tornem insustentáveis a reprodução das espécies animais e vegetais existentes nas áreas da reserva. Para tanto, tornam-se importantes campanhas educativas com a atuação de órgãos e institutos ambientais, escolas e universidades e a participação das comunidades pesqueiras no processo.

A demanda por escolas e creches é uma particularidade do universo feminino em quase todos os postos de trabalho e na pesca artesanal não é diferente. O grande número de analfabetos nas comunidades da RESEX indica que, sob tais condições, as possibilidades são limitantes, e, diante da prevalência desse cenário, torna-se pouco sustentável economicamente a vida dessas mulheres e de seus filhos.

Assim, faz-se necessário priorizar a educação, construindo escolas que sejam promotoras de uma aprendizagem significativa que considere a conservação ambiental: uma escola que atenda às necessidades formativas dos extrativistas, além de promover cursos técnicos voltados para o beneficiamento do pescado, ampliando as perspectivas de trabalho, e consequentemente, de qualidade de vida das pescadoras.

Desse modo, a educação aparece como um instrumento capaz de empoderar e dar autonomia às mulheres. É importante considerar a participação e a importância da mulher na pesca artesanal. Mais que isso, é importante dar visibilidade ao trabalho da mulher na pesca artesanal por meio do incentivo à sua participação nos processos decisórios dessa atividade.

Nesse sentido, a Rede de Mulheres Pescadoras tem se mostrado um projeto satisfatório ao utilizar-se da educação, por meio de oficinas e cursos de capacitação, para incentivar as mulheres a se engajar mais na luta pelo reconhecimento de seu trabalho na pesca artesanal, por seus direitos trabalhistas e para, de fato, liderarem e deliberarem no segmento, dando voz às necessidades e especificidades do trabalho feminino na pesca artesanal.

Assim, políticas públicas que adotem tal abordagem se fazem necessárias, incorporando a perspectiva de gênero no contexto das políticas em âmbito nacional, principalmente as políticas dirigidas à sustentabilidade dos ecossistemas, reconhecendo a mulher como agente de desenvolvimento aliado à conservação dos recursos pesqueiros. A determinação do defeso para as espécies de marisco é uma medida que asseguraria a promoção de igualdade e de direitos na pesca artesanal.

Desse modo, as políticas no setor pesqueiro têm que levar em consideração a dupla jornada de trabalho feminino, visto que há relações desiguais entre os sexos nas relações sociais presentes nas diversas instituições sociais, nos símbolos, nos códigos, nas práticas e nos discursos. Apesar das conquistas, as mulheres ainda são responsáveis por assegurar a manutenção e a reprodução da família. Para Sen (2010), as mulheres são vistas cada vez mais como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar suas próprias vidas e também a dos homens.

Ademais, as mulheres, por seu conhecimento e uso do espaço complementar ao dos homens, devem ter sua voz ouvida na formulação de leis e demais normas jurídicas. Ouvir a voz das mulheres é também reconhecer a especificidade de seu ofício com seu tempo e locais de trabalho e seu papel primordial na constituição da família, promovendo, no caso da pesca, sustentabilidade ambiental e também social.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Aparecida. **Hannah Arendt e os limites do novo** – Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.
- AGUIAR, Paulo César Bahia de. **Transformações socioambientais do município de Canavieiras (Bahia): uma análise à influência da Resex.**/Dissertação de mestrado – Ilhéus, BA: UESC, 2011.
- ALENCAR, Edna. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. *In: Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia/ organizado por Lourdes Furtado, Wilma Leitão e Alex Fiuza de Melo.* – Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- ARENAS, M. C.; LENTISCO, A. **Mainstreaming gender into project cycle management in the fisheries sector.** Food and Agriculture Organization of the United Nations Regional Office for Asia and the Pacific. Rap Publication. Bangkok, 2011.
- ARENDRT, Hannah. **A promessa da política.** Tradução Pedro Jorgensen Jr. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização.** Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.
- BAHIA PESCA S/A. **Revista Bahia Pesca.** Assessoria de Comunicação da Bahia Pesca, empresa vinculada a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Governo do Estado da Bahia. Ano II, nº 3, setembro/2012.
- BAHIASPORTFISHING. **Empresa de pesca esportiva.** Disponível em: <<http://www.bahiapescaesportiva.com.br/pesca-na-bahia/gerais.asp>>. Acesso em: 13 jan. 2013.
- BALLARA, Marcela; VALENZUELA, Rodrigo. **Género y cambio climático Contenidos** – Curso: Género, cambio climático y medio de vida sostenible. Organização universitária interamericana, OUI, 2011.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 ago. 2012.
- _____. **Lei 9.985 de 18/07/2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 17 set. 2012.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira:** Portaria n. 9, de 23 de janeiro de 2007. MMA, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília, 2007.

_____. **Lei 11.958 de 26/06/2009.** Dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11958.htm>. Acesso em: 5 jul. 2012.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Geografia e Pesca: aportes para um modelo de gestão. In: **Revista do Departamento de Geografia**, nº14, 2001, p. 79-88.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**/ tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Edna. Prefácio. In: **Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura**/ Lígia T. L. Simonian. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

CAVALCANTI, Aniram Lins. **A arte da pesca: análise socioeconômica da Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia** / Dissertação de mestrado – Ilhéus, BA: UESC, 2011.

CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Disponível em: <www.ceplac.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2012.

CHIES, Paula. Identidade de gênero e identidade profissional no campo do trabalho. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, p. 507-528, maio-agosto de 2010.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Salvador: NEIM/UFBA, 1999. Disponível em: <http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf>. Acesso em: 30 set. 2011.

_____. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Labrys. Estudos feministas**, jan./jul., 2005.

_____. **As donas no poder: Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

CUNHA, Cláudia Conceição. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990** / Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”. In: **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Daniel Mato (Org.), Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

DE FRANCISCO, M.. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. DOI: 10.5212/Rlagg.v.2.i1.027036. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, 2, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1745>>. Acesso em: 18 set. 2011.

DOMINGUEZ, José M. L. **Costa do cacau**: caracterização da zona costeira dos municípios de Uruçuca, Ilhéus, Una, Santa Luzia e Canavieiras. Salvador: CBPM/UFBA-PGG/LEC, 2008.

DUMITH, Raquel. **Dinâmicas no sistema de gestão na reserva extrativista de Canavieiras (BA)**: análise da robustez institucional e de possibilidades para o ecodesenvolvimento. Dissertação de mestrado, UFRG, 2012.

ESCANDÓN. Carmem Ramos. Historiografia. Apuntes para un debate enfemenino. **Debate Feminista**. Ano 10, v. 20, outubro, 1999.

FIGUEIREDO, Marina. **A mariscagem e a conservação dos manguezais na reserva extrativista marinha (resex) da Baía do Iguape – BA**/Monografia. Graduação em Geografia, UFBA, 2010.

_____. Notas do trabalho de campo na Reserva Extrativista Canavieiras – BA. Município de Canavieiras, 2012.

FONSECA, Antonio A. M. Gestão do território em municípios da Bahia: Um estudo comparativo. **GeoTextos**, vol. 7, n. 1, jul. 2011.

_____. Localismos e território diante das dinâmicas globais. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano VI, nº 10, julho/2004, Salvador, BA.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FURRIELA, Rachel Biderman. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo - Annablume: Fapesp, 2002.

GADOL, Joan Kelly (org). La relación social entre los sexos; implicaciones metodológicas de la história de las mujeres. In: ESCANDÓN, C.R. (org). **Género e História**. México: Instituto Mora/UAM. 1992.

GARCIA, Maria Franco e JÚNIOR, Antonio Thomaz. Gênero e território da luta pela terra na era do fim do emprego. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**. Ano IV. Nº 7. Salvador, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**/Aldaíza Sposati, BaderBurihanSawaia, Carlos Walter Porto Gonçalves... *et al.*/ coord. Marcos Sorrentino. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

GROSSI, Mirian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista de Estudos Feministas**, p. 167-206, ano 9, 1º semestre de 2001.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

HOROCHOVSKI, Rodrigo; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, UFSC, Florianópolis, 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 5 mai. 2012.

ICMBIO. **Instituto Chico Mendes de Biodiversidade**. Volumes I, II, III e IV do processo da criação da RESEX Canavieiras, 2002.

JACOBI, Pedro. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Revista Saúde e Sociedade**. n. 8, 1º semestre, p. 31-48, 1999.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memória** (cap. 6. El género en las memórias). Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

KALIKOSKI, Daniela. SEIXAS, Cristiana. ALMUDI, Tiago. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: Avanços e desafios. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XII, n. 1, p. 151-172 jan.-jun. 2009.

KUHN, Ednizia Ribeiro Araújo. **Terra e água: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia**. / Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia/ UFBA - Salvador, 2009.

LOBÃO, Ronaldo. **Cosmologias políticas do neoliberalismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento** / Ronaldo Lobão. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégia de empoderamento e de direitos. *In*: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Organizadores: Jorge O. Romano e Marta Antunes. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

MACHADO, Ricardo Augusto Souza. **O meio natural na organização produtiva da população pesqueira tradicional do município de Canavieiras/BA** - Dissertação de Mestrado - UFBA, 2007.

MANESCHY, Maria Cristina. Mulheres na gestão da pesca e das comunidades pesqueiras. **Anais do 1º Encontro da Articulação de Mulheres Pescadoras do Ceará**. Na pesca e na luta, mulheres construindo direitos / organizado por Cristiane Faustino; Sheila Nogueira; relatoria GigiCastro; - Fortaleza: Instituto Terramar, 2010a.

MANESCHY, Maria Cristina; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. **Revista Coletiva**, Número 01 - Jul/Ago/Set, 2010b.

_____. Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável. Proposta Nº. 84/85 Março/Agosto de 2000.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** – São Paulo: ANNABLUME, 1993.

MARTINS, Vera Lucia *et al.* **Guia de orientações para identificação de casos de LER/DORT em pescadoras artesanais - marisqueiras.** BAHIA PESCA, 1ª Edição - 2011.

MATOS, Maria. BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. *In: Nova história das mulheres.* Organizadoras: Carla BassaneziPinsky e Joana Maria Pedro. – São Paulo: Contexto, 2012.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Mulheres na agricultura familiar: a comunidade de Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). **Anais do XXI Encontro de Geografia Agrária.** Universidade Federal de Uberlândia/ UFU. Uberlândia - MG, 2012.

MONTALI, Lilia. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. **Revista Brasileira Estudos Populacionais**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 195-216, jul./dez. 2004.

NASCIMENTO, Dária. M. C.; DOMINGUEZ, J. M. L. Remanescentes da cobertura vegetal: uma contribuição cartográfica à gestão ambiental na zona costeira dos municípios de Belmonte e Canavieiras na Bahia, Brasil. **Cadernos de Geociências**, v. 7, n. 2, novembro 2010.

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica.** – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

PANGEA. **Lauda socioeconômico da RESEX Canavieiras.** Elaborado pelo Centro de Estudos Socioambientais – PANGEA, 2009.

PASSOS, Andressa Lopes de Oliveira. **Carcinicultura marinha: caracterização e conflitos entre as esferas ambiental e produtiva no município de Jaguaripe, Bahia.** Monografia (Graduação em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): janeiro/abril de 2009.

POTIGUAR, Petrônio Lauro Teixeira. **Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará.** In: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v.2, n.3, set-dez, 2007, p. 51-62.

PROST, Catherine. Troca de saberes tendo em vista uma gestão ambiental participativa. *In: Geotextos: Revista da Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia/ Instituto de Geociências*. V. 5, N. 1, 2009.

_____. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira – estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil *In: Geotextos: Revista da Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia/ Instituto de Geociências*. V. 3, 2007.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (org.) Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

RAMALHO, Cristiano Wellington. “**Ah, esse povo do mar!**”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. – São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP), 2006.

_____. A arte pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo. *In: Políticas públicas e meio ambiente: da economia política às ações setoriais/ Alexandrina Sobreira de Moura (org.)*. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

REDE. Relatório da Rede de Mulheres. Capacitação e Fortalecimento da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia. Realização: Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX Canavieiras (AMEX), 2011.

RESENDE, Alberto Toledo. **O papel do Estado no controle territorial litorâneo: estruturação da atividade pesqueira brasileira na primeira república**. Dissertação (Mestrado) - UERJ, 2011.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto; GERMANI, Guiomar Inez. Pescadores e marisqueiras do distrito de Acupe – Santo Amaro (BA): Saberes e práticas na construção dos territórios pesqueiros. **Anais do XXI Encontro de Geografia Agrária**. Universidade Federal de Uberlândia/ UFU. Uberlândia - MG, 2012.

RIVERA, Maria Milagros. Una aproximación a la metodología de la historia de las mujeres. *In: OZIEBLO, Barbara (org) Conceptos y metodología em los estudios sobre lamujer*. Málaga, Universidad de Málaga, 1993.

ROCHA, Michelle da Silva Pimentel. **Mulheres, manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, Paraíba** / Dissertação de mestrado. - João Pessoa: [s.n.], 2010.

RODRIGUES. Arlete Moraes. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. *In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios/ Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (organizadores)*. – São Paulo: Contexto, 2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970 – 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marilu; SERPA, Angelo. Territorialização das manifestações culturais em bairros populares de Salvador: Regatas e Mariscagem. *In: Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais*. Angelo Serpa, organizador. Salvador, EDUFBA, 2007.

SANTOS, Mário Alberto dos. Unidades de conservação, planejamento, diálogo de saberes e educação. *In: GeoTextos: revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia*. Instituto de Geociências. V.4, N.4, 2008.

_____. **Unidades de conservação, educação e planejamento comunitário: uma análise da realidade da Reserva Extrativista Marinha**. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. Colaboração de Denise Elias. 6ª ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1ª ed. 1ª reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. – 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008c.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos/ tradução Myrna T. Rego Viana. 2ª ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008d.

SARDENBERG, Cecília. CAPIBARIBE, Fernanda; SANTANA, Carolina. Tempos de mudança, vidas em mutação: o empoderamento de mulheres na Bahia através de gerações. **Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder**. Florianópolis, 2008.

SCHEFLER, Maria de Lourdes. **Mulheres guardiãs da Terra e da vida**: Um estudo de caso sobre o papel multifuncional da mulher na organização familiar. Dissertação de mestrado, UFBA, 2002a.

_____. Mulheres guardiãs da Terra e da vida: Proposições para uma análise do espaço na perspectiva de gênero. *In: Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Organizado por Sílvia Lucia Ferreira e Enilda Rosendo do Nascimento. – Salvador: NEIM/UFBA, 2002b.

SEI. **Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/> Acessado em: maio de 2012.

SEIXAS, Jaqueline. GOMES, Thais. MARTINS, Yuri. **Saúde no trabalho das pescadoras marisqueiras**: cartilha construída pelas pescadoras marisqueiras de Pernambuco e Paraíba – 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura: FUNDACENTRO – PERNAMBUCO, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta; – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHAEFFER-NOVELLI, Yara. **Manguezal**: Ecossistema entre terra e mar. São Paulo: CaribbeanEcologicalResearch, 1995.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** 8(1): 31-45, Verão 2003.

_____. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas de ciência geográfica. *In: Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidade.* Joseli Silva, organizadora. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

SOARES, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Revista Gênero**. Niterói, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2. sem. 2008.

SOARES, Sara. As pescadoras e a luta por reconhecimento “o trabalho não visto”. V **Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA - São Luís/ Maranhão. 22 a 26 de agosto de 2011.

SOIHET, Rachel. PEDRO, J.M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TERRAMAR. **Anais do 1º Encontro da Articulação de Mulheres Pescadoras do Ceará**. Na pesca e na luta, mulheres construindo direitos / organizado por Cristiane Faustino; Sheila Nogueira; relatoria Gigi Castro; - Fortaleza: Instituto Terramar, 2010.

TRINDADE. I. M. S. **Ações de Defesa Sanitária Animal no Combate ao Foco de Mancha Branca dos Camarões no Município de Canavieiras – BA**. Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), 2009.

VANNUCCI. Marta. **Os manguezais e nós**: Uma síntese de percepções. Tradução de Denise Navas Pereira. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2002.

VARJABEDIAN. Roberto. Impactos sobre os manguezais. *In: Manguezal: Ecossistema entre a terra e o mar*. Org. Yara Schaeffer-Novelli. São Paulo 1995.